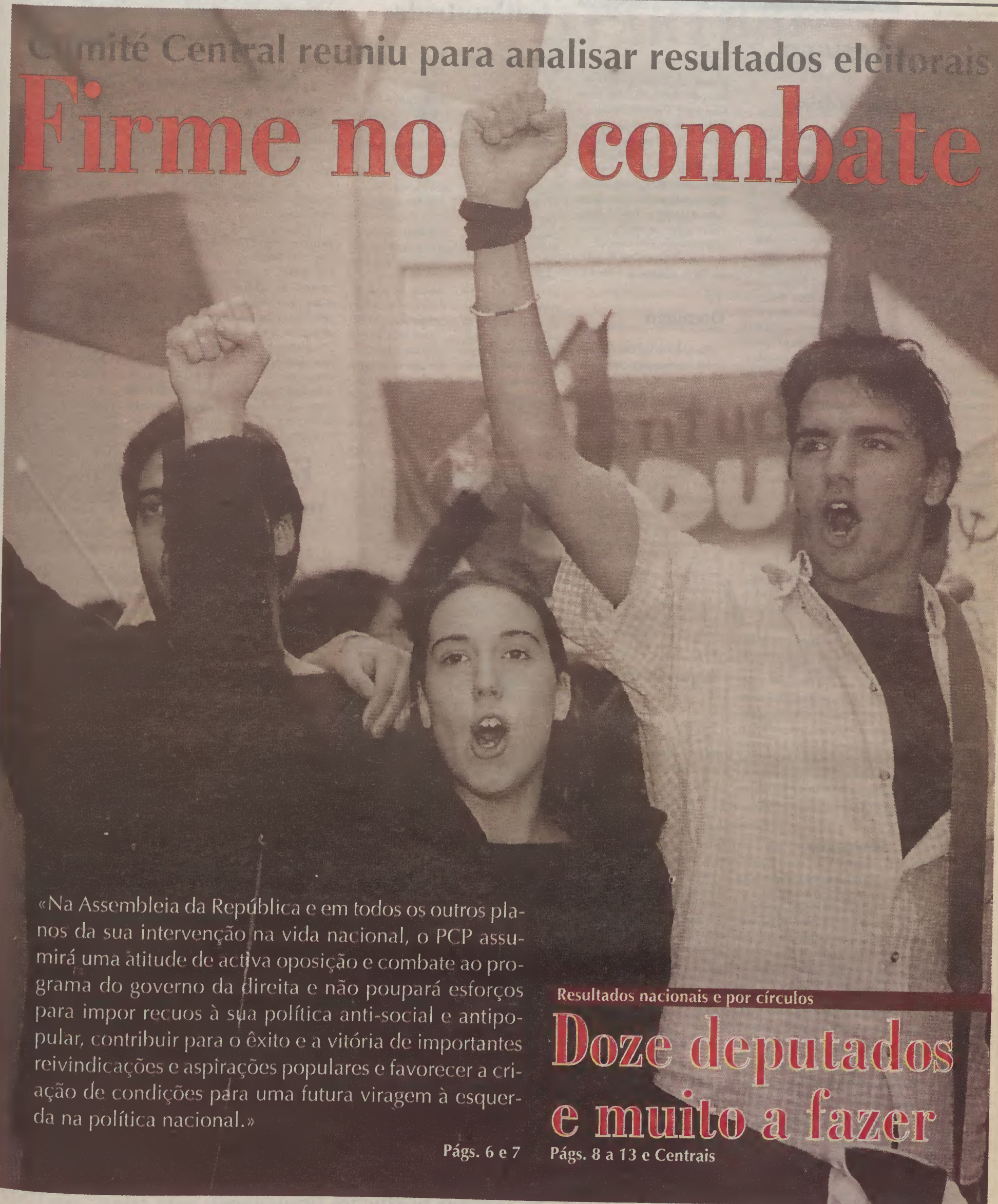


Adiante!

Comité Central reuniu para analisar resultados eleitorais

Firme no combate



«Na Assembleia da República e em todos os outros planos da sua intervenção na vida nacional, o PCP assumirá uma atitude de activa oposição e combate ao programa do governo da direita e não poupará esforços para impor recuos à sua política anti-social e antipopular, contribuir para o êxito e a vitória de importantes reivindicações e aspirações populares e favorecer a criação de condições para uma futura viragem à esquerda na política nacional.»

Págs. 6 e 7

Resultados nacionais e por círculos

Doze deputados e muito a fazer

Págs. 8 a 13 e Centrais

Cimeira de Barcelona

Mais longe do social

As conclusões da Cimeira ficaram aquém dos objectivos ultraliberais, mas foram dados passos que ameaçam o futuro dos serviços públicos e os direitos dos trabalhadores europeus.

Págs. 22 e 23

A CGTP e as eleições

Atenção e apreensão

A CGTP rejeita a «sistemática invocação da crise» que tem servido para «fazer recair sobre os trabalhadores os custos das dificuldades económicas resultantes de políticas desastrosas.

Pág. 19

Estado Palestiniano

Um direito inalienável

55 anos após a Assembleia Geral da ONU ter aprovado a divisão da Palestina em dois estados, o Conselho de Segurança toma a mesma decisão. Milhares de mortos depois.

Pág. 25

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redatores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 21 8429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 8429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 9921
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

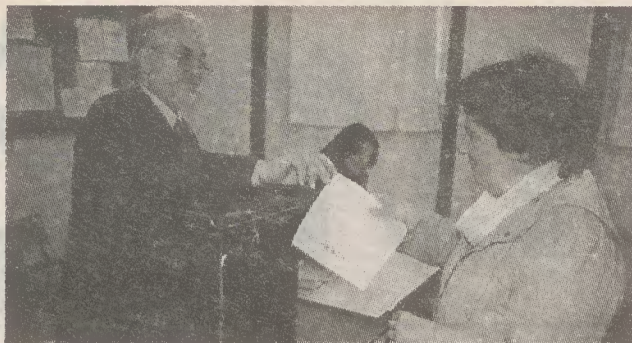
ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 21 8429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 9 000\$00 44.90 euros
25 números:	4 600\$00 23.00 euros
EUROPA	50 números: 23 000\$00 114.75 euros
EXTRA-EUROPA	50 números: 33 000\$00 164.60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Eleições Legislativas

Resumo

13 Quarta-feira

A proposta de conservação e revitalização da Baixa Pombalina elaborada pelos vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa é chumbada com os votos contra do PSD e do PP na reunião do executivo municipal • Centenas de alunos da Escola Superior de Enfermagem, da Faculdade de Medicina, utentes e funcionários do Hospital Santa Maria bloqueiam a Avenida Professor Egas Moniz, em Lisboa, protestando contra a falta de segurança naquela via • O governo angolano cessa os «movimentos ofensivos» para permitir o estabelecimento de contactos no terreno entre as chefias das forças militares governamentais e da UNITA • Dezenas de corpos de combatentes da Al-Qaeda, afegãos e estrangeiros, são encontrados no vale de Shahi Kot, nas montanhas do leste do Afeganistão.

14 Quinta-feira

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local denuncia o despedimento de seis trabalhadores da Câmara Municipal de Loures, e alerta para a possibilidade de a situação se repetir com outros funcionários • Cerca de 100 mil trabalhadores manifestam-se em Barcelona a favor de uma Europa mais social • George W. Bush condena as acções israelitas contra os palestinos, dizendo que os ataques não favorecem a paz • Kofi Annan apela à calma no Zimbabué, na sequência das controversas e alegadamente fraudulentas eleições presidenciais que permitiram a reeleição de Robert Mugabe.

15 Sexta-feira

As associações ambientalistas que integram o Movimento Cívico em Defesa do Parque Natural de Sintra-Cascais avançam com uma acção popular junto do Tribunal Administrativo de Lisboa, para tentar travar a construção do empreendimento do Abano • A polícia espanhola carrega violentamente contra os manifestantes que se concentram no centro de Barcelona, em protesto contra uma «Europa do capital» • A polícia indiana detém cerca de 35 mil nacionalistas hindus, de forma a travar novos motins com a comunidade muçulmana • O banco de investimento Merrill Lynch encerra 19 sucursais no Japão e despede 1200 trabalhadores.

16 Sábado

O presidente da Sociedade Portuguesa de Pediatria acusa as autoridades de saúde nacionais de não terem informado a tempo nem correctamente a população sobre a meningite • Cerca de 30 guerrilheiros das FARC são mortos em confrontos com tropas do exército colombiano • Cerca de 500 mil

personas manifestam-se em Barcelona por «Mais Europa com Pleno Emprego e Direitos Sociais» • Milhares de imigrantes da construção civil na Suíça manifestam-se em Berna, reivindicando a reforma aos 60 anos, aumentos salariais e o desagravamento da regulamentação das horas de trabalho • O líder da UNITA-Renovada saúda o acordo de cessar-fogo assinado pelos comandantes das Forças Armadas de Angola e das forças militares da UNITA.

17 Domingo

Cerca de 8,6 milhões de eleitores vão às urnas para eleger os 230 deputados da Assembleia da República • A Comissão Nacional de Eleições recebe dezenas de telefonemas de protesto contra a realização de sondagens à boca das urnas • Os trabalhadores da Inspeção-Geral de Administração do Território sentem-se injustiçados pela tutela, o Ministério do Ambiente, por não ter sido regulamentado o decreto-lei que lhes redefine as carreiras e aumenta as grelhas salariais • Robert Mugabe, presidente do Zimbabué, anuncia que vai acelerar o processo de reforma agrária lançado em 2000, no intuito de «reestruturar a economia e a sociedade» do país.

18 Segunda-feira

Os trabalhadores da Melka, empresa de confecções com sede no Cacém, reúnem-se em plenário para decidir futuras acções de luta • A delegada do Ministério Público no julgamento de João Vale e Azevedo pede uma pena de nove anos de prisão para o ex-presidente do Benfica • Uma médica da Figueira da Foz acusada de receber contrapartidas de laboratórios farmacêuticos é condenada a uma multa de 2700 euros e à devolução das quantias recebidas • Cerca de 30 mil pessoas manifestam-se em Gibraltar contra as negociações entre a Espanha e o Reino Unido sobre a possível soberania conjunta daquele enclave britânico em território espanhol.

19 Terça-feira

O Presidente da República recebe os líderes dos cinco partidos com representação parlamentar, depois das eleições legislativas • A ex-presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, é acusada pelo Ministério Público de crimes de abuso de poder, peculato de uso e violação dos deveres de neutralidade e imparcialidade, por ter utilizado dinheiro da autarquia na sua campanha eleitoral • Um palestino é assassinado por israelitas no centro da Faixa de Gaza • Dez mil pessoas manifestam-se no centro da cidade mexicana de Monterrey contra as políticas que os organismos financeiros internacionais e os países ricos mantêm com os mais pobres.

Aconteceu

150 milhões de crianças subnutridas

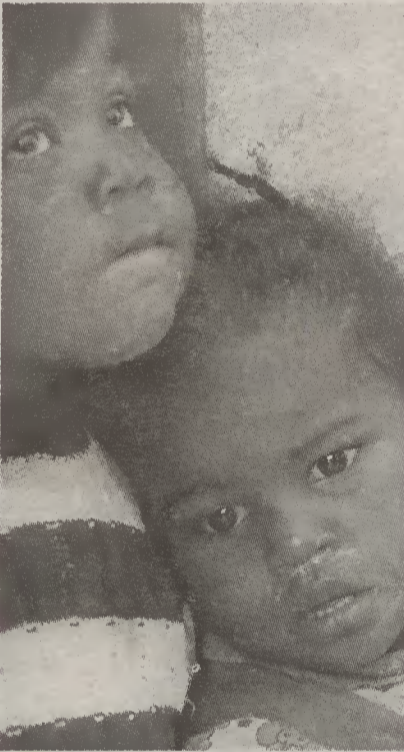
Um terço das crianças dos países em desenvolvimento - 150 milhões no total - sofre de subnutrição. Os dados constam de um relatório da Unicef, divulgado na passada semana.

A investigação foi feita em mais de cem países e constatou que o número de crianças afectadas nas nações subdesenvolvidas caiu de 32 por cento para 28 por cento. Segundo o estudo, quase metade das crianças do sul da Ásia são subnutridas em comparação com pouco menos de um terço das que vivem na África Subsaariana.

Por outro lado, o relatório da Unicef

indica que 18 países, como a China, Vietname, México, Indonésia e Bangladesh, conseguiram reduzir a subnutrição infantil em pelo menos 25 por cento.

Segundo a agência da ONU, o maior problema não é a falta de comida mas sim a frequência de doenças, uma vez que a maioria das crianças subnutridas tem alimentos suficientes em casa. As doenças causam perda de apetite, fazem com que as calorias sejam usadas para lutar contra a infecção e provocam a libertação de nutrientes vitais por meio de vômitos e diarreia.



UE processa Portugal

Bruxelas decidiu avançar com um processo contra Portugal por causa da construção de urbanizações na zona protegida do Abano, em Cascais.

Em causa está a autorização para construir moradias, um hotel e um campo de golfe numa área protegida sem existir previamente um estudo de impacto ambiental que identificasse as consequências das urbanizações sobre a fauna e flora daquele espaço, junto à Praia do Abano, no

Parque Natural Sintra-Cascais.

Para a Comissão, o projecto prejudica uma área que as próprias autoridades portuguesas colocaram sob protecção da directiva comunitária «Habitat» por albergar espécies animais e vegetais ali existentes.

A Comissão enviou a Portugal uma notificação formal, seguida de um parecer fundamentado (segundo aviso escrito) onde «clara e definitivamente» apresentava as razões por que entendia

haver procedimentos ilegais da parte das autoridades portuguesas.

De acordo com uma fonte da Comissão, terá de haver compensações financeiras relativamente às estruturas já edificadas, por estar fora de causa a sua destruição.

O Tribunal de Cascais decidiu, a 7 de Março, embargar apenas a construção do hotel e do campo de golfe, deixando de fora os dois aldeamentos projectados para a mesma zona.

Edite Estrela acusada pelo Ministério Público

A ex-presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, foi, segunda-feira, formalmente acusada pelo Ministério Público de crimes de abuso de poder, peculato de uso e violação dos deveres de neutralidade e imparcialidade por, supostamente, ter utilizado dinheiro da autarquia na sua campanha eleitoral.

O caso reporta-se a duas queixas, da CDU e do PSD. O actual presidente da autarquia, Fernando Seara, e o representante da coligação unitária, Baptista Alves, acusaram Edite Estrela de utilizar dinheiro da autarquia na sua propaganda eleitoral.

Antes das eleições autár-

quias de Dezembro, a edilidade distribuiu uma revista municipal e uma carta aos municípios em que apresentava um balanço do mandato e respondia a algumas críticas de outros candidatos. A revista saía quatro vezes por ano e, em Dezembro, teve um quinto número, aparecendo no editorial a mesma foto de Edite Estrela que surgia nos cartazes eleitorais, e foi distribuída a todos os municípios através dos serviços municipais e com os jornais Expresso e Correio da Manhã. O Ministério Público juntou as duas queixas num só processo, que resultou agora na acusação à autarca.

Crescimento salarial abranda em Fevereiro

O crescimento dos salários implícito nos contratos colectivos, excluindo a Administração Pública, desacelerou no mês de Fevereiro para os 3,8 por cento, revelou esta semana o Banco de Portugal.

Em relação a igual período de 2001, a instituição liderada por Vítor Constâncio anunciou uma queda do indicador de 0,2 pontos percentuais. O número de trabalhadores abrangidos por estes contratos ascendeu aos 219,1 mil no mês de Fevereiro, enquanto em termos homólogos se cifrou nos 289,5 mil.

Em Janeiro, os contratos atingiram os 41,6 mil trabalhadores.

Realizador português preocupado com vitória do PSD

O realizador de cinema Paulo Rocha está «seriamente preocupado» com a vitória do PSD nas eleições legislativas de domingo passado. Em Rennes, França, o realizador português admitiu temer pelo futuro da criação artística, pelos próprios artistas e pela produção do cinema, agora que a direita subiu ao poder.

«O partido que venceu é temido pelos artistas e realizadores. É uma direita suficientemente extrema, muito negociada, que se assemelha um pouco à direita

italiana; os produtores, principalmente os de esquerda, sentem-se mal-amados e pouco respeitados», disse o realizador.

Em Rennes, a assistir ao festival de cinema Traveling, que este ano é dedicado à cidade de Lisboa, Paulo Rocha mostrou-se preocupado com o futuro do cinema. «Que preço a direita fará pagar aos realizadores? É uma enorme incógnita, tudo pode acontecer», concluiu o cineasta.



Crónica Internacional

• Albano Nunes

11 de Setembro Seis meses depois

Seis meses após os terríveis atentados de 11 de Setembro, a prova dos factos está feita quanto à natureza e objectivos da política externa norte-americana. É hoje claro que, com o pretexto de combate ao terrorismo, os EUA desencadearam e prosseguem uma violenta ofensiva visando assenhorear-se de posições económicas e estratégicas de importância vital, sufocar a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e impor ao mundo, sob a sua liderança incontestada, uma nova ordem totalitária. O discurso de George W. Bush nas cerimónias que em Washington assinalaram a efeméride dificilmente podia ser mais claro: a «guerra ao terrorismo» é para continuar custe o que custar, doa a quem doer. Mais armas, mais agressão, mais exploração, mais guerra, eis o que os EUA prometem ao mundo.

A vida deu uma vez mais razão ao PCP. Não o dizemos por jactância. A situação que aí está é tão dramática e perigosa que em certo sentido melhor seria que nos tivéssemos enganado. Dizêmo-lo para valorizar o acerto e para sublinhar a justeza das teses fundamentais do XVI Congresso, nomeadamente quanto à análise do capitalismo contemporâneo, à natureza de classe e insuportáveis consequências da «globalização», à necessidade de construir uma ampla frente anti-imperialista para a salvaguarda da paz e o progresso da humanidade, à actualidade e urgência do socialismo perante a «barbárie» capitalista.

Mais guerra, eis o que os EUA prometem ao mundo

É também necessário não esquecer aquelas semanas de formidável bombardeamento mediático e autêntico terror ideológico que precedeu e acompanhou os criminosos bombardeamentos no Afeganistão. À sombra dele passaram sem grande sobresalto medidas tão graves como a revisão da Constituição Portuguesa (pela santa aliança PS/direita, recorde-se), as decisões da Cimeira da OMC do Qatar, a ofensiva fascizante do governo de Ariel Sharon contra o povo da Palestina, a preparação de novos cenários de guerra. É por isso oportuno confrontar conhecidos comentaristas e politólogos com as suas responsabilidades no quadro perigoso que hoje temos, lembrando que muitos chegaram ao ponto de procurar silêncio e caluniar aqueles que, como o PCP, alertaram para as reais causas do terrorismo (da globalização imperialista aos próprios serviços secretos ocidentais que forjaram Bin Laden e a Al Qaeda, como forjaram e alimentaram Sadam Hussein) ou para os objectivos imperialistas da escalada da guerra em «legítima defesa» desencadeada pelos EUA.

Sim, a vida deu razão ao PCP. À custa de milhares e milhares de vítimas civis inocentes e do drama de milhões de homens, mulheres e crianças que a agressão e a guerra flagelam, os projectos hegemónicos do imperialismo norte-americano continuam a avançar e a colocar a Humanidade perante perigos de incalculáveis proporções. Em seis meses, os EUA já colocaram forças militares nomeadamente no Afeganistão, em repúblicas ex-soviéticas da Ásia Central, nas Filipinas, na Geórgia, no Iemen. Desenvolvem-se aceleradamente os preparativos de novas agressões, nomeadamente contra o Iraque, principal tema da digressão de Dick Cheney no Médio Oriente. O orçamento militar dos EUA cresce para níveis colossais. Avançam o Sistema de Defesa Antimíssil e a militarização do espaço, a par do desmantelamento do ABM e outros tratados internacionais de contenção da corrida aos armamentos. O rapto, a tortura, o assassinato, o tratamento humilhante e desumano de prisioneiros (EUA em Guantanamo e práticas de tipo nazi de Israel na Palestina), tribunais para «julgamentos» sumários, legalização da figura do mercenário (Grã-Bretanha) tornam-se moeda corrente, cinicamente admitida, na prática do imperialismo.

Que ninguém se distraia quanto aos perigos que aí estão e à necessidade de dar um vigoroso impulso à luta contra o imperialismo e a guerra. Quando a Cimeira de Barcelona da U.E. silencia as ameaças belicistas dos EUA e a banalização do recurso à arma nuclear, sobram razões para um forte grito de protesto e indignação. E para redobrar a exigência de que, de acordo com a letra e o espírito da Constituição, Portugal faça ouvir com clareza a sua voz pelo desarmamento e pela paz.

Editorial

AS ELEIÇÕES E O PARTIDO

Como sublinha o Comunicado aprovado na reunião do Comité Central do PCP, os resultados das eleições legislativas de domingo passado – com a obtenção em conjunto, pelo PSD e pelo CDS/PP, de uma maioria absoluta de deputados – constituem um dado novo e extremamente grave para a vida política nacional. Não serão necessárias grandes e profundas análises para chegar à conclusão de que desta maioria parlamentar de deputados da direita decorrerá uma perigosa acentuação das linhas mais gravosas da política de direita com consequências extremamente negativas para a maioria dos portugueses e, em primeiro lugar, para os trabalhadores.

É óbvio que a maioria parlamentar PSD-CDS/PP, independentemente de vir ou não a assumir expressão governativa, dispõe de melhores condições – e irá utilizá-las – para reforçar o conteúdo de classe da política praticada, nomeadamente aumentando a subordinação aos interesses e ditames do grande capital, intensificando e ampliando a ofensiva contra importantes direitos e conquistas sociais, avançando com o processo de privatizações e de ataques aos serviços públicos,

Comité Central chama a atenção para um conjunto de factores desfavoráveis que, inegavelmente, influenciaram de forma negativa os resultados eleitorais da CDU. As condições em que foram convocadas e realizadas as eleições; a exploração do mau resultado eleitoral da CDU nas autárquicas; a «onda da direita» gerada e animada artificialmente; a bipolarização levada aos seus extremos máximos e transformando a eleição de 230 deputados na «eleição» de um de dois «candidatos a primeiro-ministro»; a flagrante discriminação e hostilidade com que foi tratada a campanha da CDU, por vários órgãos de comunicação social, em contraste com o tratamento dado a outras forças políticas; a forte e prolongada ofensiva contra o PCP desenvolvida em importantes órgãos de comunicação social e animada pela intervenção pública de alguns membros do Partido que, em claro desrespeito pelas normas partidárias e em quebra dos mais elementares laços de solidariedade, têm vindo a desenvolver uma intensa campanha de afrontamento de orientações e decisões do colectivo partidário – constituem alguns dos factores que tiveram um considerável peso negativo no resultado eleitoral da CDU.

“A situação decorrente das eleições acentua a importância do papel do PCP”

levando por diante medidas de retrocesso em matéria de saúde e de segurança social, atacando os salários e os direitos dos trabalhadores, flagelando elementos importantes do regime democrático-constitucional.

Neste contexto, a luta dos trabalhadores e de outras classes e camadas atingidas pela previsível política do governo assume uma importância acrescida e da força e amplitude dessa luta dependerá, de forma determinante, a possibilidade de travar e impedir a concretização dos objectivos da direita no Poder. Nessa luta, hoje como sempre, o PCP ocupará o lugar que lhe compete: com os trabalhadores e o povo, os comunistas serão oposição activa à política do governo de direita, na Assembleia da República como em todas as outras áreas da sua intervenção. E o CC sublinha a necessidade de, face à situação actual, vir a construir-se uma forte convergência das forças democráticas que torne mais eficaz a luta indispensável.

O resultado negativo obtido pela CDU (quebra do número de votos, de percentagem e de número de deputados) torna mais difícil e deixa mais longe a perspectiva de construção de uma alternativa e de uma política de esquerda para Portugal, como alertámos no decorrer da campanha eleitoral.

Sem descuidar, na análise desses resultados, o peso de factores internos – e, bem pelo contrário, acentuando a necessidade imperiosa de os detectar e analisar – o

A situação decorrente das eleições acentua a importância do papel do PCP, pelo que a necessidade de medidas (sempre necessárias) visando o seu reforço e a intensificação da sua actividade assume, na situação actual, um carácter determinante. Nesse sentido, o Comité Central definiu um relevante conjunto de iniciativas cuja concretização se reveste de particular importância e acuidade. Para além de um vasto leque de medidas e orientações concretas visando o reforço orgânico e interventivo do Partido; da marcação para 19 e 20 de Outubro do **Encontro Nacional sobre a intervenção do Partido junto dos trabalhadores** e, para finais de Fevereiro de 2003, da **Conferência Nacional sobre o PCP e o Poder Local**, o Comité Central decidiu convocar uma **Conferência Nacional do Partido sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do partido** – a realizar em Junho próximo e que deverá culminar um largo processo de participação e expressão das opiniões e contribuições dos militantes do Partido.

Com carácter imediato, o CC decidiu promover, em todas as organizações do Partido, reuniões e plenários de militantes, com vista a analisar os resultados eleitorais e a situação por eles criada – reuniões e plenários que procurem atrair ao debate o maior número possível de militantes, de modo a que, através da livre expressão das opiniões e num diálogo fraterno, sereno e enriquecedor, encontremos as melhores formas de reforçar o Partido e as melhores respostas para a situação nova criada com os resultados das eleições de 17 de Março.

Estas são direcções de trabalho que, se concretizadas com ampla participação militante e num clima de fraternidade e camaradagem, virão a traduzir-se num contributo inestimável para o reforço do Partido e para a resposta eficaz aos problemas que hoje se colocam aos comunistas.

Actual Aos pés da Europa

• Jorge Cordeiro

Tão dados que são à Europa, não deixa de fazer pensar qual a razão por que, quer PS quer PSD, não perderam um momento que fosse da sua campanha para falar da Cimeira Europeia realizada este fim-de-semana em Barcelona.

Estranheza maior quanto, quer uns quer outros, nos deliciaram com aquelas cenas para se apresentarem, cada um à sua maneira, com a Europa a seus pés. Houve um tempo em que foi vê-los partir de mão estendida em busca daquele aperto de mão de um qualquer Aznar ou Blair que permitisse reclamar para si a condição de depositário da genuína amizade de tão ilustres criaturas. Um tempo em que, para orgulho da nação, se proporcionou aquela rara oportunidade de poder ouvir soletrar em língua pátria o nome de José e de Eduardo, aquele raro mérito ao alcance apenas de alguns de ser tratado tu cá tu lá, aquele momento íntimo de um pequeno-almoço à mesma mesa só ao alcance dos predestinados.

Houve ainda um tempo em que, numa elucidativa expressão do lugar que nos reservam nesta Europa, uns

correram a fazer queixa do país por mau comportamento e pior governação, outros apressaram-se a usar opiniões de comissários europeus que se julgam donos da Europa e tutores de nações para jogar à cara dos primeiros.

Só não houve tempo para, por detrás da cortina de palavras e da polémica com que esforçadamente se procuram diferenciar, uns e outros deixarem à vista dos portugueses a mais completa coincidência de posições traduzida na rendição e na mais entusiasta adesão às imposições monetaristas dos que mandam na Europa. O que em si explica que, atarefados pelo ruído ostentado pela disputa entre si sobre o papel de melhor cumpridor das imposições da União Europeia, da redução do défice e da despesa pública, se tenham remetido ao mais comprometedor silêncio sobre novas e graves decisões com consequências para a vida dos trabalhadores e dos povos.

Em Barcelona estiveram em cima da mesa a aceleração dos processos de privatização e liberalização de serviços públicos, da energia aos transportes e às telecomunicações, a contenção salarial, o aprofundamento da criação de



fundos de pensões privados. E foi em Barcelona que deu à luz este novo e elucidativo objectivo de introduzir em agendas futuras medidas que embarateçam ao capital os custos dos despedimentos, por agora disfarçado nos textos por referências à flexibilização e à mobilidade da força do trabalho.

Por mais que os zelosos gestores do capitalismo europeu se esforcem e por mais tinta que façam correr para vender o seu apego social, a verdade é que em cada nova Cimeira se aprofundam as orientações neoliberais gravemente lesivas dos interesses populares. E que de cada Cimeira resulta mais claro que o único e incontornável objectivo que se coloca perante os trabalhadores e os povos é o de prosseguir o combate contra a exploração e o capitalismo.

As culpas no cartório

• Leandro Martins

As culpas de gente pouco séria são sempre atribuídas a outros. Os defeitos também. E os pretextos para atingir objectivos inconfessáveis - ou confessos, mas a coberto de «legítimas» razões - abundam no alforje de quem anda por aí a tentar enganar a gente.

É assim que o ladrão costuma acusar a sua vítima de ter deixado a carteira a espreitar do bolso, alegando que um homem não é de pau e lhe armaram uma cilada. Ou, como na velha história, o lobo disse ao cordeiro que este lhe turvava a água e, perante o desmentido da corrente, acabou por avançar que, se assim não era, o pai o fizera antes. E estamos em crer que outras fábulas são possíveis. Em que, por exemplo, a ovelha ronciosa se queixasse do rebanho que a afastara, acusando-o de lhe haver provocado as malcheirosas chagas.

Estas fábulas e anedotas lembram, no plano mais geral, outras histórias bem menos sorridentes, como as que, pelo mundo fora, se vão desenhando na estratégia do imperialismo e da dominação global do capitalismo. O FMI acusa os países pobres de atraso enquanto lhes suga o suor do trabalho e o valor das matérias-primas, em paga de uma «ajuda desinteressada». A NATO e outras agressivas orga-

nizações de guerra do capitalismo ocidental acusam Estados e dirigentes de genocídio após terem armado e treinado os terroristas que «libertaram» os seus países do «comunismo». Os Estados Unidos vêm à frente nesta senda trágica que, em nome da liberdade e dos direitos humanos, explora, destrói e mata em muitos lugares do mundo.

Aqui há tempos, o Zimbabwe tornou-se notícia. Se, durante muito tempo, tudo se passava o mais democraticamente possível naquele país africano que alcançou a independência através de uma luta liderada substancialmente pela ZANU de Mugabe, quando este presidente encetou uma reforma agrária - que talvez tardasse a entregar a terra ao povo - o dirigente passou a ser considerado antidemocrático. E pasmámos: Bush, eleito numa fraude monumental nas últimas presidenciais dos EUA, veio dar a sentença, não reconhecendo a eleição de Mugabe e acusando-o de fraude...

Mas há mais: há dias, a CIA acusou a Rússia de disseminar armas nucleares. Isto após ter feito todos os esforços para, com a ajuda interna de dirigentes corruptos, destruir a URSS e, consequentemente, o equilíbrio e a segurança nuclear no mundo.



Nem pouco mais ou menos

• José Casanova

O primeiro e natural impulso de cada um de nós, militantes comunistas, após a contagem de votos de um qualquer acto eleitoral é o de olhar para os resultados obtidos e compará-los com resultados anteriores. Tal exercício, no caso concreto de domingo passado, traduziu-se num mais do que justificável descontentamento e desagrado, a que não-de-ter-se seguido, as inevitáveis interrogações sobre o porquê do mau resultado obtido. Nestas circunstâncias, é-se tentado a procurar uma razão que explique tudo. Por outro lado, regra geral, a primeira interrogação que se faz tem a ver com o peso das nossas próprias responsabilidades no mau resultado.

É evidente que a explicação dos resultados não pode encontrar-se numa só razão, antes exige a consideração de um vasto conjunto de factores, uns de fácil cons-



tação, outros nem tanto, outros, ainda, de muito difícil e complexa detecção. Acresce que a procura numa só razão de todos os factores que interferem no resultado, com frequência conduz quem se fixa nesse caminho à esperança, infundada e irrealista, de encontrar a solução milagrosa, o golpe de asa providencial que, descobertos, resolveriam de uma vez por todas, com estrondosas vitórias, o problema eleitoral...

Quanto à avaliação das nossas responsabilidades no resultado negativo, essa, sim, é uma questão básica. Sabendo-se que os factores internos estão entre os múltiplos factores que determinam o resultado eleitoral, necessário é que nos debrucemos sobre eles e procuremos, responsável e lucidamente, o que é que esteve mal no nosso trabalho, que erros cometemos, etc. É essa é uma das tare-

fas que, no momento actual, se coloca ao colectivo partidário, cumulativamente com a prossecução de medidas visando o reforço orgânico e interventivo do Partido e a organização e desenvolvimento da resposta à mais do que previsível acentuação das linhas mais gravosas da política de direita.

Constituiria, no entanto, um erro grave reduzir a análise dos resultados eleitorais à avaliação desses factores internos e, mais grave ainda, acolher a tese, de fácil aceitação sempre que os resultados são maus, de que esses maus resultados decorrem de erros de orientação. Tal tese arrasta consigo uma outra igualmente errada tese: a de que com uma mudança de orientação (solução milagrosa) os bons resultados não se fariam esperar... Ora, como todos sabemos e a realidade nacional e internacional mostra, as coisas não são assim. Nem pouco mais ou menos.

Frases

“E sucede – a história dos últimos decénios na Europa e no Médio Oriente prova-o à saciedade – que os descendentes dos judeus vítimas dos nazis se transformaram, em Israel, nos carrascos de um povo, o palestino, que luta pela sua libertação nacional”

(António Rego Chaves, *Diário de Notícias*, 18.03.02)

“O sistema bancário continua a beneficiar de uma tributação fiscal efectivamente diminuída dos já baixos 21% de IRC que pagava em 1996 para 13,5% em 2000, sendo que em 2001 os quatro maiores bancos privados (Totta, BPI, BCP e BES), apesar de terem aumentado os lucros em 6,4%, pagaram menos de 12,3% de imposto”

(Lino de Carvalho, deputado do PCP, *Público/Economia*, 18.03.02)

“Nem com a impopularidade do Governo, o extraordinário resultado das locais, Guterres no exílio e uma nova cara, muito pouco conhecida, à frente do PS, [Durão] Barroso conseguiu a maioria absoluta. Foi sempre um peso ao pescoço do PSD. Foi mau na oposição, mais do que desastroso na campanha e será fatalmente insustentável no Governo”

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 18.03.02)

“Quanto à substância, acabámos com um governo fraco (com ou sem PP), para uma política de força. Não por acaso, não houve um único verdadeiro festejo. O “pântano” ganhou. E nós perdemos”

(idem, *ibidem*)

“Sem maioria absoluta vai ser difícil governar”

(Mira Amaral, *Jornal de Notícias*, 18.03.02)

“Não é uma derrota porque é uma vitória”

(Manuela Ferreira Leite, *ibidem*)

“Se o PSD não tiver maioria absoluta avizinham-se tempos difíceis”

(Vasco Graça Moura, *ibidem*)

“A situação do País é muito grave”

(Alberto João Jardim, *ibidem*)

“Os portugueses vão poder agora comer todos os dias uma caldeirada de qualidade”

(Pedro Santana Lopes, *ibidem*)

“Acho que há liberdade e democracia na Madeira”

(idem, *ibidem*)

“O próximo governo tem de ser de estabilidade”

(Durão Barroso, *ibidem*)



O comício de Almada, com mais de duas mil pessoas, fechou uma campanha que mobilizou os activistas da CDU. Apesar disso, os resultados foram insatisfatórios

Carvalhas considerou resultados negativos e garantiu combate à política de direita

“A luta continua!”

O secretário-geral do PCP considerou o resultado alcançado pela CDU como «negativo e distante dos objectivos» e afirmou a disposição da coligação em «constituir a mais sólida e coerente voz capaz de dar combate à política de direita e à sua nova ofensiva contra os salários, direitos e conquistas sociais».

Os primeiros apoiantes da CDU chegaram cedo à sede nacional do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, para aí seguirem, juntamente com outros camaradas, os resultados eleitorais. A partir das sete, mais se juntaram até que encheram por completo o rés-do-chão da sede, que se tornou praticamente intransitável.

Na sua maioria jovens, as muitas dezenas de militantes que seguiram a noite eleitoral, cedo ficaram a conhecer os

resultados, que haveriam, pouco depois das onze, de ser considerados por Carlos Carvalhas como negativos e distantes dos objectivos traçados.

«A CDU continuará onde sempre esteve — ao lado dos trabalhadores»

A medida que os resultados iam sendo divulgados, a esperança era paulatinamente substituída pela determinação, que foi expressa por Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política, que, imediatamente a seguir à declaração do secretário-geral, afirmou aos militantes presentes que o PCP e a CDU

irão continuar, como sempre estiveram, ao lado dos trabalhadores e do povo nas novas — e difíceis — condições. Estas afirmações provocaram uma imediata e emotiva reacção nos presentes que, a uma só voz, lembraram que «a luta continua».

Já antes das afirmações de Jorge Cordeiro, os militantes tinham saudado entusiasticamente as declarações que outros dirigentes — como Ber-

nardino Soares, Jerónimo de Sousa ou António Abreu — expressaram a diversos órgãos de comunicação social onde, para além de destacarem essa mesma disponibilidade de prosseguir a luta, lembraram o grande empenhamento dos militantes na campanha, que acabou em dois enormes comícios.

Outros momentos seguidos com especial atenção foram as participações de militantes

como Odete Santos e Ruben de Carvalho nos debates pós-eleitorais levados a cabo nas diversas estações de televisão e que, não raramente, mereceram manifestações de apoio de diversos militantes.

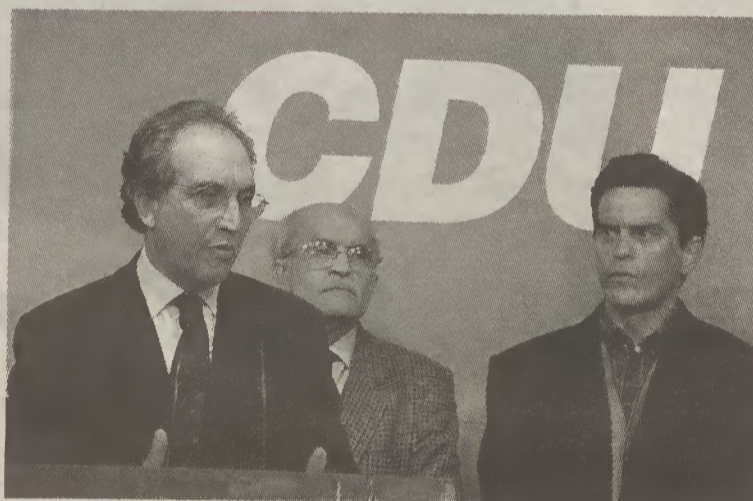
Evolução desfavorável

Na sua declaração, o secretário-geral do PCP considerou que a maioria conseguida pela direita, que representa uma «evolução muito desfavorável do quadro político», é inseparável do «fracasso da governação do PS que, traduzindo-se numa frustração das esperanças que tinham sido criadas em 1995, permitiu ao PSD,

que tinha sido cúmplice de eixos essenciais da política do PS, capitalizar o descontentamento». Carvalhas lembrou ainda que a «intensa acção de desvalorização da CDU e a grande pressão exercida pelas mais diversas formas sobre os eleitores no sentido da “bipolarização” de votos no PS e no PSD», foi decisiva para o resultado obtido.

Os resultados eleitorais, que o Comité Central analisou na sua reunião — cujo documento se publica na íntegra nas páginas seguintes —, resultaram na perda de cinco deputados da CDU.

Em Lisboa, Margarida Botelho e Rita Magrinho não foram eleitas, tal como José Calçada, segundo pela lista do Porto. As subidas alcançadas nas eleições de 1999, com a eleição de Agostinho Lopes, por Braga, e de Vicente Merendas, por Setúbal, foram também perdidas.



Declaração de Carlos Carvalhas sobre os resultados eleitorais

Maioria de direita é muito negativa para o País

Numa primeira apreciação aos resultados, salientamos como um facto extremamente negativo a obtenção em conjunto pelo PSD e pelo CDS-PP de uma maioria absoluta de deputados, uma vez que representa uma evolução muito desfavorável do quadro político nacional contra a qual a CDU se bateu firmemente durante a campanha eleitoral.

Sublinhamos que tanto o resultado obtido pelo PSD como a maioria parlamentar de direita que, pela soma dos deputados do PSD e do CDS-PP, provavelmente se regista-

rá são inseparáveis do fracasso da governação do PS que, traduzindo-se numa frustração de esperanças que tinham sido criadas em 1995, permitiu ao PSD, que tinha sido cúmplice de eixos essenciais da política do PS, capitalizar o descontentamento e a aspiração de mudança, que aliás soube explorar a seu favor, na sequência da dinâmica induzida pelos resultados das autárquicas.

Embora o primeiro plano das nossas preocupações se situe na perspectiva de um perigoso agravamento da política de direita que amea-

çará um importante conjunto de direitos sociais e interesses dos trabalhadores e do povo, é entretanto de registar que o eleitorado recusou ao PSD e ao PS a maioria absoluta que ambos pediram.

Com total clareza, assumimos o resultado obtido pela CDU como negativo e distante dos objectivos por que lutámos e das reais necessidades que, a nosso ver, se colocavam para favorecer uma mudança para melhor na situação política nacional.

Entretanto, é necessário ter em conta as circunstâncias claramente desfavoráveis em

que enfrentámos estas eleições, convocadas na sequência de eleições locais que não tinham sido positivas para a CDU, e em que avultam como elementos de grande peso uma permanente e intensa acção de desvalorização da CDU e a pressão exercida pelas mais diversas formas sobre os eleitores no sentido da «bipolarização» e concentração de votos no PS e PSD, com uma amplitude e características como raramente se terá verificado desde o 25 de Abril.

Tudo indica que um segmento do eleitorado da CDU

terá sido permeável aos apelos para votar PS para impedir o regresso da direita ao poder, apesar do esforço de esclarecimento em que nos empenhámos no sentido de advertir que tais deslocções de votos não alteravam em nada o resultado da direita (como os resultados finais confirmam) e que os votos na CDU contribuíam sempre para a derrota do PSD e do CDS-PP.

Saudamos o esforço e abnegação dos activistas e candidatos da CDU ao longo desta campanha e a forma determinada e corajosa como

procuraram fazer frente às dificuldades que se nos colocavam.

Num quadro em que sai seriamente comprometida a possibilidade de se abrirem perspectivas de uma nova política para o país, a CDU sublinha a sua disposição e empenhamento em prosseguir a sua intervenção na Assembleia e fora dela na defesa dos direitos e interesses populares e de constituir a mais sólida e coerente voz capaz de dar combate à política de direita e à sua nova ofensiva contra os salários, direitos e conquistas sociais.



PCP alerta para risco de novos desenvolvimentos na ofensiva contra direitos e conquistas sociais

Comunicado do Comité Central

Reunido na quarta-feira, para analisar os resultados das eleições legislativas de domingo passado, o Comité Central do PCP aprovou o seguinte comunicado:

Os resultados das eleições de domingo passado comprometem não apenas a oportunidade de uma mudança de política no sentido que o país e os seus problemas reclamavam como traduzem uma evolução muito desfavorável no quadro da vida política nacional, o risco de uma perigosa acentuação da política de direita e novos desenvolvimentos na ofensiva contra direitos e conquistas sociais. Embora o PSD e o CDS-PP tivessem obtido uma expressão eleitoral apenas ligeiramente superior ao alcançado pelas forças situadas à esquerda do Parlamento (48,9% contra 47,7%), a verdade é que a direita passou a dispor de uma maioria parlamentar na futura Assembleia da República.

A obtenção em conjunto pelo PSD e pelo CDS-PP de uma maioria absoluta de deputados, inseparável do fracasso da governação do PS e do espaço deixado em aberto pela frustração da esperança de milhares de eleitores alimentada pelas promessas socialistas em 1995, é expressão de uma insistente campanha destinada a capitalizar à direita o descontentamento e uma aspiração de mudança. Ao contrário da expressiva deslocação para a direita e de adesão às suas propostas que estiveram na base de anteriores vitórias do PSD em 1987 e 1991, o resultado agora obtido traduz sobretudo um movimento de descrença e erosão de confiança em relação à política do PS e dos seus governos. Longe de corresponder a uma necessária e indispensável mudança para melhor, os resultados constituem um novo factor de desenvolvimento e agravamento dos traços mais negativos de uma mesma orientação que, com expressão e intensidade diversa, tem determinado a política do país nos últimos 16 anos.

O resultado negativo obtido pela CDU (7% e 12 deputados) – traduzido na perda de 5 deputados e de dois pontos percentuais – muito distante dos objectivos por que lutámos e das reais necessidades que se colocavam para favorecer uma mudança para melhor na situação política nacional, deixa mais longe a perspectiva de construção de uma alternativa e de uma política de esquerda para Portugal. Como insistentemente o PCP chamou à atenção, e os resultados comprovam, não só a perda de influência da CDU deixaria mais longe a possibilidade de uma política de esquerda como o desvio de votos da CDU para o PS em nada poderia alterar o resultado da direita ou impedir um seu eventual êxito eleitoral.

O Comité Central chama a atenção para um conjunto de factores desfavoráveis que pesaram negativamente sobre a campanha da CDU e os seus resultados e em que são de destacar desde logo as condições em que foram convocadas e realizadas as eleições (por força do pedido de demissão do Primeiro-Ministro e por opção determinante do PS, e sob o peso dos resultados das autárquicas ampliado por

leituras destinadas a explorar o insucesso eleitoral da CDU e a animar artificialmente o êxito da direita); a insistência numa campanha bipolarizadora de intensidade sem precedentes orientada para reduzir as eleições à escolha apenas entre dois alegados «candidatos a Primeiro-Ministro» (destinada a desanimar o voto numa política e soluções alternativas); a prolongada ofensiva contra o Partido com forte expressão em importantes órgãos de comunicação social, animada pela intervenção pública de alguns membros do Partido (tendo como grande eixo político uma relativa absol-



vição das responsabilidades do PS e uma predominante responsabilização do PCP pela falta de uma alternativa de esquerda) e que contribuiu para uma continuada acção de degradação da imagem do PCP, de deturpação e caricatura das suas posições e para a descredibilização das suas propostas e projecto com efeitos na determinação e confiança de muitos eleitores e apoiantes da CDU; e ainda a patente discriminação e até hostilidade de que foi objecto em muitos casos a campanha da CDU.

Compartilhando da tristeza e preocupação com os resultados eleitorais da CDU que compreensível e justificadamente são sentidas pela generalidade dos militantes e simpatizantes do Partido, o Comité Central sublinha entretanto que a derrota eleitoral sofrida significa que o valioso trabalho, acção e intervenção desenvolvidos pelo Partido não obtiveram o reconhecimento eleitoral que mereciam e não que esse trabalho, acção e intervenção não tenham existido ou não tenham sido meritórios.

O Comité Central salienta não apenas a legitimidade mas a imperiosa necessidade de examinar criticamente, discutir e determinar deficiências ou até erros de

orientação e de acção que possam ter tido influência no resultado eleitoral da CDU.

Sublinha, porém, que a tese, de fácil acolhimento nas presentes circunstâncias, de que onde há fracasso eleitoral é porque então houve inevitavelmente erros de orientação não tem em conta nem a complexidade nem os factores de incerteza da acção política, da intervenção eleitoral e da formação das correntes de opinião nem a evidência de que os resultados eleitorais de uma força não dependem apenas do acerto da sua orientação e acção mas também, para além de múltiplos outros factores, da força dos adversários.

O Comité Central saúda os milhares de militantes do PCP, os membros do PEV e da ID e outros activistas da CDU que com a sua convicta e generosa participação se empenharam na campanha da CDU, procuraram contribuir para, pelo esclarecimento, colocar no centro do debate os problemas do país e evidenciar a importância decisiva que constituiria o reforço das posições da CDU num quadro de ausência de uma maioria absoluta de um partido e da colocação da direita em minoria.

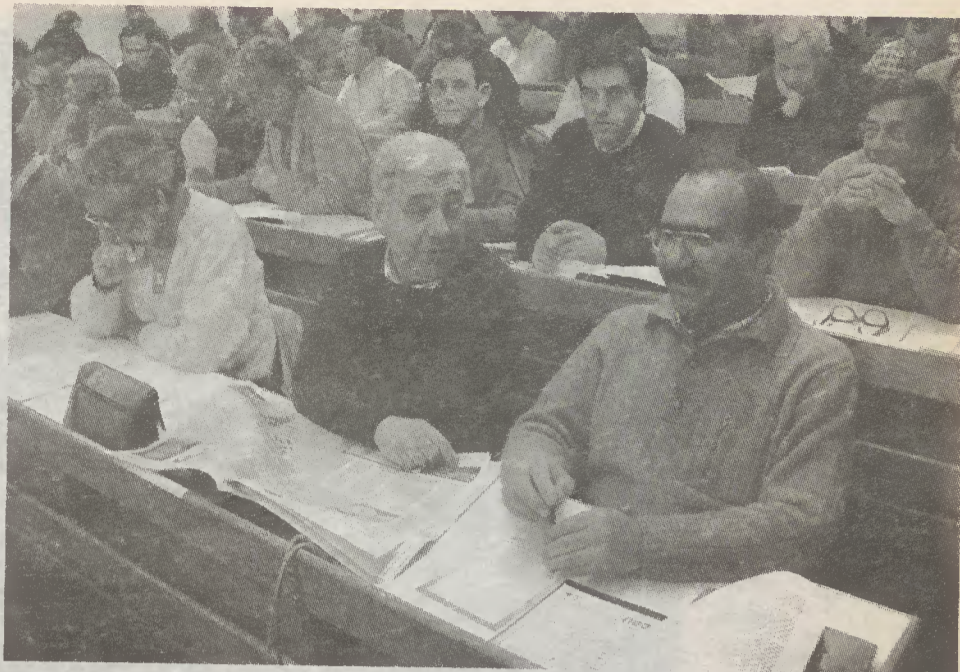
O Comité Central dirige uma palavra de firme confiança a todos quantos votaram na CDU e reafir-

ma a sua disposição em, com eles, prosseguir a luta na defesa dos seus direitos e por uma vida melhor.

O Comité Central do PCP, recordando que na campanha eleitoral a CDU se bateu firmemente contra um tal perspectiva, sublinha que o respeito pelos resultados eleitorais não deve conduzir a atitudes de desvalorização ou de insensibilidade face à grave, preocupante e perigosa alteração que representa a obtenção de uma maioria absoluta de deputados em conjunto pelo PSD e CDS-PP.

É positivo que o eleitorado tenha recusado uma maioria absoluta a qualquer partido. Mas, seja qual for o grau de entendimento entre PSD e CDS-PP, é indiscutível que estão criadas as condições políticas e institucionais para a formação de um governo claramente apostado numa ofensiva contra os salários e os direitos dos trabalhadores e importantes elementos do regime democrático-constitucional, de sério retrocesso em matéria social (saúde, segurança social) e de avanços no sentido de uma política de privatizações e de ataque aos serviços públicos, e de profunda subordinação aos interesses e ditames do grande capital.

O Comité Central salienta que, com a actual situação



parlamentar, será do movimento de resistência, protesto e de luta dos trabalhadores e de outras classes e camadas atingidas pela previsível política do governo que dependerá, de forma determinante, a possibilidade de travar desastrosos retrocessos e agressões a importantes direitos e conquistas sociais.

Na Assembleia da República e em todos os outros planos da sua intervenção na vida nacional, o PCP assumirá uma atitude de activa oposição e combate ao programa do governo da direita e não poupará esforços para impor recuos à sua política anti-social e antipopular, contribuir para o êxito e a vitória de importantes reivindicações e aspirações populares e favorecer a criação de condições para uma futura viragem à esquerda na política nacional.

O Comité Central salienta que a situação criada pelos resultados eleitorais impõem a necessidade de vir a construir-se uma forte convergência das forças democráticas que, sem prejuízo da sua legítima autonomia e diferenciação, permita fazer frente de forma mais eficaz aos perigos que se perfilam.

5. A situação criada com os resultados eleitorais torna ainda mais actual e mais importante o papel do PCP para os trabalhadores, o povo e o país. Depois de uma fase muito exigente condicionada pela concentração de atenções determinada por três batalhas eleitorais em apenas catorze meses, importa entrar numa nova etapa da acção do Partido, uma etapa decisiva para o fortalecimento da sua organização e intervenção e o alargamento da sua influência.

O Comité Central decide promover um amplo debate e apela à realização em todas as organizações do Partido de reuniões e plenários de militantes para analisar a situação criada pelos resultados eleitorais bem como factores que para eles tenham contribuído e que, assegurando a livre expressão das opiniões e um diálogo fraterno e enriquecedor, constitua desde já uma indispensável contribuição para a mobilização de reflexões, análises e propostas, de iniciativas, acções e medidas que, no imediato, são indispensáveis para o reforço da organização partidária e a confiante intervenção do Partido na vida nacional.

Tendo em conta os graves efeitos e repercussões dos resultados de 17 de Março, mas correspondendo também a necessidades de trabalho, debate e reflexão que o calendário político posterior ao XVI Congresso não permitiu atender, o Comité Central anuncia o seu propósito de convocar, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos, uma Conferência Nacional do Partido sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido, a realizar no mês de Junho e que deverá culminar um largo processo de participação dos militantes do Partido e da expressão das suas opiniões e contribuições (quer nas reuniões dos seus organismos e organizações quer em outras iniciativas de reflexão e debate).

Na sua próxima reunião de 13 e 14 de Abril, exercendo a competência que lhe é conferida pelos Estatutos, o Comité Central debaterá e aprovará de forma

mais precisa os objectivos da Conferência Nacional e bem assim as suas normas de preparação, representação e funcionamento.

6. O Comité Central, no quadro da resposta à situação actual, visando o fortalecimento do Partido e a concretização dos seus objectivos aponta a realização de um plano integrado de linhas de trabalho, medidas e iniciativas.

Neste sentido, assume particular destaque a contribuição e o empenhamento dos comunistas para o desenvolvimento de um grande movimento de resistência e luta de massas contra o ataque aos interesses e direitos dos trabalhadores em geral, aos da administração pública em particular e a outras camadas da população, a nova vaga de privatizações, a ameaça ao sistema público de segurança social e aos serviços públicos, nomeadamente nas áreas da saúde e dos transportes, em torno das justas aspirações populares.

O Comité Central apela aos trabalhadores e a todos os democratas para que façam das comemorações do 28.º aniversário do 25 de Abril uma grande jornada de defesa do regime democrático e dos valores de Abril.

O Comité Central apela aos trabalhadores, aos jovens, aos reformados e pensionistas para uma participação massiva no 1.º de Maio de 2002, lutando contra a ofensiva do capital e da direita, reclamando a defesa dos seus direitos e interesses, a melhoria dos salários e das pensões de reforma, a defesa da segurança social, a redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas semanais, o emprego com direitos e serviços públicos de qualidade.

O Comité Central apela também ao desenvolvimento da acção em defesa da paz e solidariedade internacional que a actual situação exige.

7. O Comité Central decide promover um movimento geral para o necessário reforço do Partido aos vários níveis e direcções de trabalho concretizando as orientações do XVI Congresso, cuja definição será objecto de aprofundamento na próxima reunião do Comité Central e para o qual adianta desde já as seguintes linhas de trabalho e iniciativas:

- a concretização das orientações para o reforço da organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores e a realização de um Encontro Nacional em 19 e 20 de Outubro sobre esta temática;

- o avanço da preparação da Conferência Nacional sobre o PCP e o poder local cuja realização agenda para o final de Fevereiro de 2003;

- o desenvolvimento e aprofundamento do trabalho junto da juventude e o apoio à realização do VII Congresso da JCP previsto para 2 e 3 de Novembro deste ano;

- a definição de iniciativas e debates para considerar o desenvolvimento do trabalho do Partido junto dos intelectuais e quadros técnicos e junto dos micro, pequenos e médios empresários;

- a adopção das medidas de direcção, quadros e

financeiras para responder às necessidades do Partido, no quadro das possibilidades actuais;

- a realização de assembleias das organizações com prioridade para as organizações de base, as organizações concelhias e de sector, a responsabilização de novos quadros;

- o prosseguimento de uma activa acção de recrutamento, no quadro da campanha em curso e um forte empenhamento na integração dos novos militantes;

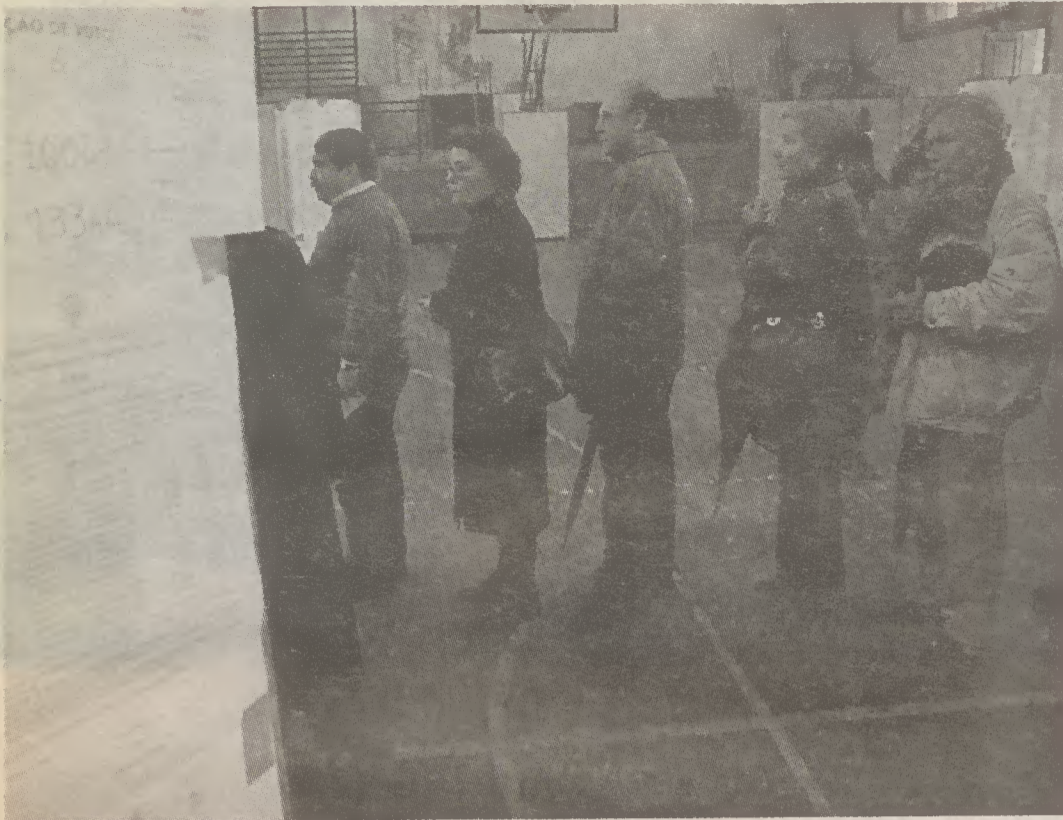
- a preparação da Festa do "Avante!" de 2002, que se realiza nos dias 6, 7 e 8 de Setembro, com o empenhamento e quadros e militantes de modo a assegurar o seu êxito como marco destacado na actividade política, cultural e artística do país.

8. O Comité Central considera necessário desenvolver o debate político e ideológico no seio do Partido para se ultrapassar dificuldades e deficiências que persistem na actividade do Partido, para uma maior inserção dos membros do Partido na vida e actividade partidária, para uma resposta mais eficaz às novas realidades, no respeito pelas opiniões e contribuições de cada membro do Partido e no quadro do fortalecimento de vida democrática interna.

O Comité Central considera como inaceitáveis e altamente prejudiciais ao desenvolvimento da actividade partidária, acções e intervenções de membros do Partido que em claro desrespeito de normas partidárias e em quebra dos mais elementares laços de solidariedade, prosseguem campanhas de ostensivo afrontamento de orientações e decisões do colectivo partidário.

9. O Comité Central considera ainda como importante direcção de trabalho a necessidade de uma intervenção mais activa na batalha das ideias, na afirmação dos valores e dos ideais do Partido e no combate a deturpações e falsificações da vida e da actividade do Partido. No quadro actual, o empenhamento das organizações na difusão e divulgação da imprensa do Partido, "O Avante!" e "O Militante" devem ser consideradas como tarefas indispensáveis para uma real informação da actividade, das posições e orientações do Partido e para a própria coesão da organização partidária.

10. O Comité Central salienta que o património de 81 anos de vida e de luta do PCP, as nobres e válidas causas que dão razão de ser à sua existência, o papel imprescindível que continua a desempenhar na sociedade portuguesa e a importância da afirmação dos seus valores e ideais reclamam que, na natural diversidade de opiniões, se fortaleça a solidariedade e espírito de entreeajuda no colectivo partidário e se impulsione uma larga mobilização de energias, vontades, capacidades e contribuições dos militantes que convirjam no crucial objectivo de superar dificuldades e reforçar a intervenção e influência do PCP na sociedade portuguesa, na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do progresso social.

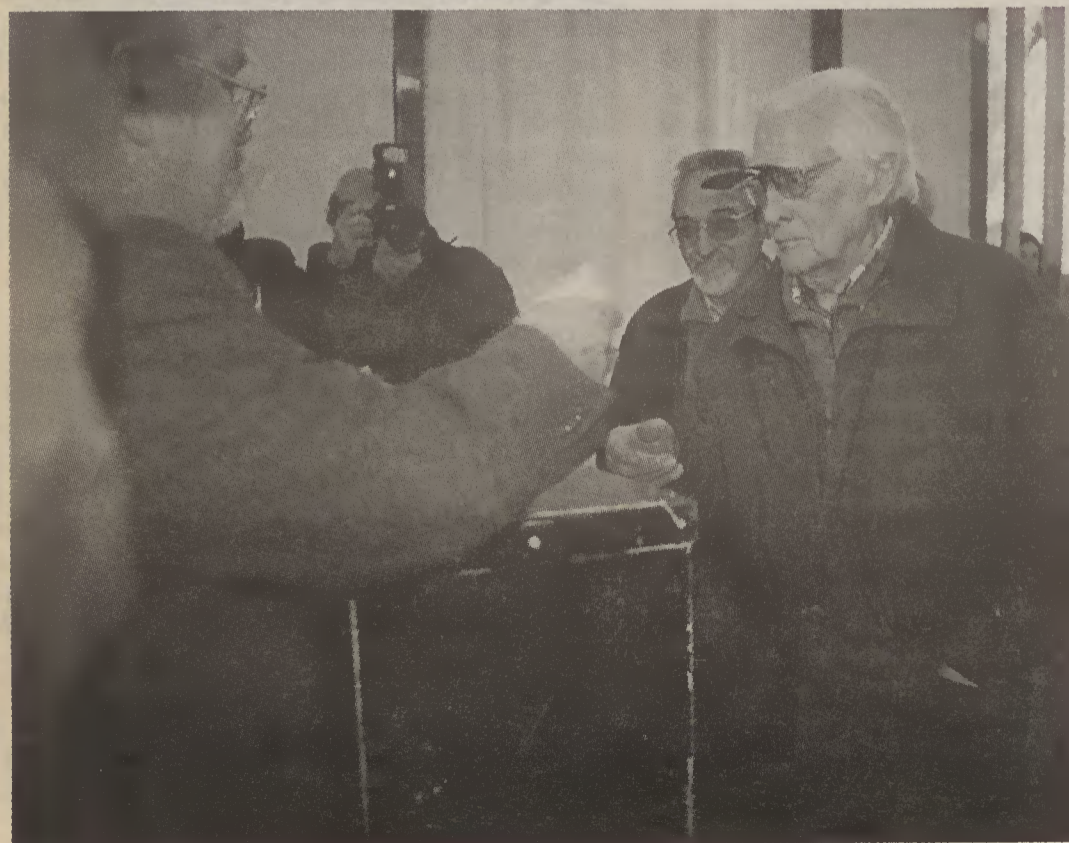


Resultados das eleições legislativas de 17 de Março de 2002



TOTAL NACIONAL

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	2179429	40,12	102	PS	2359309	43,99	112
PS	2055783	37,85	95	PPD/PSD	1733650	32,33	80
CDS-PP	475267	8,75	14	PCP-PEV	483596	9,02	17
PCP-PEV	378581	6,97	12	CDS-PP	449261	8,38	15
B.E.	149677	2,76	3	B.E.	131831	2,46	2
PCTP/MRPP	35923	0,66		PCTP/MRPP	39453	0,74	
MPT	15233	0,28		MPT	19506	0,36	
PPM	12494	0,23		PPM	16333	0,3	
P.H.	11626	0,21		PSN	11355	0,21	
POUS	4322	0,08		P.H.	7346	0,14	
PNR	3962	0,07		POUS	4055	0,08	
B.E.-UDP	3934	0,07		PDA	437	0,01	
PSN	7	0					
Inscritos	8712369	%		Inscritos	8672319	%	
Votantes	5431681	62,34		Votantes	5362894	61,84	
Abstenção	3280688	37,66		Abstenção	3309425	38,16	
Branco	54989	1,01		Branco	56841	1,06	
Nulos	50454	0,93		Nulos	49921	0,93	



Votações e mandatos por círculos eleitorais

AVEIRO

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	170774	46,33	8	PS	145575	40,17	7
PS	123536	33,51	5	PPD/PSD	138686	38,27	6
CDS-PP	47291	12,83	2	CDS-PP	49183	13,57	2
PCP-PEV	9650	2,62		PCP-PEV	12797	3,53	
B.E.	6674	1,81		B.E.	4676	1,29	
PCTP/MRPP	1468	0,4		PCTP/MRPP	1511	0,42	
P.H.	937	0,25		PPM	1148	0,32	
MPT	769	0,21		P.H.	968	0,27	
PPM	764	0,21		MPT	847	0,23	
				PSN	660	0,18	
Inscritos	580904	%		Inscritos	571455	%	
Votantes	368602	63,45		Votantes	362371	63,41	
Abstenção	212302	36,55		Abstenção	209084	36,59	
Branços	3730	1,01		Branços	3442	0,95	
Nulos	3009	0,82		Nulos	2878	0,79	

BEJA

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	35812	43,52	2	PS	39728	46,73	2
PCP-PEV	19950	24,25	1	PCP-PEV	24077	28,32	1
PPD/PSD	17443	21,2		PPD/PSD	12308	14,48	
CDS-PP	3104	3,77		CDS-PP	3315	3,9	
PCTP/MRPP	1926	2,34		PCTP/MRPP	1664	1,96	
B.E.	1562	1,9		B.E.	1316	1,55	
PPM	256	0,31		PPM	393	0,46	
MPT	187	0,23		MPT	279	0,33	
POUS	177	0,22		PSN	207	0,24	
P.H.	169	0,21					
Inscritos	141549	%		Inscritos	144921	%	
Votantes	82283	58,13		Votantes	85024	58,67	
Abstenção	59266	41,87		Abstenção	59897	41,33	
Branços	755	0,92		Branços	858	1,01	
Nulos	942	1,14		Nulos	879	1,03	

BRAGA

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	199688	44,08	9	PS	195602	44,31	8
PS	170554	37,65	8	PPD/PSD	162433	36,8	7
CDS-PP	41944	9,26	1	CDS-PP	39027	8,84	1
PCP-PEV	19880	4,39		PCP-PEV	23821	5,4	1
B.E.	7797	1,72		B.E.	5164	1,17	
PCTP/MRPP	2384	0,53		PCTP/MRPP	2947	0,67	
PPM	1243	0,27		PSN	1758	0,4	
POUS	1135	0,25		PPM	1434	0,32	
P.H.	933	0,21		MPT	973	0,22	
MPT	824	0,18		P.H.	873	0,2	
				POUS	830	0,19	
Inscritos	672876	%		Inscritos	654287	%	
Votantes	452963	67,32		Votantes	441438	67,47	
Abstenção	219913	32,68		Abstenção	212849	32,53	
Branços	3164	0,7		Branços	3125	0,71	
Nulos	3417	0,75		Nulos	3451	0,78	

BRAGANÇA

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	45054	53,16	3	PPD/PSD	36841	44,86	2
PS	25190	29,72	1	PS	32588	39,68	2
CDS-PP	9216	10,87		CDS-PP	7079	8,62	
PCP-PEV	1570	1,85		PCP-PEV	2141	2,61	
B.E.	789	0,93		B.E.	679	0,83	
P.H.	610	0,72		PCTP/MRPP	530	0,65	
PCTP/MRPP	395	0,47		MPT	296	0,36	
MPT	231	0,27		PSN	230	0,28	
Inscritos	150848	%		Inscritos	150247	%	
Votantes	84753	56,18		Votantes	82132	54,66	
Abstenção	66095	43,82		Abstenção	68115	45,34	
Branços	562	0,66		Branços	710	0,86	
Nulos	1136	1,34		Nulos	1038	1,26	



Votações e mandatos por círculos eleitorais

CASTELO BRANCO

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	55149	46,07	3	PS	63398	51,7	3
PPD/PSD	45859	38,31	2	PPD/PSD	39171	31,94	2
CDS-PP	8570	7,16		CDS-PP	7665	6,25	
PCP-PEV	3936	3,29		PCP-PEV	6442	5,25	
B.E.	1709	1,43		B.E.	1520	1,24	
PCTP/MRPP	803	0,67		PCTP/MRPP	840	0,69	
MPT	375	0,31		PPM	566	0,46	
PPM	367	0,31		MPT	424	0,35	
P.H.	327	0,27					
PNR	259	0,22					
Inscritos	190863	%		Inscritos	192358	%	
Votantes	119712	62,72		Votantes	122622	63,75	
Abstenção	71151	37,28		Abstenção	69736	36,25	
Branco	978	0,82		Branco	1047	0,85	
Nulos	1380	1,15		Nulos	1549	1,26	

COIMBRA

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	96795	41,32	5	PS	109956	47,14	6
PPD/PSD	95933	40,95	5	PPD/PSD	82025	35,17	4
CDS-PP	15717	6,71		PCP-PEV	14258	6,11	
PCP-PEV	11766	5,02		CDS-PP	13990	6	
B.E.	5723	2,44		B.E.	4545	1,95	
PCTP/MRPP	995	0,42		PCTP/MRPP	1253	0,54	
PPM	809	0,35		PPM	915	0,39	
MPT	627	0,27		MPT	619	0,27	
P.H.	528	0,23		P.H.	446	0,19	
POUS	215	0,09		POUS	235	0,1	
PNR	212	0,09					
Inscritos	378311	%		Inscritos	378701	%	
Votantes	234266	61,92		Votantes	233244	61,59	
Abstenção	144045	38,08		Abstenção	145457	38,41	
Branco	2773	1,18		Branco	2613	1,12	
Nulos	2173	0,93		Nulos	2389	1,02	

ÉVORA

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	38907	42,74	1	PS	42257	45,64	2
PPD/PSD	23032	25,3	1	PCP-PEV	22794	24,62	1
PCP-PEV	19823	21,78	1	PPD/PSD	17283	18,67	1
CDS-PP	4171	4,58		CDS-PP	4636	5,01	
B.E.	1611	1,77		PCTP/MRPP	1582	1,71	
PCTP/MRPP	1201	1,32		B.E.	1394	1,51	
MPT	256	0,28		PPM	367	0,4	
PPM	189	0,21		MPT	329	0,36	
P.H.	146	0,16		PSN	196	0,21	
POUS	84	0,09					
PNR	82	0,09					
Inscritos	147077	%		Inscritos	148820	%	
Votantes	91022	61,89		Votantes	92586	62,21	
Abstenção	56055	38,11		Abstenção	56234	37,79	
Branco	815	0,9		Branco	922	1	
Nulos	705	0,77		Nulos	826	0,89	

FARO

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	75191	40,48	4	PS	87162	48,37	5
PPD/PSD	70102	37,74	4	PPD/PSD	53096	29,46	3
CDS-PP	15479	8,33		PCP-PEV	14886	8,26	
PCP-PEV	11550	6,22		CDS-PP	13084	7,26	
B.E.	5154	2,77		B.E.	4106	2,28	
PCTP/MRPP	1863	1		PCTP/MRPP	2056	1,14	
PPM	708	0,38		MPT	1237	0,69	
MPT	703	0,38					
P.H.	439	0,24					
Inscritos	318058	%		Inscritos	313469	%	
Votantes	185766	58,41		Votantes	180216	57,49	
Abstenção	132292	41,59		Abstenção	133253	42,51	
Branco	2471	1,33		Branco	2497	1,39	
Nulos	2106	1,13		Nulos	2092	1,16	





GUARDA

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	48953	48,54	2	PS	44166	43,31	2
PS	34979	34,69	2	PPD/PSD	39970	39,2	2
CDS-PP	9630	9,55		CDS-PP	9976	9,78	
PCP-PEV	2238	2,22		PCP-PEV	3244	3,18	
B.E.	1243	1,23		B.E.	1088	1,07	
PCTP/MRPP	533	0,53		PCTP/MRPP	687	0,67	
MPT	460	0,46		MPT	411	0,4	
P.H.	381	0,38					
PPM	297	0,29					
Inscritos	171041	%		Inscritos	170987	%	
Votantes	100842	58,96		Votantes	101970	59,64	
Abstenção	70199	41,04		Abstenção	69017	40,36	
Branços	843	0,84		Branços	872	0,86	
Nulos	1285	1,27		Nulos	1556	1,53	

LEIRIA

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	121350	50,78	6	PPD/PSD	98981	42,67	5
PS	70384	29,46	3	PS	85047	36,67	4
CDS-PP	23482	9,83	1	CDS-PP	23050	9,94	1
PCP-PEV	9810	4,11		PCP-PEV	12246	5,28	
B.E.	5297	2,22		B.E.	3834	1,65	
PCTP/MRPP	994	0,42		PCTP/MRPP	1714	0,74	
MPT	671	0,28		MPT	897	0,39	
PPM	658	0,28		PSN	615	0,27	
POUS	518	0,22		POUS	468	0,2	
P.H.	414	0,17					
Inscritos	380261	%		Inscritos	374867	%	
Votantes	238954	62,84		Votantes	231945	61,87	
Abstenção	141307	37,16		Abstenção	142922	38,13	
Branços	3007	1,26		Branços	2829	1,22	
Nulos	2369	0,99		Nulos	2264	0,98	

LISBOA

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	440729	38,65	20	PS	480410	42,6	23
PPD/PSD	406323	35,64	18	PPD/PSD	307961	27,31	14
PCP-PEV	100045	8,77	4	PCP-PEV	138225	12,26	6
CDS-PP	96483	8,46	4	CDS-PP	96184	8,53	4
B.E.	53038	4,65	2	B.E.	55113	4,89	2
PCTP/MRPP	7872	0,69		PCTP/MRPP	9284	0,82	
MPT	4703	0,41		MPT	6249	0,55	
PPM	4408	0,39		PPM	4800	0,43	
PNR	1626	0,14		P.H.	2085	0,18	
P.H.	1599	0,14		PSN	1812	0,16	
POUS	1166	0,1		POUS	1489	0,13	
Inscritos	1803224	%		Inscritos	1825612	%	
Votantes	1140175	63,23		Votantes	1127653	61,77	
Abstenção	663049	36,77		Abstenção	697959	38,23	
Branços	13244	1,16		Branços	14702	1,3	
Nulos	8939	0,78		Nulos	9339	0,83	

PORTALEGRE

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	30435	45,03	2	PS	36545	51,29	2
PPD/PSD	20784	30,75	1	PPD/PSD	16068	22,55	1
PCP-PEV	8428	12,47		PCP-PEV	10723	15,05	
CDS-PP	4377	6,48		CDS-PP	4180	5,87	
B.E.	1062	1,57		B.E.	876	1,23	
PCTP/MRPP	755	1,12		PCTP/MRPP	809	1,14	
PPM	211	0,31		PPM	276	0,39	
P.H.	146	0,22		MPT	219	0,31	
MPT	138	0,2		PSN	119	0,17	
Inscritos	110329	%		Inscritos	112297	%	
Votantes	67588	61,26		Votantes	71258	63,45	
Abstenção	42741	38,74		Abstenção	41039	36,55	
Branços	627	0,93		Branços	768	1,08	
Nulos	625	0,92		Nulos	675	0,95	

Votações e mandatos por círculos eleitorais

PORTO

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	386523	41,24	17	PS	440162	47,98	19
PPD/PSD	374768	39,98	16	PPD/PSD	299703	32,67	13
CDS-PP	78816	8,41	3	CDS-PP	69087	7,53	3
PCP-PEV	43317	4,62	1	PCP-PEV	57308	6,25	2
B.E.	25198	2,69	1	B.E.	21384	2,33	
PCTP/MRPP	5733	0,61		PCTP/MRPP	4542	0,5	
MPT	2032	0,22		PPM	2714	0,3	
P.H.	1822	0,19		MPT	2061	0,22	
PNR	1057	0,11		P.H.	2009	0,22	
				PSN	1973	0,22	
				POUS	650	0,07	
Inscritos	1426551	%		Inscritos	1411557	%	
Votantes	937312	65,7		Votantes	917419	64,99	
Abstenção	489239	34,3		Abstenção	494138	35,01	
Branços	9247	0,99		Branços	8896	0,97	
Nulos	8799	0,94		Nulos	6930	0,76	

SANTARÉM

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	93168	38,38	4	PS	110326	45,5	5
PPD/PSD	92551	38,12	4	PPD/PSD	73252	30,21	3
PCP-PEV	20727	8,54	1	PCP-PEV	24554	10,13	1
CDS-PP	20392	8,4	1	CDS-PP	19559	8,07	1
B.E.	6763	2,79		B.E.	4798	1,98	
PCTP/MRPP	1453	0,6		PCTP/MRPP	2508	1,03	
PPM	901	0,37		MPT	1113	0,46	
MPT	610	0,25		PSN	833	0,34	
POUS	583	0,24					
P.H.	502	0,21					
Inscritos	387807	%		Inscritos	389692	%	
Votantes	242758	62,6		Votantes	242495	62,23	
Abstenção	145049	37,4		Abstenção	147197	37,77	
Branços	2800	1,15		Branços	2956	1,22	
Nulos	2308	0,95		Nulos	2596	1,07	

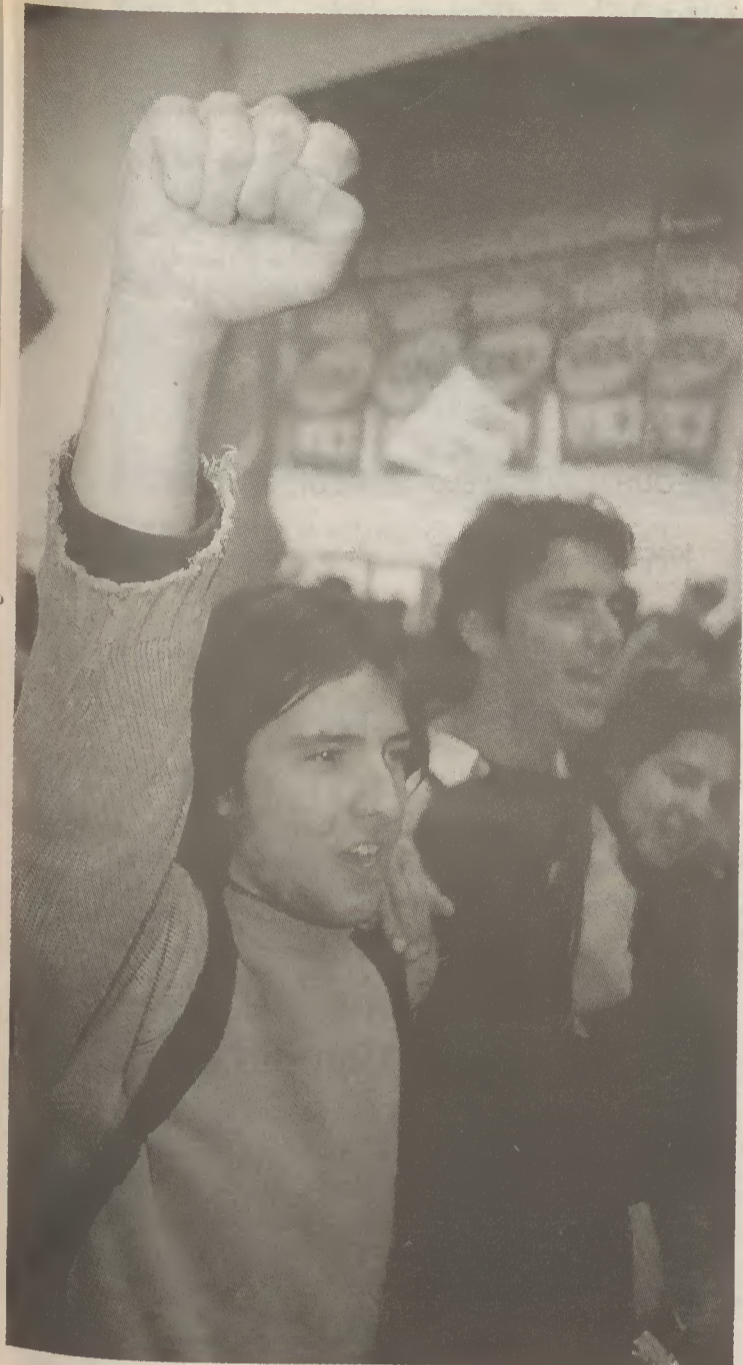
SETÚBAL

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	154938	39,29	7	PS	170193	43,65	8
PPD/PSD	97597	24,75	5	PCP-PEV	96705	24,8	5
PCP-PEV	80995	20,54	4	PPD/PSD	70340	18,04	3
CDS-PP	27110	6,87	1	CDS-PP	21969	5,63	1
B.E.	18228	4,62		B.E.	13785	3,54	
PCTP/MRPP	4332	1,1		PCTP/MRPP	4161	1,07	
MPT	1436	0,36		PPM	1780	0,46	
P.H.	774	0,2		MPT	1711	0,44	
PNR	726	0,18		PSN	782	0,2	
POUS	444	0,11		POUS	383	0,1	
Inscritos	651159	%		Inscritos	645045	%	
Votantes	394386	60,57		Votantes	389948	60,45	
Abstenção	256773	39,43		Abstenção	255097	39,55	
Branços	4559	1,16		Branços	4797	1,23	
Nulos	3247	0,82		Nulos	3342	0,86	

VIANA DO CASTELO

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	63385	45,52	3	PS	55132	40,19	3
PS	49120	35,28	3	PPD/PSD	49043	35,75	2
CDS-PP	14302	10,27		CDS-PP	19239	14,02	1
PCP-PEV	4859	3,49		PCP-PEV	6877	5,01	
B.E.	2448	1,76		B.E.	1687	1,23	
PCTP/MRPP	870	0,62		PCTP/MRPP	728	0,53	
P.H.	701	0,5		PPM	644	0,47	
PPM	506	0,36		MPT	448	0,33	
MPT	319	0,23		PSN	448	0,33	
				P.H.	358	0,26	
Inscritos	229815	%		Inscritos	225658	%	
Votantes	139237	60,59		Votantes	137179	60,79	
Abstenção	90578	39,41		Abstenção	88479	39,21	
Branços	1236	0,89		Branços	1154	0,84	
Nulos	1491	1,07		Nulos	1421	1,04	





VILA REAL

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	69083	54,13	3	PPD/PSD	56507	45,43	3
PS	40630	31,84	2	PS	50691	40,76	2
CDS-PP	10303	8,07		CDS-PP	8599	6,91	
PCP-PEV	2513	1,97		PCP-PEV	2992	2,41	
B.E.	1113	0,87		B.E.	995	0,8	
P.H.	435	0,34		PPM	658	0,53	
PCTP/MRPP	405	0,32		PCTP/MRPP	656	0,53	
PPM	347	0,27		PSN	504	0,41	
MPT	300	0,24		MPT	296	0,24	
PSN	7	0,01					
Inscritos	221222	%		Inscritos	219118	%	
Votantes	127620	57,69		Votantes	124375	56,76	
Abstenção	93602	42,31		Abstenção	94743	43,24	
Branços	826	0,65		Branços	906	0,73	
Nulos	1658	1,3		Nulos	1571	1,26	

VISEU

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	108958	52,3	5	PPD/PSD	90116	44,25	4
PS	64831	31,12	3	PS	77809	38,2	4
CDS-PP	22160	10,64	1	CDS-PP	21294	10,45	1
PCP-PEV	3162	1,52		PCP-PEV	4470	2,19	
B.E.	2999	1,44		B.E.	2399	1,18	
PCTP/MRPP	783	0,38		PCTP/MRPP	994	0,49	
P.H.	763	0,37		PSN	648	0,32	
PPM	472	0,23		PPM	638	0,31	
MPT	415	0,2		P.H.	607	0,3	
				MPT	445	0,22	
Inscritos	350326	%		Inscritos	348083	%	
Votantes	208345	59,47		Votantes	203673	58,51	
Abstenção	141981	40,53		Abstenção	144410	41,49	
Branços	1565	0,75		Branços	1780	0,87	
Nulos	2237	1,07		Nulos	2473	1,21	

REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	40734	45,36	3	PS	49947	53,27	3
PS	36788	40,96	2	PPD/PSD	33564	35,8	2
CDS-PP	7521	8,37		CDS-PP	5215	5,56	
B.E.	1269	1,41		PCP-PEV	1612	1,72	
PCP-PEV	1257	1,4		B.E.	992	1,06	
PPM	358	0,4		PDA	437	0,47	
PCTP/MRPP	281	0,31		PCTP/MRPP	330	0,35	
MPT	177	0,2		MPT	177	0,19	
Inscritos	186832	%		Inscritos	186578	%	
Votantes	89808	48,07		Votantes	93763	50,25	
Abstenção	97024	51,93		Abstenção	92815	49,75	
Branços	693	0,77		Branços	687	0,73	
Nulos	730	0,81		Nulos	802	0,86	

REGIÃO AUTÓNOMA DA
MADEIRA

2002				1999			
Partidos	Votos	%	Mandatos	Partidos	Votos	%	Mandatos
PPD/PSD	67058	53,52	4	PPD/PSD	56302	46,31	3
PS	32124	25,64	1	PS	42615	35,05	2
CDS-PP	15199	12,13		CDS-PP	12930	10,63	
B.E.-UDP	3934	3,14		PCP-PEV	3424	2,82	
PCP-PEV	3105	2,48		B.E.	1480	1,22	
PCTP/MRPP	877	0,7		PCTP/MRPP	657	0,54	
				PSN	570	0,47	
				MPT	475	0,39	
Inscritos	213316	%		Inscritos	208567	%	
Votantes	125289	58,73		Votantes	121583	58,29	
Abstenção	88027	41,27		Abstenção	86984	41,71	
Branços	1094	0,87		Branços	1280	1,05	
Nulos	1898	1,51		Nulos	1850	1,52	



Organizações do PCP analisam resultados eleitorais e apontam linhas de trabalho

Trabalhar mais e melhor

Terminadas as eleições – cujos resultados, depois de terem merecido uma primeira análise do Comité Central, estão a ser debatidos nas várias organizações do Partido – inicia-se, agora, com energia renovada, um novo ciclo de debates e iniciativas diversas no sentido de reforçar o Partido e responder a eventuais debilidades da organização ou deficiências de trabalho.

Plenários para analisar a situação política e social e os resultados eleitorais e traçar as linhas futuras de trabalho representam, assim, o grosso das iniciativas, que abrangem, ainda, as comemorações do 81.º aniversário do Partido e outras realizações.

Hoje, 22 de Março

– **Plenário** de militantes do sector de **Comunicações, Água e Energia da ORL** - às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória.

– **Plenário** de militantes do sector de **Transportes da ORL** - às 18h30, no CT Vitória, com a participação de **Jerónimo de Sousa**, da Comissão Política.

– **Plenário** de militantes da organização da freguesia do **Cacém** - às 21h30, no Centro de Trabalho do Cacém, com a participação de um camarada do Comité Central.

– **Plenário** de militantes da freguesia de **Caneças**, seguido de beberete - às 17h00, no CT de Caneças, com Francisco Pereira, do Comité Central.

– **Encontro de Quadros** do concelho de **Odivelas** - às 21h00, na Sociedade Musical Odivelense.

– **Reunião da DORAV** - às 21h00, no CT de Aveiro.

Sábado, 23

– **Plenário** de militantes da freguesia de **Benfica** - às 15h00, no CT de Benfica, com a participação de um camarada do Comité Central.

– **Plenário** de militantes da **Brandoa** - às 15h00, no CT da Brandoa.

– **Plenário** de militantes da Freguesia de **Olivais**, Lisboa - às 15h00, na SFUCO (junto à Piscina dos Olivais).

– **Plenário** de militantes da **Póvoa de Sta. Iria** - às 17h00.

– **Plenário** de militantes de **Vila Franca de Xira** - às 15h00.

– **Plenário** de militantes de **Castanheira do Ribatejo** - às 18h00.

– **Plenário** de militantes da **Marinha Grande** - às 21h30, no CT da Marinha Grande, com a participação de **José Augusto**, do Comité Central.

– **Plenário** da organizações concelhias de: **Oliveira de Azeméis**, às 15h00; de **São João da Madeira**, às 21h00; de **Ilhavo**, às 21h00.

Domingo, 24

– **Plenário** de militantes da **Damaia** - às 15h30, no CT da Damaia.

– **Plenário** de militantes da **Sobreda** - às 15h30, na Comissão de Moradores de Vale Figueira.

Segunda-feira, 25

– **Plenário** de militantes do **Sector da Função Pública da ORL** - entre as 18h30 e as 21h00, na sala 501 do CT Vitória.

– **Plenário** do Sector de **Saúde da ORL** - às 21h00, no CT Vitória, com a participação de Francisco Lopes, da Comissão Política.

– **Plenário da Comissão Concelhia, das Comissões de Freguesia e do Sector de Empresas de Algés** - às 21h00, no CT de Algés (R. Ernesto da Silva, 107).

– **Plenário** de militantes da **Falagueira** - às 20h30, no CT da Amadora.

Terça-feira, 26

– **Reunião** do Organismo de Direcção da **Zona Centro** de Lisboa - às 20h30, no CT Vitória.

– **Plenário** da Organização Concelhia de **Aveiro** - às 21h00.

– **Plenário** da Comissão Concelhia de **Águeda** - às 21h00.

Quarta-feira, 27

– **Plenário** de militantes de **Odivelas** - às 18h00, no CT de Odivelas, com Francisco Pereira.

– **Plenário** da Organização Concelhia de **Estarreja** - às 21h00.

– **Plenário** da Organização Concelhia de **Santa Maria da Feira** - às 21h00.

– **Reunião plenária** de militantes das freguesias de **Ameixoeira, Lumiar e Charneca**, aberta a simpatizantes - às 21h00, no CT do Lumiar, com Alexandre Teixeira, do CC.

Sábado, 23

– **Noite de fados**, promovida pela **Comissão Concelhia de Sintra**, às 20h00, no CT do Algueirão.



Viagem

a Santiago de Compostela

Aproveitando as festas da Páscoa, a Célula dos Trabalhadores da Autarquia de Almada promove uma viagem a Santiago de Compostela, La Coruña, nos dias 28, 29, 30 e 31 de Março. Inscrições e informações: camarada José António – Telef. 965225870.

Comemorações do 81.º aniversário do PCP

Sábado, 23

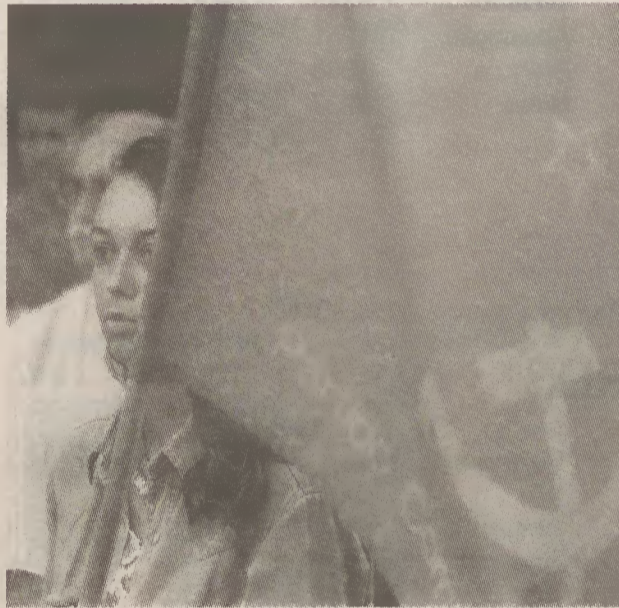
– **Convívio/festa** da organização do concelho de **Avis**, às 16h00, no salão da Junta de Freguesia de Figueira e Barros.

– **Almoço** promovido pela **Zona Centro de Lisboa** e análise dos resultados eleitorais - às 13h00, no CT Vitória, com um camarada do Comité Central.

Domingo, 24

– **Almoço** promovido pela organização de **Alhos Vedros** - às 13h00, no Restaurante Maelma, em **Brejos de Faria**, Alhos Vedros, com a participação de Jorge Pires, da Comissão Política.

– **Almoço**, no **Feijó**, promovido pela Comissão Concelhia de Almada - às 13h00, com a participação de **Manuel Valente**, do Comité Central.



Octávio Teixeira

O Comité Central foi anteontem informado que o camarada Octávio Teixeira, na sequência de uma opção pessoal que levou ao seu pedido de substituição como Presidente do Grupo Parlamentar do PCP e deputado à Assembleia da República, deixou, também por sua opção, em 12 de Novembro do ano passado, de integrar a Comissão Política do PCP.

A proximidade das eleições autárquicas e depois a inopinada convocação de eleições legislativas antecipadas levaram a direcção do Partido, com o acordo do camarada Octávio Teixeira, a deferir essa comunicação ao Comité Central para a reunião após 17 de Março.

Essa decisão teve em vista, no quadro de uma preocupação partilhada com o próprio, evitar o estabelecimento de confusões entre a opção pessoal do camarada Octávio Teixeira de não continuar como membro da Comissão Política do PCP e as atitudes e campanhas desencadeadas por alguns membros do Partido, com os consequentes prejuízos para a intervenção do PCP em duas importantes batalhas eleitorais.

O camarada Octávio Teixeira mantém a sua qualidade de membro do Comité Central e, como nestes últimos meses, continuará a dar a sua qualificada colaboração à actividade do Partido.

Paris

Casa de Portugal

A Casa André Gouveia corre o risco de encerrar as portas, alerta a Direcção da Organização do PCP na Emigração face ao anúncio pela Fundação Calouste Gulbenkian da sua intenção de cortar a subvenção anual que atribua há mais de trinta anos à Casa André Gouveia (Casa de Portugal em Paris), fundamental no apoio à Comunidade Portuguesa em França e aos estudantes portugueses que aprofundam os seus estudos em Paris e na divulgação da cultura portuguesa.

Apesar de apenas representar 3% das subvenções atribuídas a entidades que

se encontram no estrangeiro, esta subvenção tem sido de «importância vital para a sobrevivência da Casa André Gouveia», lembram os comunistas, considerando que o Governo português «não pode continuar a ignorar este problema», devendo intervir no sentido de se encontrar uma solução que assegure a continuidade de uma instituição «prestigiada» e que «muitas das vezes tem substituído o Estado português».

Em nota à comunicação social, o PCP e apela, ainda, à mobilização do movimento associativo e da comunidade portuguesa em defesa da Casa de Portugal.



Mais «Avante!»

«Avante! – O jornal que dá nome à Festa» é o slogan do cartaz que, aproveitando os locais de fixação de propaganda eleitoral, dá corpo, desde segunda-feira, a uma campanha de promoção e divulgação do nosso jornal.



Ovar Perde o País perdem os trabalhadores

No próprio domingo, após conhecimento dos resultados eleitorais, a Comissão Coordenadora de Ovar da CDU procedeu à sua análise, registando «com grande preocupação» a conquista por parte da direita de «uma maioria parlamentar que não deixará de concretizar-se em políticas de cariz neoliberal, designadamente em ofensivas claras aos direitos dos trabalhadores portugueses».

Referindo concretamente o concelho de Ovar, a CDU considera que ele «acaba por registar a mesma tendência nacional de reforço da direita, com uma diminuição significativa de votos na CDU», não tendo, também, a vitória do PS evitado a quebra de deputados socialistas eleitos a nível do distrito de Aveiro.

Assim, para a Comissão Coordenadora de Ovar da CDU, o resultado eleitoral, tanto a nível nacional como local, é «negativo» para o concelho mas sobretudo «para o país e para os trabalhadores em geral». A CDU não deixa, entretanto, de salientar «o quadro de intensa bipolarização entre PS e PSD» em que decorreu a campanha eleitoral, durante a qual se tentou – e em mui-

tos casos se conseguiu – «transformar a eleição dos 230 deputados da República numa eleição para primeiro-ministro de Portugal, «prejudicando-a claramente na sua democraticidade».

Afirma a CDU que as razões de tal quebra não deixarão de lhe merecer «uma análise colectiva profunda e serena», embora desde já considere que as suas causas não residem «nas propostas e no trabalho realizado com que a CDU se apresentou ao eleitorado». Em sua opinião, o projecto da CDU «continua válido, cada vez mais necessário e cuja actualidade será certamente demonstrada amplamente ao longo deste mandato que agora começa».

Por fim, a Comissão Coordenadora de Ovar da CDU saúda os militantes pela sua participação na campanha eleitoral e reafirma a «firme disponibilidade» para prosseguir a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores «e contra as políticas de direita que apontam objectivamente para a privatização do que resta das funções sociais do Estado, com particular destaque para a saúde e segurança social e para uma desregulamentação total das leis laborais».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Augusto Pereira Gomes Rocha Soares

Faleceu, no passado dia 9 de Maio, com 74 anos de idade, o camarada Augusto Pereira Gomes Rocha Soares, militante do PCP desde Abril de 1976. Foi engenheiro da Amonfaco Portuguesa e gestor de projectos na Quimigal, EP. Em 1979, foi eleito pelos trabalhadores como seu representante no Conselho de Gestão, embora não tenha chegado a tomar posse por essa figura ter deixado, entretanto, de constar na lei. Era, desde 1977, membro da Comissão para os Assuntos Económicos junto do Comité Central, onde, até final dos anos 80, exerceu uma intensa actividade na área industrial.

José Lopes de Almeida

Faleceu recentemente o camarada José Lopes de Almeida, de 72 anos de idade, reformado. Destacado militante do Partido na cidade de Coimbra desde os tempos da ditadura, foi dirigente da União dos Sindicatos de Coimbra após o 25 de Abril. Apesar de agora reformado, continuava a dar, todos os dias, preciosa colaboração à sua organização e aos seus camaradas.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Forças Armadas

● Rui Fernandes

Uma preocupação permanente (*)

São conhecidas as dificuldades que percorrem as Forças Armadas, das quais dão conta, ainda que parcialmente, as últimas notícias vindas a público sobre os constrangimentos financeiros. Mas é pura mistificação situar os problemas meramente no terreno orçamental. Na verdade, mais dinheiro não é sinónimo de mais meios ou de meios mais adequados às prioridades e necessidades nacionais e, muito menos, de melhores Forças Armadas.

Importa dizer, no entanto, que, se a situação nas Forças Armadas é a que é, a responsabilidade é de alguém. Também aqui a culpa não pode morrer solteira. O que é inegável é que este processo de degradação teve início com os governos do PSD, processo a que o PS não soube ou não quis inverter o rumo. Combatendo as falsas amnésias, é oportuno recordar que foi com o PSD que se governamentalizou o método de escolha das Chefias; que, irresponsavelmente, se diminuiu para 4 meses o SMO, pondo em causa a operacionalidade das Forças Armadas, particularmente do Exército; que vários dirigentes associativos foram punidos, com o PSD a recusar alterar o artigo 31.º da Lei da Defesa Nacional e Forças Armadas; que tiveram início os cortes orçamentais; que foi aprovado o novo sistema retributivo, que ainda hoje tantos problemas causa; que, através do Ministério do Mar, novas desarticulações foram provocadas no sistema de autoridade marítima, etc. O PS, concordante, no essencial, com muitas destas medidas, criou, no entanto, em 1995, alguma expectativa, que os seis anos de Governo e cinco ministros frustraram por completo. Pode então dizer-se que a situação em que as Forças Armadas se encontram resulta de mais de 20 anos de opções PSD e PS (só o PSD foi responsável pela pasta de 82 a 95), situação que se foi agravando à medida que se instituiu, como primado, a ideia, passada ao povo português, de que capacidade para enviar militares para missões externas significava capacidade nacional de Defesa. A vida prova que assim não é, como atempadamente o PCP afirmou. Mas prova também que o prestígio de Portugal não se defende através de uma política de submissão, mas antes através do potenciamento das capacidades e potencialidades nacionais nas suas diferentes vertentes – política, económica, diplomática, social, cultural e militar. É este conceito integrado que deve definir aquelas que devem ser as opções estratégicas de Portugal, conceito este trocado por outro que assenta na lógica de que Portugal quando defende os interesses da NATO, dos EUA ou das potências Europeias, defende os seus próprios interesses. O PCP considera que Portugal tem interesses próprios a defender. Por isso, ousou o PCP apresentar um projecto de *Grandes Opções do Conceito Estratégico* e procurou também, por essa via, dar um contributo para o debate que todos dizem ser necessário fazer, mas relativamente ao qual ninguém ousa tomar a

iniciativa. De facto, é preciso menos reptos e mais acção. E por isso, no âmbito das eleições presidenciais, promovemos uma declaração sobre Defesa Nacional e Forças Armadas. Aliás, fomos os únicos a fazê-lo. E não nos alegra o facto de termos sido os únicos, pois isso é revelador de que, entre promessas eleitorais e comentários inopinados para mediatização e trabalho sério, honrado e responsável, há uma enorme distância a que os portugueses e, no concreto, as nossas Forças Armadas, não merecem estar sujeitas. Por isso dizemos que honramos os nossos compromissos! Por isso alertamos para o facto de que há votos que só são úteis para o partido que os recebe e não para o cidadão que os dá. Um traço revelador das abordagens sobre as Forças Armadas é ignorarem a área do Pessoal e, no entanto, esta é a componente principal de qualquer organização. E quando os militares aparecem a público dizendo que «a coisa vai mal», há quem pense que é ignorando o que dizem, quando não desvirtuando, que os problemas se resolvem. Os militares estão descontentes não porque não saibam, não aceitem ou não compreendam constrangimentos financeiros, mas porque esses constrangimentos têm de ter um limite – abaixo do qual passam a chamar-se «granel» –, e não entendem que sejam anunciadas medidas reestruturadoras que, necessariamente, implicam mais verbas, e vejam suceder precisamente o contrário. Assim sendo, nada é lógico, nada encaixa e tudo vai definhando na indecisão, na inconsequência. A reflexão séria que é preciso fazer tem de ter como pressuposto uma postura descomplexada, com vista à definição, com *credibilidade*, do futuro. Não o futuro das opções para agradar no plano externo, mas que dêem resposta às nossas vulnerabilidades nacionais. Não o futuro que ignore o importante contributo das associações de militares, mas que consagre a sua existência e a sua qualificada contribuição. Não o futuro que mantenha o definhamento das carreiras e a desvalorização funcional, mas que crie mecanismos que respondam a esses problemas. Não o futuro em que persistam sistemas de avaliação do mérito relativo dos militares tão discrepantes, de ramo para ramo, e tão recheados de subjectividade e em que a sorte pode determinar uma carreira, mas um futuro que premeie a competência, o espírito de decisão, que estimule a frontalidade e a franqueza. Não o futuro das «engenharias» financeiras, do «esquema», mas o futuro do rigor orçamental e da verificação das despesas. Não o futuro em que se fale muito de missões de interesse público, mas em que se fazem, e cada vez mais, missões de interesse externo.

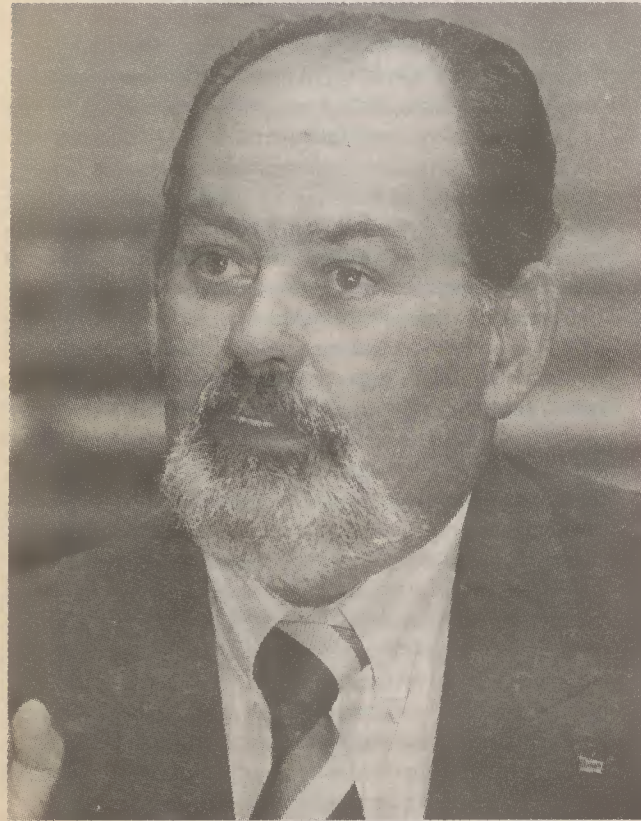
O PCP tem tido sobre todas estas matérias uma postura de empenhamento construtivo, empenhamento que continuará a determinar a sua acção e iniciativa, no quadro da avaliação própria que faça em cada momento.

(*) Este artigo foi enviado para o «Diário de Notícias», correspondendo a um pedido do referido jornal, mas não foi publicado. Só publicaram os do PSD e do PS.



Deputados eleitos pela CDU

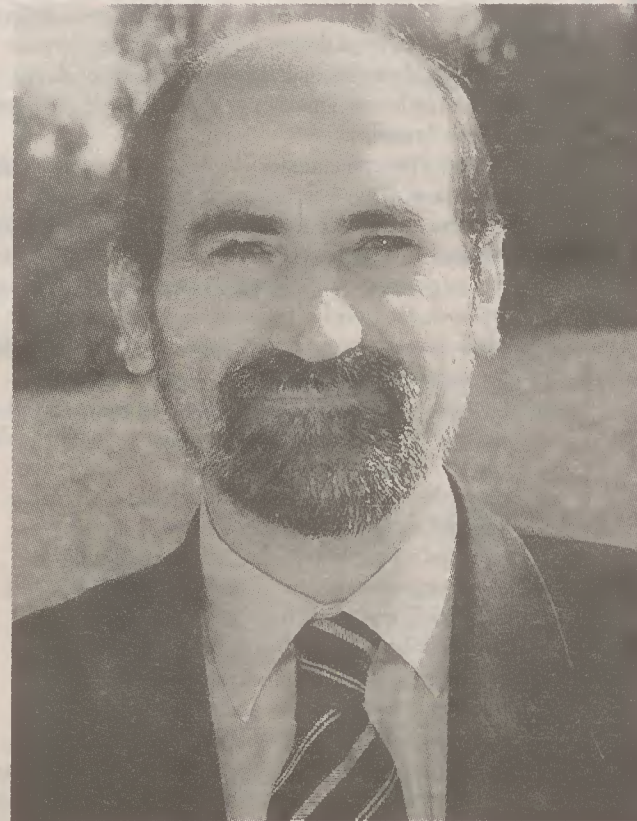
Beja



Rodeia Machado

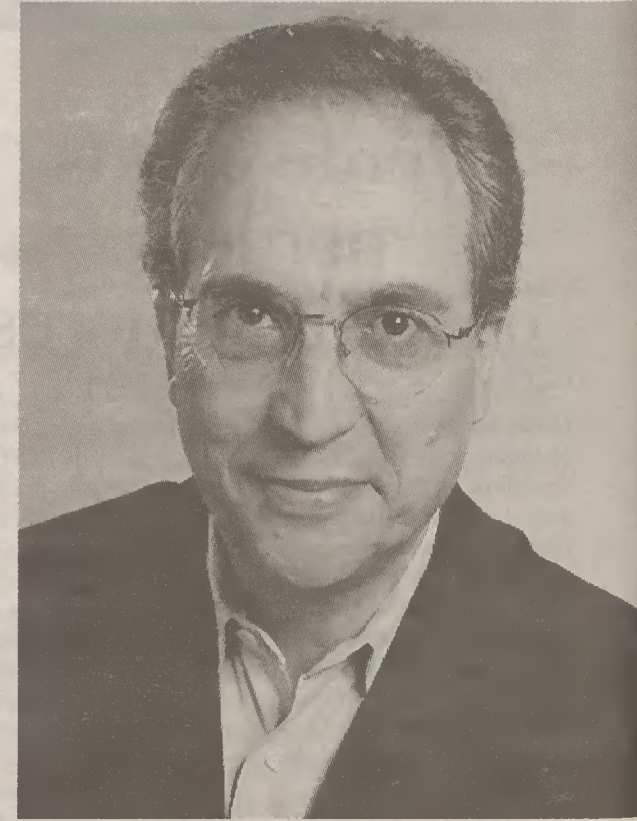
53 anos. Funcionário da Segurança Social de Beja. Deputado na Assembleia da República. Secretário da Mesa da Assembleia da República. Dirigente Associativo do Movimento Cooperativo e dos Bombeiros. Vereador da Câmara Municipal de Cuba. Membro do Executivo da Direção da Organização Regional de Beja do PCP.

Évora



Lino de Carvalho

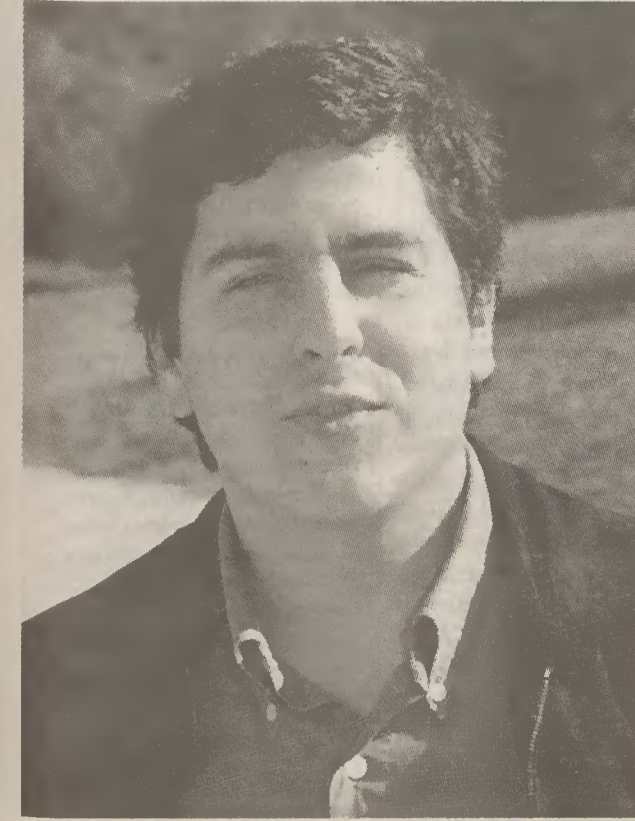
55 anos. Deputado na Assembleia da República. Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Membro das Comissões Parlamentares de Economia e Agricultura. Membro da Direção do Grupo Unitário de Esquerda do Conselho da Europa. Membro da Assembleia Municipal de Évora. Membro da Direção da Organização Regional de Évora e do Comité Central do PCP.



Carlos Carvalhas

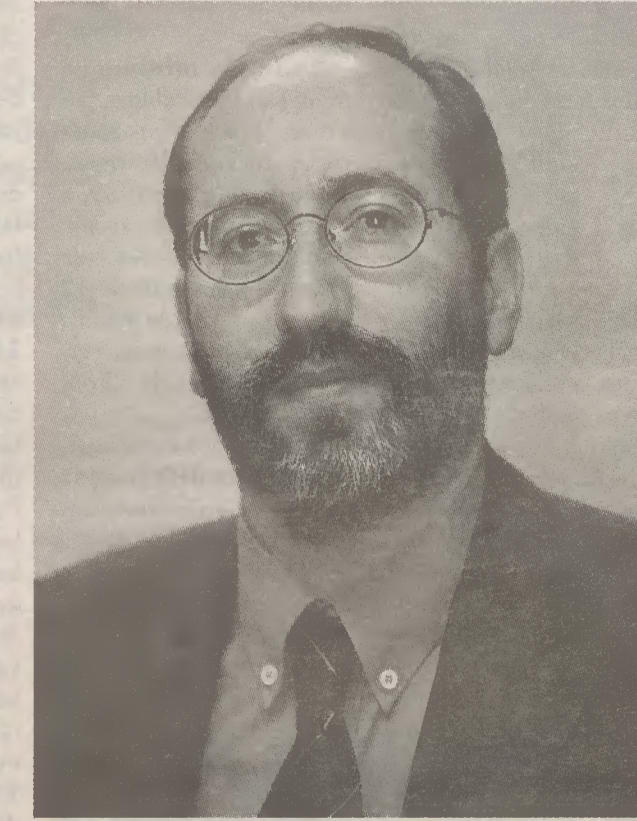
59 anos. Economista. Após o 25 de Abril foi secretário de Estado do Trabalho em cinco Governos Provisórios. Foi Deputado no Parlamento Europeu e Deputado no Conselho da Europa, onde foi Presidente do Grupo Comunista. Foi candidato do PCP à Presidência da República em 1990. Deputado na Assembleia da República. Membro do Conselho de Estado. Secretário-geral do PCP.

Lisboa



Bernardino Soares

30 anos. Jurista. Deputado na Assembleia da República. Membro da Comissão de Ética. Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.



António Filipe

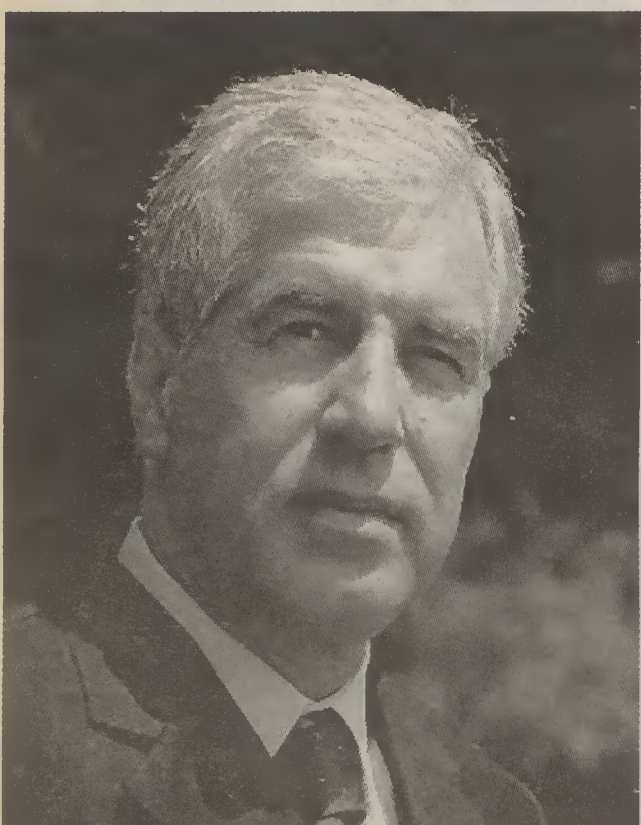
38 anos. Jurista. Vereador na Câmara Municipal de Amadora. Deputado na Assembleia da República. Membro do Comité Central do PCP.



Isabel de Castro

46 anos. Empregada Bancária. Deputada na Assembleia da República. Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Porto



Honório Novo

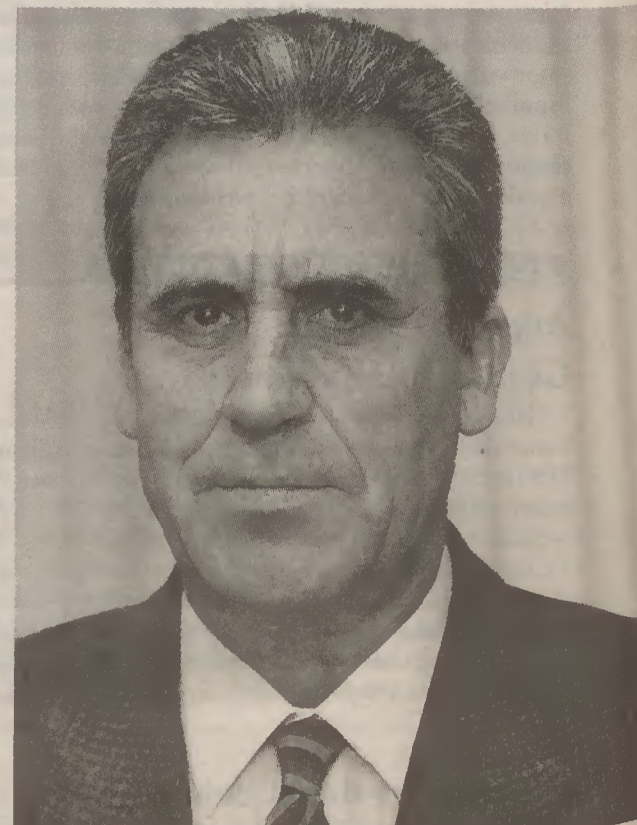
51 anos. Engenheiro. Professor do Ensino Secundário. Vereador da Câmara Municipal de Matosinhos. Deputado na Assembleia da República. Membro da Direção da Organização Regional do Porto e do Comité Central do PCP.

Santarém



Luísa Mesquita

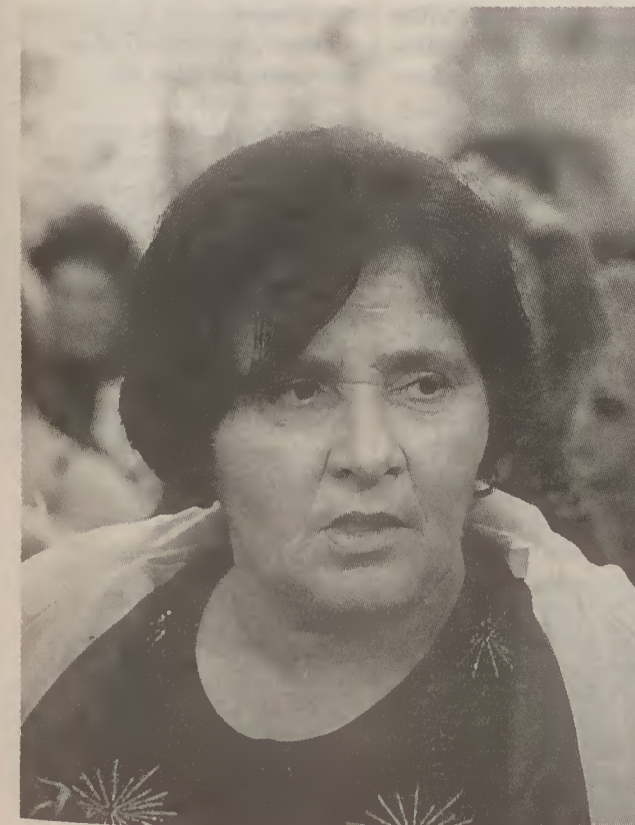
52 anos. Professora. Licenciada em Filologia Românica. Mestre em Literatura e Cultura Portuguesas Contemporâneas. Deputada na Assembleia da República. Vice-Presidente da Comissão de Educação Ciência e Cultura. Vereadora na Câmara Municipal de Santarém. Membro da Direção da Organização Regional de Santarém do PCP.



Jerónimo de Sousa

54 anos. Operário Metalúrgico. Foi membro da Direção do Sindicato dos Metalúrgicos em 1973-74. Faz parte do Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e dos corpos gerentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. Foi candidato do PCP às eleições presidenciais em 1996. Foi deputado à Assembleia Constituinte e deputado na Assembleia da República. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Setúbal



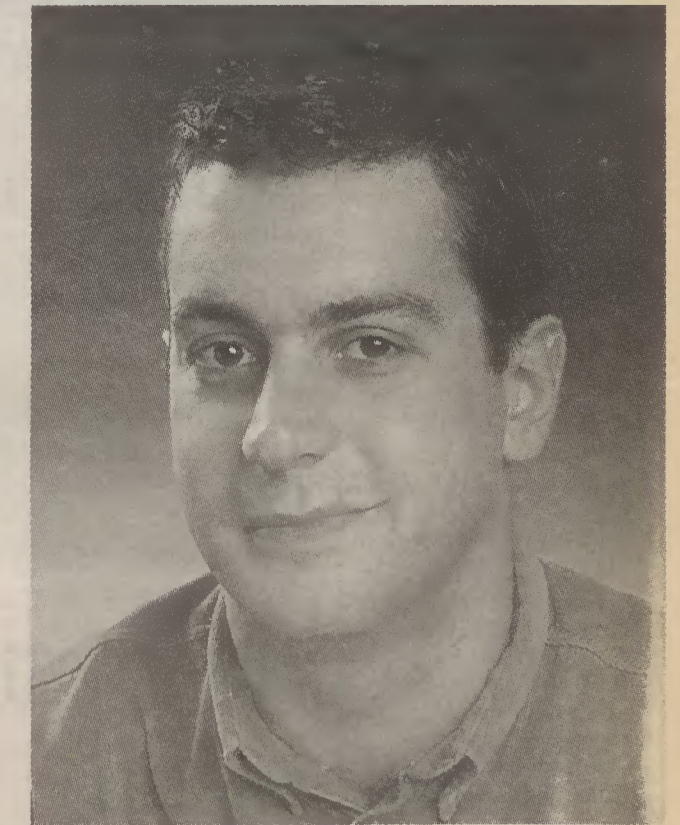
Odete Santos

60 anos. Advogada. Deputada na Assembleia da República. Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal. Membro do MDM. Membro da Direção da Organização Regional de Setúbal e do Comité Central do PCP.



Heloísa Apolónia

32 anos. Jurista. Deputada na Assembleia da República. Eleita na Assembleia Municipal da Moita. Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».



Bruno Dias

25 anos. Técnico Superior da Administração Local. Deputado na Assembleia da República. Eleito na Assembleia Municipal de Almada. Membro da Direção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

Melka

Aguardar até Abril uma nova resposta da administração em relação às reivindicações dos aumentos salariais foi a decisão tomada, segunda-feira, pelos trabalhadores da empresa de confecções Melka, num plenário realizado no Cacém. Os trabalhadores da multinacional inglesa não desistem de reivindicar um aumento nos salários na ordem dos 4,4 por cento, contra os 3,2 por cento apresentados pela direcção da empresa, e reclamam efeitos retroactivos a Janeiro e não a Março, como pretende a administração, disse à Lusa António Marques. Este dirigente do Sindicato dos Têxteis do Sul e da Fesete/CGTP realçou que os trabalhadores «não estão contra todas as propostas», mas «continuam descontentes» com as posições patronais.

Enatur

Uma greve de 48 horas na Páscoa, dias 30 e 31 de Março, foi marcada pela comissão negociadora sindical na Enatur, para protestar contra a «venda de pousadas, os despedimentos e o plano de reestruturação» e para exigir salários justos. Uma informação divulgada pelo Sindicato da Hotelaria do Norte refere que o «comportamento afrontoso» da administração na última reunião de negociações da revisão do Acordo de Empresa «não deixou alternativa aos trabalhadores que não seja a luta». Para os representantes dos trabalhadores, o problema da Enatur não é o número de pousadas, ou se estas são regionais ou históricas, ou o excesso de pessoal. «O problema da Enatur é a fraca ocupação dos estabelecimentos, a má gestão e os gastos sem causa e supérfluos», acusa o sindicato, que atribui a culpa desta situação, «em primeiríssimo lugar», ao Governo, à administração e a alguns directores. O plano de reestruturação «não visa a efectiva reestruturação, que aliás defendemos, mas a completa destruição da Enatur, tal como existe desde a sua fundação», acusa-se na nota sindical, que protesta ainda contra uma proposta de apenas 3 por cento de actualização salarial, apresentada como inalterável.

Lusoceram

Foi desconvocada pelo Sindicato da Cerâmica, Cimentos e Similares do Sul e Regiões Autónomas uma concentração de trabalhadores, marcada para dia 13, junto à sede da Lusoceram, em Lisboa, «em virtude da disponibilidade da empresa para desbloquear a situação».

Hotéis

Concentraram-se frente à sede das associações patronais trabalhadores de hotéis, cantinas e refeitórios, que dia 13 protestaram contra a recusa dos patrões a negociar o Contrato Colectivo de Trabalho.

STAL denunciou na rua os prejuízos da política de direita na Administração Pública

Culpem os culpados!

Não são os trabalhadores os responsáveis pela má gestão, salientou o sindicato no Porto, apontando os traços comuns aos governos do PS e do PSD nos últimos 16 anos e expressando preocupação face às propostas eleitorais.

Numa declaração enviada aos partidos políticos e a várias entidades, e em 18 painéis expostos publicamente na quarta-feira da semana passada, a Direcção Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local salientou que não foram os funcionários públicos que «promoveram o despesismo, as privatizações, os boys, distribuíram os carros de luxo e outras mordomias».

A «política de direita, seguida pelos governos do PS e do PSD ao longo dos últimos 16 anos» mereceu a condenação do STAL, que realçou o contraste entre aquelas práticas e «a degradação do poder de compra dos trabalhadores das autarquias, metade dos quais auferem vencimentos inferiores a 500 euros mensais».

«Os trabalhadores não são os culpados pelos erros de má gestão na Administração Pública, mas antes os mais prejudicados», afirmou o sindicato, reclamando a valorização do trabalhador e políticas com conteúdo social, que garantam «a universalidade do acesso a serviços públicos de qualidade».

O STAL manifestou «preocupação com as propostas eleitorais do PS e do PSD», as quais «apontam para o avanço do processo privatizador, para a desregulamentação laboral, para a injustiça fiscal e para o congelamento dos salários». O sindicato verificou que «as dinâmicas de governação» do PSD e do PS «em tudo se assemelham», ambas marcadas pela «lógica neoliberal de destruição dos servi-

ços públicos, de desregulamentação laboral e de cedência aos grandes grupos económicos».

Alguns dos painéis referiam, precisamente, a evolução de indicadores objectivos nestas quase duas décadas.

O salário mínimo da Administração Pública, por exemplo, inverteu a sua posição face ao salário mínimo nacional: em 1989, o «índice 100» do regime geral dos trabalhadores do Estado estava mais de 12 por cento acima do mínimo tolerado no País; no ano corrente, está mais de 12 por cento... abaixo.

Aumentaram significativamente as diferenças entre os salários dos trabalhadores e as remunerações dos titulares de cargos políticos ou equiparados. Desde 1985, por exemplo, triplicou a diferença entre os vencimentos de um «técnico superior de 2.ª» e de um «director-geral».

Enquanto, no mesmo período, a remuneração de um cantoneiro de limpeza, em início de carreira, se valorizou menos de 2,5

vezes, os titulares de cargos políticos passaram a ganhar 6 vezes mais e os directores-gerais quase que decuplicaram os rendimentos.

O STAL apontou alguns casos demonstrativos de que o caminho para a redução da despesa pública não deve passar pelo sacrifício dos trabalhadores, com sucessivas imposições de perdas salariais. É que, numa atitude muito diferente, um director distrital do Instituto de Solidariedade e Segurança Social recebe quase 900 contos (mais de 4400 euros), próximo desse nível está cada administrador do Instituto de Aviação Civil, e muito acima estão os presidentes da Águas de Portugal, do IPE, da Caixa Geral de Depósitos ou do Instituto das Comunicações de Portugal. Mantém-se desconhecido do STAL o valor do ordenado do Governador do Banco de Portugal, mas o sindicato promete descobrir quanto ganha Vítor Constâncio, que foi dos primeiros a publicamente receber a «moderação salarial» para os funcionários do Estado.

Lucros

A Portugal Telecom registou lucros de 307,4 milhões de euros (mais de 60 milhões de contos) em 2001, referiu a Lusa, citando o anúncio oficial feito pela empresa no dia 13. Este resultado representa menos 43 por cento do que o lucro obtido no exercício anterior, superando assim previsões que apontavam para uma queda 50 por cento. A redução dos lucros é explicada essencialmente por custos extraordinários, devido à provisão de 184 milhões de euros (quase 37 milhões de contos) para financiar o programa de redução de efectivos em curso e 55 milhões de euros (11 milhões de contos) de amortização de «goodwill» da brasileira Telesp Celular.

Acidentes

Na Siderurgia Nacional Produtos Longos tem-se verificado uma série de acidentes de trabalho, o mais recente dos quais ocorreu segunda-feira e provocou a morte de um trabalhador e graves ferimentos noutros. Em declarações à Lusa, o inspector-geral do Trabalho mostrou-se preocupado com a falta de condições de segurança na empresa, onde três operários perderam a vida em acidentes desde Junho de 2001. Um relatório da IGT refere que os acidentes na Siderurgia «evidenciam uma grave deficiência e falta de qualidade na organização e funcionamento dos serviços de prevenção de riscos profissionais na empresa, da responsabilidade directa da gestão de topo da mesma». Os inquéritos vão ser enviados ao Ministério Público «para apuramento de eventual responsabilidade criminal, dados os indícios de prática de crimes de homicídio por negligência». A Federação Intersindical da Metalurgia anunciou, em comunicado, que vai desenvolver «todas as acções para que nesta empresa reprivatizada sejam repostas as condições de trabalho». A Fequimetal acusa a administração espanhola da SN de, «na ganância do lucro, descurar as questões mais elementares da saúde, higiene e segurança no trabalho, bem como os mais elementares direitos sociais dos trabalhadores».

Dívidas

A ex-Aliança, encerrada desde 1995, ficou a dever cerca de 200 mil contos (quase um milhão de euros) de salários e indemnizações. O processo de falência decorre desde aquela altura, no Tribunal Cível de Lisboa, e foram já vendidos os bens da empresa. A Comissão de Trabalhadores convocou uma concentração frente ao Ministério da Justiça, no dia 14, para entregar um abaixo-assinado reclamando a aceleração do processo, a graduação dos créditos e o pagamento da dívida (que é possível, pela verba existente).

Promessas de Durão aos patrões do turismo

A intenção de Durão Barroso de flexibilizar ainda mais as leis laborais no turismo foi vivamente contestada pelo Fesaht/CGTP, que denunciou mais uma vez o facto de naquele sector vigorarem «condições de trabalho e vida complexas e bastante precárias».

Reunida poucos dias antes das eleições, a Direcção Nacional da Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo rejeitou «este tipo de promessas demagógicas e irresponsáveis, venham de onde vierem», e actualizou o rol dos problemas sentidos na generalidade dos estabelecimentos:

– baixos salários, que são

30 por cento inferiores à média nacional;

– jornadas de trabalho longas e penosas, chegando frequentemente às 50 e 60 horas semanais e atingindo períodos de 12 horas diárias de permanência na empresa;

– ausência de formação profissional adequada e desvalorização das carreiras profissionais;

– discriminação entre homens e mulheres, que exercem cargos idênticos ou semelhantes;

– desrespeito e repressão contra o usufruto de direitos contratuais e legais, chegando ao ponto de se verificar, como sucedeu recentemente na Madeira, a agressão a delegados sindicais.

Flunch

O Sindicato da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte realizou dia 15 uma concentração de protesto contra a repressão sindical e violação de direitos no restaurante Flunch, no Arrábida Shopping de Vila Nova de Gaia.

Num comunicado distribuído aos clientes foi denunciada a perseguição movida pela administração da multinacional francesa contra uma trabalhadora que é dirigente sindical e à qual, segundo o sindicato, não é actualizado o salário há três anos. No início da semana passada a empresa tentou alterar o horário e as funções; após intervenção sindical, o horário foi repos-

to, mas não foi modificada a transferência da pastelaria para a copa.

Além disso, acusa o sindicato, a administração do Flunch «não respeita os mais elementares direitos legais e contratuais e instalou neste estabelecimento um clima de intimidação e medo», nomeadamente com alterações de horários e folgas, discriminação salarial, imposição de polivalências ilegais e desqualificativas...

A administração do centro comercial tentou expulsar os activistas sindicais, mas sem êxito, informou ainda o sindicato, que solicitou a intervenção da Inspeção do Trabalho e protestou junto dos responsáveis do Flunch em França.

Despedimentos sustidos em Loures

A coordenadora das comissões sindicais da Câmara de Loures recebeu do presidente da autarquia a garantia de que todos os trabalhadores com contratos a termo há mais de dois anos não serão alvo de despedimento. Na reunião dos dirigentes locais do STAL com o presidente e vereadores do PS foi ainda assegurado que continuarão a ser avaliadas caso a caso as situações dos

trabalhadores contratados a prazo há menos de dois anos.

A informação foi dada num comunicado sindical, onde se salienta que «o espírito combativo e solidário dos trabalhadores foi fundamental para os compromissos agora assumidos, provando que vale a pena lutar», com fizeram no dia 14 de Março, concentrando-se frente à Câmara «de uma forma espontânea e

ordeira, defendendo os seus legítimos direitos, nomeadamente o direito ao trabalho».

O sindicato lembra que, no dia 8 de Março «pela primeira vez em vinte anos, não se comemorou o Dia Internacional da Mulher da forma habitual». Naquela data, o vereador António Pereira despachou favoravelmente a não renovação do contrato a cinco trabalhadoras. Já foi reiterado ao STAL que o compro-

misso assumido dia 15 prevê a revogação daquela notificação.

Apelando aos trabalhadores para que se mantenham «unidos e atentos», o STAL previne para a manutenção de graves perigos, para a generalidade do pessoal da CM Loures, uma vez que «a actual maioria da Câmara já avisou que pretende abandonar a administração directa de um conjunto de serviços».

Dias de luta

«Todos os dias são dias de lutar por dias melhores», afirma-se na resolução aprovada dia 13, num encontro de dirigentes e delegados sindicais promovido na baixa lisboeta pela USL. Referindo dados demonstrativos da gravidade da situação social no distrito, a União valoriza a luta desenvolvida pelos trabalhadores e apela, «desde já», a que comecem a preparar a participação «nas comemorações do 25 de Abril e, particularmente, no 1.º de Maio da CGTP, que terá lugar na Alameda D. Afonso Henriques».

Assembleias distritais

Salários em atraso, dificuldades de promoção na carreira, exercício de funções de categoria superior àquela em que se encontram providos, desempenho de tarefas administrativas em detrimento da sua formação técnica especializada, formação profissional quase inexistente e condições de trabalho desmotivadoras são exemplos de «constantes e continuados atropelos» aos mais elementares direitos dos trabalhadores das assembleias distritais, denunciadas pela respectiva comissão de trabalhadores. Numa nota de imprensa, aquela estrutura aponta a actual situação como «consequência directa da instabilidade política, institucional e financeira» em que se encontram as assembleias distritais, notando que estas são «entidades da Administração Pública Local, cujo estatuto se encontra definido no Decreto-lei N.º 5/91, de 8 de Janeiro».

Mineiros

Para celebrar o contrato colectivo da indústria mineira apenas falta o acordo da empresa que actualmente exerce a presidência da associação patronal, a Sociedade de Britas e Calcários da Carapinha de Alenquer. Por várias vezes, refere um comunicado da direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, dirigentes desta estrutura procuraram o presidente da empresa, nas suas pedreiras em Alenquer, Sesimbra e Loulé, «sem nunca o encontrarem». Os representantes dos trabalhadores pretendem saber o motivo por que a empresa-presidente se opõe ao acordo, que já foi aceite, inclusivamente por escrito, pelas associações patronais dos minérios metálicos e das minas de sal. Para tal, marcaram para anteontem de manhã mais uma deslocação à Carapinha de Alenquer. A matéria invocada pela associação das pedreiras tem a ver com a assistência inadiável à família, cujo conteúdo, salienta o STIM/CGTP, «é exactamente igual no contrato da mineira e no contrato das pedreiras». O sindicato admite que a associação das pedreiras queira pôr em causa os direitos dos mineiros por não estar, eventualmente, a aplicá-los nas empresas do seu sector.

CGTP reage aos resultados eleitorais

Atenção e apreensão

A central rejeita a «sistemática invocação da crise» que tem servido para «fazer recair sobre os trabalhadores os custos das dificuldades económicas resultantes de políticas desastrosas e práticas patronais anquilosadas».

Uma primeira análise aos resultados eleitorais foi feita segunda e terça-feira pela Comissão Executiva da CGTP. Ao divulgar as suas conclusões, o organismo dirigente da central anunciou para os dias 3 e 4 de Abril reuniões do Conselho Nacional e do Plenário Nacional de Sindicatos, com o objectivo de «proceder a uma análise mais detalhada da actual situação e definir dinâmicas de acção para os tempos próximos, incluindo a preparação do 1.º de Maio».

Direita não é via

Como «causas determinantes da vitória eleitoral de partidos de direita» a 17 de Março, a CGTP aponta «a existência de uma situação generalizada de mal-estar social, acompanhada por um contexto económico preocupante»; «a perda de credibilidade política do Governo PS que se autodemitiu»; «as fragilidades de alternativas credibilizadas à esquerda»; «o enfraquecimento da autoridade do Estado e o ataque às suas funções sociais, num quadro de uma dinâmica capitalista neoliberal e retrógrada em marcha na actual sociedade».

Reportando-se às propostas eleitorais do PSD e PP, mas também àquilo que «intencionalmente não ficou expresso, de forma clara», a CGTP entende que «há motivos suficientes para encerrar

com profunda atenção e natural apreensão as implicações económicas e sociais de uma política que não perspectiva uma via capaz de consolidar e aprofundar o regime democrático, resolver os problemas estruturais do País e garantir os caminhos do desenvolvimento e do progresso». «É claro que o poder económico e financeiro, que havia posto o Governo PS prisioneiro dos seus interesses e estratégias, se sente agora senhor do poder político e tentará fazer dos seus objectivos próprios a política do País», prevê a Comissão Executiva da Intersindical Nacional. Recordando que «PSD e

PP, com o natural objectivo de vencer as eleições, fizeram promessas de podermos vir a ter uma melhor distribuição da riqueza, melhor emprego, melhor saúde, melhor ensino, melhor protecção social, mais justiça, mais coesão social e mais solidariedade», a CGTP afirma que aqueles partidos «não têm destes justos anseios dos trabalhadores e da população portuguesa o mesmo entendimento que dele tem o movimento sindical» e que «os caminhos propostos para os atingir são muitas vezes a forma de negar a sua concretização». Entretanto, «estas causas constituem a razão da nossa luta de ontem, de hoje e de amanhã, independentemente da origem e composição do governo do País», sublinha a Executiva.

No documento divulgado em conferência de imprensa, na terça-feira à tarde, a CGTP reafirma «total empenho em, através do diálogo, da negociação, da intervenção institucional, da luta nas

empresas privadas e no sector público, em pleno exercício da democracia e dos direitos constitucionais consagrados, agir com determinação e confiança na salvaguarda dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e na construção de um futuro melhor a que os portugueses têm direito».

Para que seja levado em conta pelos intervenientes na formação de um novo governo e na discussão das suas políticas, a CGTP declara que «os trabalhadores estão saturados da sistemática invocação da crise, que apenas tem servido para que alguns enriqueçam aceleradamente e para fazer recair sobre os trabalhadores os custos das dificuldades económicas resultantes de políticas desastrosas e práticas patronais anquilosadas».

«Temos direito a uma vida melhor e lutaremos por ela», reafirmou a Executiva, retomando as principais reivindicações e propostas da CGTP-IN.



Tanto pelas propostas como pelo que não foi dito abertamente no período pré-eleitoral, justifica-se que os trabalhadores vejam com apreensão o resultado das legislativas

Luta dos vidreiros volta hoje a tribunal

Tem lugar hoje, a partir das 9 horas, a quarta sessão do julgamento de trabalhadores vidreiros, acusados pelo Ministério Público de terem participado nas lutas que ocorreram na Marinha Grande, no final de 1994, em defesa dos postos de trabalho e pelo pagamento de salários

em atraso na Manuel Pereira Roldão.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, que divulgou a informação, recorda que «as lutas que então se desenvolveram foram ocasionadas pela falta de cumprimento do pagamento dos salários», situação que

criou «fortes privações a inúmeras famílias». As lutas «foram reprimidas pela intervenção policial desproporcionada, que ocasionou violências físicas contra muitos trabalhadores e outros marinhenses». Agora, nota o STIV/CGTP, «pretende-se julgar e condenar a parte prejudicada», quando o que há é «toda a legitimidade para exigir que sejam julgados e condenados os responsáveis por toda a situação que se viveu na Marinha Grande».

Ao mesmo tempo que expressa toda a solidariedade e confiança na absolvição dos trabalhadores que continuam a ser julgados, a direcção do sindicato garante que, «qualquer que venha a ser o resultado final deste julgamento, o seu posicionamento face aos problemas dos trabalhadores se manterá como até aqui, ou seja, o apoio inequivoco na luta por melhores condições de vida e de traba-

lho, contra os salários em atraso e por emprego com direitos».

Saint-Gobain

Para ontem, a direcção do STIV e a estrutura do sindicato na Saint-Gobain Mondego convocaram um almoço às portas da empresa, na Fontela (Figueira da Foz), para o qual convidaram os trabalhadores e a comunicação social.

Esta é uma primeira iniciativa de protesto contra «acções intimidatórias e de violação dos direitos» que se seguiram à greve do passado dia 7. De acordo com o sindicato, três trabalhadores que corresponderam ao pré-aviso de greve, «numa atitude retaliatória da empresa, foram imediatamente deslocalizados do seu posto de trabalho e encontram-se agora com processos disciplinares instaurados».

Transtorno

Fazer greve dia 25 foi a decisão tomada em plenário pelos trabalhadores da Transtejo, que desta forma vão protestar contra os aumentos salariais propostos pela administração da empresa. Reunida dia 12 durante cerca de três horas, mais de uma centena de funcionários aprovou por unanimidade a convocação de uma paralisação de 24 horas para a próxima segunda-feira, a que se seguirá, dez dias depois, uma greve de 48 horas, disse à agência Lusa o presidente do Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante. Acusando a empresa de «intimidar os trabalhadores», Albano Rita queixou-se da falta de diálogo, arrogância e prepotência da administração, ao manter de forma irredutível uma proposta de aumentos de 3,3 por cento, valor recusado pelos sindicatos do sector, que defendem 4,5 por cento.

Seguros

Por uma tabela salarial justa, os três sindicatos do sector de seguros subscreveram uma carta-aberta às seguradoras, cuja assinatura foi alargada de seguida aos trabalhadores, de modo a reforçar a posição sindical nas negociações da contratação colectiva. Numa nota enviada à nossa redacção pelo Sinapsa, informava-se ainda que para quarta-feira estava marcada mais uma reunião de negociações na sede da Associação Portuguesa de Seguros.

Os sindicatos denunciam a «posição intransigente» do patronato que, ao fim de três reuniões, mantinha uma proposta de actualização salarial de apenas dois por cento. A APS e as entidades patronais são acusadas de «total falta de respeito pelos seus trabalhadores, fazendo recair sobre eles todas as decisões resultantes da má gestão». Exigindo que seja atribuído «o seu a seu dono», os sindicatos perguntam «de quem foi a decisão de abandonar a correcta exploração técnica dos ramos, gerindo as empresas apenas numa óptica de concorrência de mercado, com a minimização dos preços, desprezando o princípio mutualista, que conduziu à prática da subtarifação, a descontos comerciais exagerados, subprovisionamento de reservas e consequente esmagamento das margens técnicas». Destas decisões de das suas consequências «não podem os trabalhadores ser acusados», sublinham o Sinapsa, o Sisepe e o STAS. Recusam igualmente pagar pelo «afastamento dos quadros e técnicos mais antigos, com experiência e saber acumulados, que proporcionavam às empresas mais valor acrescentado». «Trabalhámos, trabalhamos e queremos continuar a trabalhar bem, mas exigimos respeito pela nossa dignidade enquanto pessoas e trabalhadores», sublinha-se na carta-aberta.



Imagens da força policial desproporcionada foram amplamente mostradas

Solidariedade com Cuba e com o povo palestino

Está em curso, até 27 de Março, em Lisboa, uma iniciativa do CPPC de solidariedade com o povo palestino e em prol da paz na região.

Esta iniciativa, promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, decorre diariamente entre as 12 e as 19 horas, na R. Augusta cruzamento com a R. de S. Nicolau. Visa sensibilizar e mobilizar a opinião pública, canalizar a sua força, para pressionar o governo português e os organismos internacionais para que, como se afirma em comunicado à imprensa, «seja colocado um fim à agressão repressiva israelita com a retirada imediata das suas tropas dos territórios árabes ocupados e para que seja edificado um Estado da Palestina livre e independente com a capital em Jerusalém Leste».

No mesmo comunicado, o CPPC considera que «a evolução dos recentes acontecimentos revela que de dia para dia se intensificam os massacres do povo palestino, que o número de mortos e feridos cresce de forma avultada, que as resoluções do Conselho de Segurança da ONU e o Direito Internacional continuam a ser desrespeitados pelo governo de Israel e que direitos humanos individuais e colectivos são sistematicamente violados».

PORTOCOMCUBA

A Comissão Regional do Porto Contra o Bloqueio e de Solidariedade com o Povo de Cuba - PORTOCOMCUBA - divulgou agora o primeiro número do seu boletim informativo «Si, se puede!».

Num convívio-debate, que contou com a presença do embaixador da República de Cuba em Portugal, a PORTOCOMCUBA fez a apresentação pública dos órgãos sociais eleitos e do programa de actividades para o próximo biénio, que terá como ponto alto a comemoração do 150.º aniversário do nascimento de José Martí, a realizar no Porto em Janeiro de 2003.

Na proposta de programa de actividades refere-se que serão privilegiadas iniciativas que visem a difusão de informação sobre a situação em Cuba e as evoluções e consequências do bloqueio.

si, se puede!



Este é o primeiro número do nosso boletim informativo e contém a primeira parte de uma nova fase de trabalho da Comissão, agora que se promove a sua institucionalização.

A história mostra que, numa base internacional, foi possível desmantelar um vasto trabalho, porque a nível não está a diversificar o movimento de solidariedade para com o Povo Cubano. Mas o bloqueio desmorona e mesmo ci-

preservar a denúncia de um bloqueio que é cruel e a dar novas formas e expressão ao enorme potencial de solidariedade.

Cuba tem como todos os povos o direito à voz respeitável e sua soberania e o direito à autodeterminação, no respeito pelos princípios que regem a convivência internacional e pelo espírito de cooperação e amizade entre os diferentes povos.

Apelo

«É urgente agir contra o genocídio do povo palestino.» Este é o apelo do CPPC que se dirige a «todas as organizações e pessoas individualmente para que façam chegar à Embaixada de Israel em Portugal e ao Centro de Informação das Nações Unidas o seu mais veemente protesto».

O Conselho Português para a Paz e Cooperação lembra que o exército israelita ocupou diversas localidades e acampamentos de refugiados e «está a levar a cabo um brutal massacre contra a população civil e o número de mortos e feridos não pára de aumentar».

O CPPC refere a denúncia do Crescente Vermelho Palestino, dos contínuos ataques das tropas israelitas contra ambulâncias e contra os seus voluntários, do bloqueio por parte de tanques e blindados a hospitais e clínicas, e o corte de provisões, energia eléctrica e água aos hospitais.

O Crescente Vermelho denuncia ainda «a execução de muitos feridos às mãos dos soldados israelitas», factos estes que foram mesmo filmados.

É face a esta situação que o CPPC apela ao protesto. E indica as moradas a que se pode dirigir-lo:

– Embaixada de Israel – Fax: 213553658

E-mail: israel@mail.telepac.pt

– ONU - Portugal – Fax: 213520559

E-mail: uniclissbon@onuportugal.pt

Alguns casos de violência doméstica vieram a lume nos últimos dias

A ponta do iceberg

As mais das vezes oculta, a violência doméstica salta por vezes para as páginas dos jornais. Mesmo que, e geralmente, em breves notícias. A ponta de um iceberg de que as principais vítimas são mulheres, crianças e idosos.

Nestes últimos dias foram noticiados dois casos de crianças vítimas de maus tratos. Um bebé de 21 meses, de Torres Vedras, teve que ser internado no hospital D. Estefânia, em Lisboa, com lesões muito graves. Neste caso terá sido a ama eventual responsável. Menos de uma semana depois, uma criança de quatro meses deu entrada no hospital de Portalegre apresentando vários traumas, alegadamente provocados por uma agressão do pai, segundo informou a GNR. No caso, o Ministério Público optou por conceder a custódia do bebé, até ordem em contrário, ao hospital de Portalegre.

São dois casos actuais que nos remetem para um mundo de violência doméstica – em geral esquecido e ocultado mas que é parte do nosso quotidiano.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) teve conhecimento, no ano passado, de 272 crianças vítimas de violência doméstica e 417 casos de crianças em risco foram denunciadas à linha SOS Criança. Esta linha recebeu em 2001 cerca de 3000 apelos, ou seja, 250 pedidos em média por mês. O maior número de crianças sinalizadas inscreve-se na faixa dos zero aos cinco anos.

Relativamente às problemáticas denunciadas, o maior número de apelos retractava situação de crianças em risco, maus tratos físicos na família (sendo estes dois itens dominantes), seguindo-se saúde (também com peso assinalável), regulação do exercício do poder paternal, negligência, crianças em perigo e violência.

Segundo um estudo sobre «Os maus tratos às crianças em Portugal», elaborado, a pedido da Assembleia da República, pela investigadora Ana Nunes de Almeida, metade dos maus tratos a crianças no nosso país surgem devido ao alcoolismo e têm como causa profunda situações de isolamento e exclusão social.

De referir que em Portugal não existe um Registo nacional de Dados sobre as crianças maltratadas, pelo que é impossível saber-se quantas são de facto as que anualmente são vítimas dos adultos.

Outras formas de violência doméstica

Quarta-feira passada, um homem foi detido pela GNR de Torre de Moncorvo sob a acusação de violência doméstica por alegados maus tratos contra a mulher. O indivíduo é acusado de «praticar frequentemente o crime de maus tratos a cônjuge». Ficou a aguardar julgamento em liberdade, ficando obrigado a apre-

sentar-se semanalmente no posto local da GNR, a mais leve das medidas de coacção previstas para este crime.

A violência doméstica registou, nos primeiros seis meses de 2001, 5575 casos conhecidos, segundo as estatísticas da APAV.

No cimo da lista surgem os maus tratos físicos ou psicológicos cometidos pelo cônjuge ou companheiro, seguidos das ameaças ou coacção e da difamação ou injúrias.

Segundo a associação, 93,6 por cento incidiram sobre as mulheres e somente 5,1 por cento sobre os homens. As vítimas da violência doméstica têm, maioritariamente, entre 35 e 45 anos e habilitação académica ao nível do 1.º ciclo.

Entretanto, em Maio deste ano termina o período de três anos de vigência do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (PNCVD) que estabelece três grandes objectivos: sensibilizar e prevenir, intervir para proteger a vítima de violência doméstica e investigar e estudar.

Mas muito do que estava previsto não foi entretanto concretizado.

Não foi realizado nenhum grande estudo nacional de diagnóstico da violência doméstica. Tão-pouco se desenvolveram projectos de investigação para a identificação dos factores e valores culturais que perpetuam o ciclo de violência familiar.

Ficou por fazer a integração nos planos curriculares e o desenvolvimento nas práticas pedagógicas, desde a educação pré-escolar e numa perspectiva de não violência, de temas relacionados com os direitos humanos na família, designadamente a igualdade de todas as pessoas que a compõem, os direitos dos seus membros mais vulneráveis.

Também pelo caminho ficou a sensibilização dos diversos agentes da comunicação social e as campanhas de sensibilização da opinião pública foram sobretudo desenvolvidas por organizações não governamentais.

Por fazer estão também a criação, nos centros de saúde, de equipas multidisciplinares ou a implementação de projectos dirigidos ao agressor, no sentido de desenvolverem comportamentos não violentos.

Algo se avançou em termos legislativos e foi dado um primeiro passo no sentido da criação de casas de acolhimento. Muito pouco face ao previsto. Menos ainda face à dimensão do drama humano que está em causa.

Não por acaso, uma das exigências do MDM, no apelo «Agir pela Mudança», divulgado no Dia Internacional da Mulher, é «o fim da violência, da agressão doméstica e da sociedade que, não cumprindo as leis, vira as costas à realidade, deixando aumentar o número de pobres e a marginalização».



As crianças estão entre as principais vítimas da violência doméstica

Escolas protestam contra encerramentos

O conselho pedagógico da Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos, de Vila Franca de Xira, manifestou a sua indignação pela decisão da Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) de excluir os cursos de ciências deste estabelecimento de ensino. A medida apresentada pela DREL é classificada pelos docentes como «uma falta de consideração pelo trabalho de promoção do ensino das ciências que os professores da escola vêm realizando desde a sua fundação, há 25 anos». A escola tem em execução quatro projectos apoiados pelo Programa Ciência Viva e tem activi-

dade no âmbito do Projecto Nónio Séc. XXI.

No distrito de Santarém, a possibilidade do ensino secundário acabar, já no próximo ano lectivo, em Constância, e da supressão de cursos noutras escolas, está a provocar protestos dos pais, alunos e autarquias. A Câmara Municipal de Constância tomou posição contra a decisão, que poderá obrigar os jovens do concelho a deslocar-se diariamente vários quilómetros, e contra o facto de não terem sido ouvidos previamente nem os órgãos da escola nem a própria autarquia. No caso do Entrancamento, escola, alunos, pais e autarquia contestam o facto de

os dois cursos propostos para encerramento serem precisamente os que são frequentados por mais alunos dos 600 que frequentam o secundário naquele concelho.

Estes dois exemplos recentes de protesto contra a forma como a implementação da Rede Nacional do Secundário está a ser imposta às escolas e à população em geral.

Sem pôr em causa a validade dos estudos técnicos que levaram à elaboração desta rede, a Fenprof sublinha que «muitas das decisões tomadas nada têm a ver com os projectos das escolas, com os seus recursos humanos e materiais e com a realidade socioeconó-

mica e geográfica onde estão inseridas».

A federação de professores lembra que a concretização de algumas decisões tomadas pelo Ministério da Educação obrigará à deslocação de milhares de alunos, «com consequências imprevisíveis no aumento do insucesso e do abandono escolares, representando necessariamente uma sobrecarga dos orçamentos familiares, particularmente dos alunos oriundos dos meios mais desfavorecidos».

Nestas condições, a Fenprof exige que «a redefinição da rede escolar passe por um processo negociado sério e claro com todas as escolas».

Campo de tiro

Está em curso um protesto contra o projecto de alargamento do campo de tiro a chumbo de Monsanto. Segundo os promotores do protesto, este alargamento, para além de conduzir ao abate de milhares de árvores do parque Florestal de Monsanto, cujo valor ambiental para a cidade de Lisboa é extremamente elevado, levará a um aumento substancial das concentrações de chumbo no solo.

De referir que o chumbo é um metal extremamente tóxico para a saúde pública e, nas imediações do campo de tiro, apresenta valores cerca de 140 vezes superiores ao máximo aceite pela União Europeia.

No sentido de impedir a concretização deste projecto, foi promovido um abaixo-assinado que se encontra disponível em www.naturlink.pt/default.asp?iLingua=1.

Este abaixo-assinado acompanhará uma carta aberta dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Alqueva e Ovibeja

Sob o lema do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, a 19.ª edição da Ovibeja decorre no Parque de Feiras e Exposições de Beja. São esperados mais de 200 mil visitantes. A Ovibeja dedicou um dia ao Alqueva, durante o qual se iniciaram as primeiras jornadas sobre o empreendimento, denominadas «Alqueva - Respostas ao Desafio». O debate abordou temas como as potencialidades ou os modelos agrícolas e «O Alqueva para lá da Barragem», estando agendados outros colóquios sobre ambiente e património, bem como turismo e ordenamento.

O evento inclui um vasto programa de animação cultural, assim como diversos colóquios.

Dia Mundial da Poesia

O Dia Mundial da Poesia, consagrado pela UNESCO, e que se celebrou ontem, dia 21, foi assinalado em alguns pontos do país. Em Portalegre realiza-se a «Semana da Poesia», que decorre na biblioteca local e inclui o recital «Elos Ibéricos de Poesia». Em Vila Real foram distribuídos panfletos com poemas de autores locais e nacionais.

Em Coimbra, a Biblioteca Municipal encheu os seus expositores exclusivamente com livros de poetas portugueses e distribuiu pelas mesas de leitura poemas de carácter humorístico de autores nacionais contemporâneos.

O recurso aos livros de poesia foi também a opção de Lisboa, onde termina hoje a feira «Poesia 21».

Actores e poetas, entre os quais Luís Miguel Cintra, Manuel Alegre e João Grosso, declamaram e celebraram a poesia no Salão Nobre do Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa.

Estudantes e Internet

Os estudantes são os principais entusiastas da Internet em Portugal, indicam dados estatísticos divulgados pelo INE sobre a utilização das tecnologias de informação e comunicação pelas famílias relativos a 2001.

Segundo os dados coligidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), 87 por cento dos estudantes utilizam computador, e, destes, 75 por cento ligam-se à Internet.

O acesso à rede verifica-se principalmente nos locais de ensino, 51 por cento dos estudantes ligam-se na escola/universidade e 37 por cento em casa, verificando-se a mesma tendência relativamente ao uso do computador (48 por cento recorrem a equipamento escolar e 45 por cento ao existente em casa). Segundo os números do INE, a utilização habitual ou ocasional de computador e Internet é proporcionalmente inversa à idade, atingindo o valor máximo no grupo etário dos 15 aos 24 anos. As diferenças regionais e de escolaridade são mais dois factores que contribuem para a caracterização da comunidade portuguesa dos utilizadores das novas tecnologias.

São as famílias da região de Lisboa e Vale do Tejo as que mais se destacam pela posse de computador (30 por cento) e ligação à Internet (17 por cento), encontrando-se no pólo oposto as residentes na região autónoma da Madeira, onde apenas 12 por cento têm computador e 6,6 acedem à rede.

Quanto ao grau de escolaridade, cerca de 85,2 por cento dos indivíduos com ensino superior utilizam computador, valor que quebra ligeiramente nos que apenas têm o ensino secundário e drasticamente nos que apenas frequentaram a escola até ao 3.º ciclo.

Estabilidade dos docentes

O novo governo deveria, na área da Educação, avançar com medidas que permitam a estabilidade do corpo docente, defendeu Fernando Regateiro, ex-presidente da Confederação Nacional de Associações de Pais (CONFAP).

Em declarações à Agência Lusa, Fernando Regateiro disse que uma das vias para conseguir esse objectivo poderá ser a colocação plurianual dos professores.

O ex-presidente da CONFAP considera que o novo governo deveria oferecer vias diversificadas nos 7.º, 8.º e 9.º anos para que os alunos escolham o que está mais de acordo com as suas motivações. Aconselha, igualmente, o desenvolvimento de projectos de escola mais ligados à realidade económica, social e cultural da zona onde se encontra.

Milhares de emigrantes portugueses manifestam-se em Berna

Somos nós, os trabalhadores, que damos mundos ao mundo

Milhares de portugueses marcaram presença na manifestação que, sábado passado, reuniu, em Berna, cerca de dez mil trabalhadores imigrantes da construção civil da Suíça.

Cerca de dez mil trabalhadores imigrantes da construção civil da Suíça concentraram-se na Praça Federal de Berna, para reivindicar direitos e regalias laborais e sociais.

Entre os manifestantes, que reuniu muitos emigrantes de diferentes nacionalidades, contavam-se portugueses, espanhóis, italianos e turcos.

A manifestação foi convocada pelo Sindicato da Indústria e da Construção suíça (SIB), com o objectivo de reivindicar a reforma aos 60 anos, aumentos salariais e o desagravamento da regulamentação das horas de trabalho.

De salientar, como já foi referido no anterior «Avante!», que se trata de uma profissão de grande desgaste, como as estatísticas evidenciam. Assim, quatro em cada dez trabalhadores da construção civil sofrem de invalidez provocada por acidentes de trabalho. Mais de um quinto morre antes de atingir os 65 anos, a idade legal da reforma.

Esta jornada de luta realizou-se após seis anos de negociações entre o SIB e as entidades patronais do país, sem resultados satisfatórios.

Se uma solução não for encontrada até ao termo do actual contrato colectivo de trabalho, em 31 de Março, poderá vir a ser convocada uma greve nacional, anunciou Manuel Beja, Secretário Nacional do SIB.

O SIB conta 116 mil sindicalizados, dos quais 80 mil são estrangeiros.

Os portugueses correspondem a 80% da mão-de-obra estrangeira na construção sindicalizada no SIB, com 60 mil inscritos.

Um refrão feito à medida

«Somos nós, os trabalhadores, que damos mundos ao

mundo sem saber lá no fundo a força que somos nós», diz o refrão da canção com que Paco Bandeira abriu o concerto realizado na própria manifestação, e que foi escrito expressamente para esta jornada de luta.

Já antes da actualização nesta manifestação, o cantor português Paco Bandeira tinha cantado em Zurique e Lausana, dias 13 e 14 de Março, em encontros organizados pelo SIB, na mesma dinâmica de luta laboral. «Paco Bandeira foi convidado pelo SIB com o objectivo de dar apoio à nossa luta», disse à Lusa o Secretário Nacional do SIB, responsável pela Mão-de-Obra Estrangeira, Manuel Beja.

«O facto de ser um artista português indica a influência cada vez maior da comunidade portuguesa na Suíça», sublinhou o dirigente sindical.

Festa no Luxemburgo

As diversas comunidades de estrangeiros reuniram-se

no passado fim-de-semana no Luxemburgo para o festival das Migrações, das Culturas e da Cidadania, organizado pelo CLAE (Comité de Liaison et d'Action des Etrangers).

Paralelamente decorre a segunda edição do Salão do Livro, onde estarão presentes escritores que têm abordado o tema da emigração, como o angolano José Eduardo Agualusa, que este ano representa a língua portuguesa no certame.

O Festival das Migrações proporciona anualmente o intercâmbio cultural e a troca de ideias entre diferentes povos, acompanhada pela presença de livrarias e editoras da emigração de Portugal, Espanha, França, Alemanha, Lituânia, Polónia, entre outros países.

Entre as presenças portuguesas está um stand da CCPL (Confederação das Colectividades Portuguesas no Luxemburgo), junto do qual decorreu, no sábado, o acto simbólico da entrega de um cheque destinado a uma escola de Timor. Trata-se de uma iniciativa que vem sendo levada a cabo pelo GAJ (Grupo de Acção Jovem) constituído por jovens portugueses residentes no Grão Ducado.

Professores reclamam

A Comissão de Professores da Área Consular de Frankfurt, abrangendo os estados federados de Hessen e da Renânia-Palatinado, da Alemanha, denunciou uma vez mais, em comunicado, a situação «caótica, injusta e degradante em que vive o ensino aos filhos dos emigrantes portugueses».

A comissão de professores denuncia que o Governo português «tem vindo unilateralmente a acelerar o processo de extinção do ensino da língua materna que se destina fundamentalmente aos descendentes dos emigrantes, argumentando com uma política de integração do Português como língua estrangeira nas escolas de acolhimento, à qual porém poucos luso-descendentes terão acesso».

«Está a seguir-se uma política de fomento de cursos em certos lugares, para certas elites, em detrimento e à custa dos luso-descendentes filhos de trabalhadores», considera o comunicado dos professores.

O documento termina sublinhando que «todo o esforço na promoção da língua e da cultura portuguesas é um investimento no futuro».



Oitenta mil dos 116 mil sindicalizados no SIB são estrangeiros

Imigrantes em números

Os 53 469 imigrantes cabo-verdianos constituem a maior comunidade estrangeira radicada em Portugal, para um total de 341 158 cidadãos oriundos de 178 países ou territórios, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

No entanto, os ucranianos «disputam» este primeiro lugar, já que esta nacionali-

dade conta com 52 313 residentes em Portugal. Seguem-se-lhes os brasileiros, com 49 487 pessoas, de acordo com os mesmos elementos, respeitantes apenas a cidadãos com autorização de residência ou permanência até 1 de Março.

Com mais de dez mil cidadãos residentes em Portugal, embora ainda longe de atingirem os números das co-

munidades cabo-verdiana, ucraniana e brasileira, estão os nacionais de Angola (26 150), Guiné-Bissau (19 762), Espanha (12 189), Moldávia (10 692) e Alemanha (10 374).

Com uma população entre os mil e dez mil cidadãos residem em Portugal nacionais da Roménia (9166), Estados Unidos (8104), S. Tomé e Príncipe (7257),

França (7186), Rússia (6218), Moçambique (5015), Índia (4601), Paquistão (4159), Holanda (4073), Venezuela (3629), Itália (3031), Bulgária (2358), Bélgica (2115), Canadá (2031), Guiné-Conacri (2020), Marrocos (1742), Suíça (1375), Reino Unido (1232), Suécia (1232), Senegal (1121) e Bangladesh (1101).

Tudo isto é muito injusto!

• Sandra Pimenta

No momento em que agora me dedico a escrever esta pequena coluna, muita coisa me passa pela cabeça. Ainda não sei muito bem sobre o que escrever. Só consigo pensar nos resultados obtidos pelo nosso partido nestas eleições legislativas. Mas não, não vou fazer nenhuma análise sobre o que sucedeu. Não quero e, sinceramente, não me apetece. Só consigo pensar em como esta nova situação do país é muito injusta. Poderia também escrever sobre os resultados e no que se passou no último fim-de-semana no Conselho Europeu, em Barcelona. Mas não quero e de qualquer maneira também não teria espaço para enumerar as consequências mais que trágicas que vêm a caminho para Portugal. Só quero deixar a nota de que o facto de não termos dirigentes à altura que defendam os interesses do nosso país parece-me também muito injusto. A continuada incursão ilegal do exército israelita nos territórios sob o controlo da Autoridade Nacional Palestiniana, que continua a causar, diariamente, a perda de numerosas vidas de civis em ambos os lados e a declaração de apoio incondicional anunciada pelo presidente dos EUA, George Bush, à política de repressão do governo israelita, também me poderia merecer uma atenção especial. Mas face a mais este atentado aos direitos humanos, nada me apetece escrever, só que tudo isto me parece demasiado injusto. A guerra no Afeganistão. As ameaças constantes de ataque do exército americano a meio mundo. Os conflitos na Colômbia. A fome no mundo. A situação em Angola, etc., etc., etc. A verdade é que, neste momento, o mundo parece-me estar de pernas para o ar, e como tal, tudo o que escrevesse sobre estes assuntos me pareceria demasiado inútil e repetitivo. Por isso parece-me positivo realçar um acontecimento, que no meio desta confusão mundial, passou despercebido para a grande maioria da sua população. É assim que mais uma vez escrevo sobre as crianças. Mais concretamente, o dia 12 de Fevereiro de 2002, data em que finalmente o Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à participação de crianças nos conflitos armados, adoptado em 25 de Maio de 2000 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, entrou em vigor, tornando-se, assim, num instrumento precioso para exercer pressão sobre os estados e os movimentos rebeldes, principais instigadores da exploração das crianças.

«Crianças-soldados»

O problema das chamadas «crianças-soldados» é gravíssimo e tem vindo

a piorar de ano para ano. Estima-se que, actualmente, mais de 500 mil crianças com menos de 18 anos estejam a ser utilizadas como combatentes, trabalhadores manuais nos campos, escravos sexuais, ou mensageiros, em mais de 35 conflitos armados, em todo o mundo. E é, precisamente, nos países onde os conflitos se arrastam durante muito tempo e onde são mais difíceis de resolver que as crianças correm maiores riscos.

As causas profundas da guerra, como a pobreza, a repressão e as economias arrasadas, afectam tanto as crianças como os adultos. Mas na minha modesta opinião, as crianças tornam-se muito mais susceptíveis e vulneráveis a serem induzidas a pegar em armas, e isto, muito antes de poderem tomar decisões por si próprias.

Mas, e espero eu, desde o dia 12 de Fevereiro de 2002, os governos e grupos rebeldes que toleram a utilização de crianças terão de enfrentar as consequências que isso acarreta, principalmente, no plano internacional. Em relação a esta União que nos rodeia, a decisão foi consensual. Valha-nos isso! A UE conseguiu, mesmo antes deste protocolo ser aprovado, o acordo de todos os estados-membros, numa resolução aprovada em 1998, na qual decidiu «integrar o combate à utilização de crianças como soldados na política da UE»,... «rejeitar a utilização de «crianças-soldados» em hostilidades, quer por parte das forças governamentais regulares, quer por parte de grupos armados de oposição» e ainda, «canalizar recursos para a desmobilização e reintegração na sociedade civil de crianças que tenham participado em conflitos armados».

Só que é preciso não esquecer que não basta exigir que uma criança seja desarmada, é preciso romper o ciclo de violência. Uma sociedade não pode fazer a transição para a estabilidade, se não der esperança, dignidade e respeito às suas crianças. Uma ex-criança-soldado deve receber educação, formação e tratamento psicológico. É do interesse da comunidade internacional canalizar mais recursos para esse fim.

Portugal, como sempre, é signatário deste Protocolo Facultativo, mas encontra-se na fase de desenvolvimento dos procedimentos necessários para a sua ratificação, ou seja, ainda a procissão vai no adro, ou melhor, vai a caminho da Assembleia da República para ser aprovado.

O que a ver pelo últimos acontecimentos no nosso país, ainda vai demorar um bocadinho... Mas a ressalva que fica, é que afinal, nem tudo no mundo é injusto. O dia 12 de Fevereiro de 2002 pode muito bem ter sido o início do resto da vida destas mais de 500 mil crianças.



O alargamento da União afectará sobretudo os países do sul da Europa

Comissão quer poupar recursos com alargamento da União Europeia

Alargamento «lucrativo»

Os eurodeputados do PCP acusam a Comissão Europeia de pretender poupar recursos com a adesão de 10 países candidatos, pondo em causa a coesão económica e social.

A adesão de dez países com rendimentos por habitante de cerca de 40 por cento dos rendimentos da União Europeia (UE), com amplas vantagens ao nível comercial para os estados-membros do centro da Europa (nomeadamente a Alemanha e a Áustria), não pode ocorrer sem um aumento dos recursos financeiros comunitários, de forma a garantir a coesão económica e social.

Esta é a posição dos deputados do PCP, os quais, recorde-se, votaram contra a Agenda 2000 definida na Cimeira de Berlim, em 1999. Na altura, acusaram o Governo PS de ter hipotecado o futuro dos fundos comunitários para Portugal, quando aceitou um quadro financeiro de manutenção com a perspectiva de adesão dos novos países.

A proposta agora apresentada pela Comissão confirma as piores expectativas ao manter para dez países os recursos já agora escassos para financiar os actuais países da adesão. Como se isso não bastasse, a Comissão ainda quer fazer poupanças.

De facto, descontadas as contribuições dos países can-

didatos após a adesão e a perda das ajudas actuais de pré-adesão, a presente proposta traduzir-se-ia, no período 2004-2006, em menos de 16 mil milhões de euros e em transferências reais inferiores a quatro mil milhões de euros. Acresce que, já em 2004, com a falta de compensações orçamentais, esses países poderão tornar-se mesmo em contribuintes líquidos para o orçamento comunitário, ajudando os actuais estados-membros a cumprir os objectivos dos seus programas de estabilidade, nomeadamente o défice zero.

Balão de ensaio

Ao nível da Política Agrícola Comum (PAC), a proposta da Comissão preconiza que os agricultores dos países candidatos tenham direito às ajudas directas da PAC de forma progressiva, ou seja, 25 por cento das ajudas de um agricultor dos actuais estados-membros em 2004, e por aí adiante, até aos 100 por cento, apenas em 2013.

A Comissão avança ainda com a possibilidade de co-

-financiamento pelos orçamentos nacionais, o cálculo das quotas de produção dos piores anos para os interessados e a desvinculação das ajudas da produção.

Os deputados do PCP vêem esta proposta como «um balão de ensaio» para a futura reforma da PAC, introduzindo, desde já, uma noção perigosa — a renacionalização dos custos da PAC. Por outro lado, face à recusa de alguns estados, como a Alemanha, em pagar os custos do alargamento, as futuras negociações em 2007 poderão vir a consagrar a redução do peso do orçamento comunitário e a redução progressiva dos fundos estruturais.

Neste sentido, o PCP reafirma que o alargamento terá consequências socioeconómicas para os países do sul, nomeadamente para Portugal, considerando inaceitável que estes venham a pagar a factura do alargamento.

A revisão das perspectivas financeiras, nomeadamente para reforçar os montantes destinados à política estrutural é assim vista como uma medida fundamental pelos comunistas portugueses que defendem igualmente a criação de um programa específico de apoio ao sector produtivo, para os países onde as consequências socioeconómicas do alargamento terão mais impacto, como é o caso do nosso país.

Cuba adopta o euro

O euro coabitará a partir do próximo mês de Junho em Cuba com o peso cubano e o dólar norte-americano, afirmou na segunda-feira, em Berlim, o ministro do Turismo cubano, Ibrahim Ferradaz.

O ministro, que falava numa reunião com empresários alemães, explicou posteriormente tratar-se de uma decisão em deferência para com os turistas procedentes dos países da Europa que representam 55 por cento dos turistas que o país recebe anualmente, dos quais mais de 40

por cento procedem de países da União Europeia. «Vamos facilitar as coisas aos turistas que são maioria na ilha poupando-lhes a tarefa de terem de trocar moeda», declarou Ferraz.

O euro será adoptado inicialmente como moeda de curso legal em Cuba no recinto turístico de Varadero, onde se concentram 40 por cento dos turistas, podendo estender-se mais tarde a toda a Ilha.

Por seu lado, o vice-presidente cubano, Carlos Lage,

saudou a criação do euro, porque, segundo disse, «isso permitirá acabar com a hegemonia do dólar nos mercados internacionais».

Acompanhado pelo ministro do Turismo e Alimentação, Alejandro Roca, Lage viajou para a Alemanha, convidado pelo ministro da Economia alemão, Werner Mueller, por ocasião da Bolsa Internacional de Turismo, feira que este ano foi inaugurada pela delegação de Cuba com uma gala que causou sensação.



Sérvia Montenegro

Os Quinze saudaram em Barcelona o acordo para a criação de um Estado comum entre a Sérvia e o Montenegro, concluído quinta-feira da passada semana, em Belgrado sob os auspícios da UE. O novo Estado irá vigorar por pelo menos por três anos e visa evitar o desmembramento da Federação Jugoslava em duas entidades distintas, reprovado pela UE. Até ao fim de Junho os parlamentos jugoslavo, sérvio e montenegrino deverão aprovar a sua constituição.

Angola

O Conselho Europeu expressou satisfação pelo anúncio do fim das hostilidades em Angola feito pelo governo, saudando também a intenção das autoridades de permitir a reorganização política da UNITA e a eleição da sua nova liderança. A UE «encoraja» os partidos nacionais a respeitar o que está previsto no Protocolo de Lusaca, «através do diálogo político sob a égide das Nações Unidas, a fim de se promover uma situação de paz duradoura».

Palestina

A União Europeia defende a aplicação urgente da resolução 1397 da ONU, que menciona um Estado palestino. Na declaração aprovada em Barcelona exige-se ainda o levantamento de todas as restrições de movimento impostas ao presidente da Autoridade palestina, Yasser Arafat.

«A resolução 1397 deve ser posta em prática de forma urgente, particularmente na sua exigência de uma cessação imediata de todos os actos de violência, incluindo todos os actos de terrorismo, de provocação e de destruição», diz o texto. A UE sublinha a decisão do governo israelita de «libertar» o presidente da Autoridade Palestina Yasser Arafat, mas ela «exige que todas as restrições ainda em vigor à sua liberdade de movimentos sejam imediatamente levantadas».

Aço

As decisões tomadas pela Comissão Europeia em resposta às medidas restritivas do Estados Unidos da América sobre o aço tiveram o apoio da Cimeira de Barcelona. O Conselho Europeu afirma que as medidas introduzidas pelos EUA no sector siderúrgico «não estão em conformidade com as regras da OMC e são contrárias ao espírito do objectivo comum de uma maior liberalização do comércio mundial». Nesse sentido apoia a intenção da Comissão de proceder a consultas, nos termos dos acordos da OMC, e de dar início a um processo de eventuais medidas de salvaguarda da Comunidade

Cimeira de Barcelona

Mais longe do social

Talvez as conclusões da Cimeira de Barcelona tenham ficado aquém dos objectivos ultraliberalizadores iniciais. Mas uma coisa é certa: foram dados passos em frente que ameçam o futuro dos serviços públicos e os direitos dos trabalhadores europeus.

Há quem veja nas alegadas preocupações sociais, manifestadas sobretudo pela França e pela Alemanha, dois países em ano de eleições, a razão de não se ter ido ainda mais longe na concretização dos objectivos colocados aos Quinze pela Comissão Europeia e pelos primeiros ministros de Espanha, Itália e Grã-Bretanha — a liberalização dos mercados e a flexibilização laboral.

Quanto ao primeiro, é verdade que a Cimeira de Barcelona, decorrida sexta-feira e sábado, dias 16 e 17, não obteve total acordo sobretudo porque a França se recusou a abrir à concorrência o mercado doméstico de energia. Contudo, embrulhadas num discurso social, os responsáveis galeses fizeram importantes cedências neste campo, deixando claro que o período de promessas eleitorais completarão o ciclo.

A liberalização da electricidade e do gás para as empresas (qualquer coisa como 60 por cento do mercado) ficou assim marcada para 2004, um ano mais tarde do que pretendiam alguns estados. Todavia, as conclusões incluem a sintomá-

tica referência de que os líderes europeus discutirão novas medidas antes da Primavera de 2003, «tendo em conta a definição das obrigações de serviço público, a segurança do aprovisionamento e, em especial, a protecção das áreas periféricas e dos grupos populacionais mais vulneráveis». Ou seja, dentro de um ano, os Quinze prevêem estender o acordo ao mercado doméstico.

Flexibilizar o trabalho

O outro ponto fundamental em debate na Cimeira foi a reformas sociais, o mesmo será dizer, a diminuição dos direitos e dos salários dos trabalhadores europeus. Embora num tom suavizado, os objectivos declarados antes da reunião estão largamente consagrados nas conclusões finais e anunciam tempos conturbados de conflitualidade social.

Sempre sob a capa de nobres fins, como o combate ao desemprego, e o alcance do pleno emprego em 2010, a remoção de obstáculos à participação das mulheres no mer-

cado de trabalho, ou o fim da pobreza, o caderno de encargos que os estados membros trouxeram de Barcelona representa o aprofundamento de uma ofensiva anti-social há muito em curso na Europa.

Como se lê nas conclusões, o Conselho Europeu «apela à aceleração da reforma dos sistemas de pensões», supostamente para «responder ao desafio que constitui o envelhecimento da população». Para a Primavera de 2003 fica assim prometido um relatório conjunto da Comissão e Conselho sobre esta matéria, devendo os estados-membros elaborar os seus relatórios nacionais até ao próximo mês de Setembro.

Também os cuidados de saúde merecem referência, nomeadamente no que toca à sua «sustentabilidade financeira». Para mais tarde fica uma análise mais detalhada, da qual não se espera nada de bom, já que a ordem é para reduzir a despesa pública.

Suficientemente explícito é o apelo «às reformas das políticas de emprego e do mercado de trabalho». Para o aumento da «competitividade da UE», afirma-se nas conclusões, «é crucial que as instituições laborais nacionais e os sistemas de negociação colectiva (...) tenham em conta a relação entre a evolução dos salários e as condições de mercado de trabalho». Deduz-se desta complicada linguagem que é objectivo da União Europeia institucionalizar a variação dos vencimentos dos trabalha-

dores consoante os períodos de maior oferta ou maior procura de mão-de-obra.

De resto, já na passada semana, o Banco Central Europeu tinha defendido a «flexibilização dos salários», fazendo-os depender do ciclo económico e das alterações da produção entre outros factores. Em tempos de crise económica os trabalhadores deveriam receber menos do que no período de expansão, o mesmo acontecendo em períodos de reestruturação das indústrias, etc.

O BCE também propõe que se dificulte o acesso ao subsídio de desemprego por forma a «incentivar» a procura de trabalho e reduzir os custos dos despedimentos.

Curiosamente vamos encontrar uma fórmula semelhante nas conclusões de Barcelona: «Os sistemas fiscal e de prestações sociais devem ser adaptados de modo a tornar o trabalho compensador e a incentivar a procura de emprego. Os estados-membros deverão proceder a uma revisão em aspectos como a condicionalidade das prestações, as condições de admissão às mesmas, a sua duração, a taxa de substituição, a disponibilidade de prestações associadas ao trabalho, a utilização de créditos fiscais, os sistemas administrativos e o rigor na gestão.»

Outras medidas, como o aumento da idade da reforma em cinco anos até 2010, irão tornar ainda mais difícil a vida dos que trabalham na União Europeia.

Irlanda insiste no referendo

O primeiro-ministro da Irlanda, Bertie Ahern, anunciou em Barcelona a convocatória de um referendo sobre a adesão ao Tratado de Nice para o próximo mês de Outubro e mostrou-se confiante em obter um resultado favorável à ratificação do mesmo. Ahern assumiu este compromisso independentemente do resultado das eleições gerais que se celebram na Irlanda em Maio. Os cidadãos irlandeses rejeitaram em Junho passado em referendo o dito tratado, no qual se concretizou o processo de ampliação até ao leste da Europa.

Presidência rotativa

Num relatório entregue aos chefes de Estado e de Governo, em Barcelona, o Alto Representante para a Política Externa da UE, Javier Solana, criticou o sistema das presidências semestrais rotativas entre todos os países da União Europeia. Para Solana a solução passa pela escolha dos presidentes por um período de seis meses, «com base numa rotação entre cinco ou seis grupos de estados». A sugestão não agradou aos pequenos países, mas a ideia voltará a ser discutida em Junho próximo, na Cimeira de Sevilha, que irá marcar o fim da presidência espanhola da UE.

Thatcher defende retirada

A ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher considera em livro que a União Europeia já não é reformável e que o Reino Unido deve começar a retirar-se dela, já que a adesão do seu país foi um «erro político de magnitude histórica».

Para Thatcher, que qualifica a União como a «maior loucura da era moderna», «o primeiro passo de um próximo governo conservador deveria ser o de declarar publicamente que procura uma renegociação fundamental dos termos da participação britânica na UE». A ex-líder do Partido Conservador propõe que o Reino Unido deixe nomeadamente de participar na política agrícola e de pescas comum, assim como na política externa e de segurança europeia. Em contrapartida, sugere a adesão ao Tratado de Livre Comércio entre os Estados Unidos, Canadá e México.

Portugueses manifestam-se na Suíça

O centro de Berna, na Suíça, encheu-se com uma manifestação de trabalhadores da construção civil que exigem antecipação da idade da reforma para os 60 anos e aumentos salariais, entre outras reivindicações. Convocados pelo Sindicato da Indústria e da Construção, no protesto participaram milhares de portugueses que representam parte significativa da mão-de-obra neste sector.



Poderosas manifestações encheram as ruas de Barcelona com protestos contra as orientações neoliberais que dominam a União Europeia

100 mil desfilam por mais emprego

Cerca de 100 mil trabalhadores europeus desfilaram pelo centro de Barcelona para reivindicar uma Europa mais social. Quinta-feira da passada semana, em vésperas da cimeira extraordinária da União Europeia, sob forte aparato policial, os manifestantes marcharam ao longo de mais de duas horas em defesa de mais emprego e pela manutenção dos direitos.

No desfile, que decorreu sem incidentes com a polícia, integraram-se delegações das duas centrais sindicais portuguesas. Com panos, canções e palavras de ordem, os trabalhadores de vários países da Europa exigiram o cumprimento do objectivo do pleno emprego recusaram a liberalização dos serviços públicos.

Jornada antiglobalização

No final da tarde de sábado, um mar de gente, entre 300 e 500 mil pessoas, voltou a invadir as ruas de Barcelona. Atrás de uma grande faixa «Contra a Europa do capital, um outro mundo é possível», os manifestantes cumpriram um percurso de dois quilómetros até ao centro da capital catalã.

A iniciativa foi convocada por três plataformas antiglobalização criadas por ocasião da cimeira: a Campanha contra a Europa do Capital e a Guerra (CECG), que reúne cerca de 150 organizações e associações de horizontes diversos, a sua homóloga catalã, a Campanha, composta essencialmente por republicanos catalães, bascos e galegos, e o Fórum Social de Barcelona, que congrega 45 partidos políticos, sindicatos e organizações não governamentais.

Embora tenha decorrido de forma pacífica, no final, já depois de os manifestantes começarem a dispersar, registaram-se distúrbios e confrontos com a polícia que mobilizou cerca de 8500 efectivos para os dias da cimeira.

Manifestação contra globalização

Dez mil pessoas manifestaram-se, segunda-feira, no centro da cidade mexicana de Monterrey contra as políticas que os organismos financeiros internacionais e os países ricos impõem aos mais pobres. O protesto coincidiu com a inauguração da Conferência da ONU sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, que terá a presença de 60 chefes de Estado e de Governo. A manifestação foi convocada pelo Fórum Social «Outro Mundo é Possível», que organizou uma reunião paralela à reunião de Monterrey, que terminou hoje. Os críticos da globalização concentraram-se em frente da sede do governo estadual para gritar palavras de ordem contra o liberalismo, globalização e as políticas dos Estados Unidos.

Confrontos na Argélia

Centenas de pessoas ficaram feridas na Argélia na sequência de novas revoltas na região da Cabília. Os confrontos entre jovens separatistas e membros das forças antiterroristas aumentaram na passada semana, prosseguindo, sábado, em várias localidades de Tizi Ouz e Bejaia, as duas principais províncias da Cabília.

A situação deteriorou-se após o discurso do presidente Abdelaziz Bouteflika, que giram exclusivamente à volta deste conflito e das reivindicações dos berberes. Bouteflika anunciou a decisão de reconhecer como língua oficial o tamazight (língua berbere) juntamente com o árabe, mais os encargos por parte do Estado às vítimas da violência que afecta a região há quase um ano. Estas promessas foram repudiadas pelos radicais, o que originou um novo bloqueio da situação nesta região montanhosa a leste de Argel, povoada por nove milhões de habitantes de origem berbere, que constituem um terço da população do país.

Líbios manifestam-se

Milhares de líbios manifestaram-se este fim-de-semana, em Trípoli e Benghazi, na Líbia, contra a confirmação em Supremo Tribunal da culpabilidade do líbio Abdel Basset Ali-Megrahi no atentado de Lockerbie, em 1988. Na capital, mais de sete mil pessoas dirigiram-se ao gabinete das Nações Unidas, onde entregaram ao representante da ONU uma mensagem condenando a confirmação do veredicto do tribunal escocês, considerando-a «injusta» e que resulta, segundo elas, de pressões norte-americanas e britânicas. Os manifestantes exortaram a ONU a obter a libertação de Megrahi, qualificando-o como um «refém político», o levantamento «imediato» das sanções impostas à Líbia e a atribuição de indemnizações aos líbios afectados pelo embargo.

O governo angolano ordena o fim de todos os «movimentos ofensivos» para tornar possível o contacto com as forças da UNITA e o restabelecimento da paz

Governo angolano decreta cessar-fogo

As Forças Armadas Angolanas e os guerrilheiros da UNITA anunciaram a suspensão das hostilidades, num encontro realizado na passada semana na província do Moxico.

«No geral, as partes reafirmaram o seu inequívoco compromisso com o Protocolo de Lusaca e a sua firme determinação de evitar os necessários esforços tendentes à imediata e definitiva cessação das hostilidades e resolução das demais questões militares pendentes do Protocolo de Lusaka», anunciaram as partes em comunicado.

O anúncio da suspensão das hostilidades chegou um dia depois do governo angolano ter iniciado um cessar-fogo unilateral que estimulou as esperanças de paz, após 27 anos de guerra civil, e três semanas após o anúncio da morte de Jonas Savimbi.

Sublinhando que esta é uma «oportunidade de paz que não se deve desperdiçar», o governo angolano adiantou que «proporá à Assembleia Nacional a aprovação de uma amnistia para todos os crimes come-

tidos no âmbito do conflito armado», com vista a assegurar as garantias jurídicas e políticas para a promoção e efectivação do processo de reconciliação nacional.

«Uma oportunidade de paz que não se deve desperdiçar»

O executivo acredita que «o país vive um momento singular da

sua história para a congregação de vontades que conduzam definitivamente ao fim do actual conflito armado», frisando que «as questões da paz e da reconciliação nacional serão equacionadas num quadro jurídico e político em que se respeite a Lei Constitucional vigente, o ordenamento jurídico e as instituições do Estado», e aceitando «a validade dos acordos de paz e das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Angola», afirma a declaração aprovada em Conselho de Ministros.

O Governo avançou ainda ter definido «uma agenda



Em Angola existem 4 milhões de deslocados, 150 mil desmobilizados, 100 mil mutilados e 50 mil órfãos de guerra

que passa necessariamente pela resolução de todas as questões militares resultantes do conflito armado surgido depois da formação das Forças Armadas Angolanas, nos termos do Acordo de Bicesse e do Protocolo de Lusaca.

Com o objectivo de abrir caminho ao diálogo e à colaboração entre as chefias militares, «para que se alcance no mais breve prazo possível um cessar-fogo geral», Luanda considera

«fundamental e decisiva a desmilitarização da UNITA, nos termos da lei».

Reintegração da UNITA

Quanto à «plena integração da UNITA na vida política nacional, na qualidade de partido político cuja acção é importante para a consolidação do processo democrático», o governo angolano pretende igualmente «contribuir para que se criem no país as condições que permitam aos militantes do Galo Negro resolver internamente e em liberdade o problema da liderança do seu partido e da sua reorganização e funcionamento de acordo com a lei».

No âmbito da implementação das tarefas administrativas constantes do Protocolo de Lusaca, o executivo afirma que «deverá ser concluída a extensão e instalação da Administração do Estado em todo o território nacional e a nomeação de quadros da UNITA para

os cargos políticos previstos», criando-se ao mesmo tempo «condições seguras para o regresso das populações deslocadas às zonas de origem, de modo a permitir a gradual revitalização da economia em todo o país».

O governo angolano considera ainda «necessário» retomar o calendário eleitoral, abortado em 1992, justificando que aplicará «as medidas políticas, jurídicas e administrativas pertinentes» para as próximas eleições. Para tal, além da revisão constitucional em curso, deverá ser revista a legislação eleitoral e será efectuada um novo recenseamento eleitoral.

Para que estas iniciativas sejam postas em prática, serão mantidos contactos com igrejas, partidos, associações cívicas e será aplicado um programa de emergência que passa pela reintegração na sociedade dos 4 milhões de deslocados, de 150 mil desmobilizados, 100 mil mutilados e 50 mil órfãos de guerra».

Alemanha PDS recusa aliança com SPD

O Partido do Socialismo Democrático alemão (PDS) realizou a terceira sessão do seu VII Congresso nos dias 16 e 17 de Março, em Rostock. O PCP esteve representado no evento por Rui Paz, membro da direcção da organização do PCP na Alemanha.

No Congresso, o PDS afirmou claramente o seu papel como força de oposição de esquerda ao governo do SPD e dos Verdes, e constatou que não existem condições para qualquer aliança governamental a nível federal com a social-democracia e os ecologistas.

A presidente do partido, G. Zimmer, esclareceu que «uma maioria aritmética do PDS com o SPD e os Verdes (...) não seria suficiente» para uma aliança com partidos que praticam «o negócio das privatizações do sector público, a desregulamentação neoliberal e intervenções militares». Zimmer alertou ainda para o risco de que com a actual aliança no Senado de Berlim não seja visível a diferença entre a política do PDS e dos social-democratas, sublinhando a necessidade de aumentar «a pressão do movimento extraparlamentar».

Referindo-se aos receios,

manifestados durante a última campanha eleitoral para a Câmara da capital alemã, de que a luta do PDS contra os bombardeamentos americanos no Afeganistão poderia prejudicar os resultados eleitorais do partido, a presidente do PDS acrescentou que «aconteceu exactamente o contrário», mas «mesmo que a nossa posição nos tivesse custado votos, temos de aprender a lidar com tais situações». Devemos manter as nossas posições de princípio mesmo quando isso momentaneamente «parece não ter utilidade ou prejudicar-nos», sublinhou.

A política neoliberal de Schröder

O Congresso realiza-se num momento em que a situação na Alemanha se agrava rapidamente devido à política neoliberal de Schröder.

Sob a direcção da social-democracia intensificam-se as intervenções imperialista e militarista da Alemanha no mundo inteiro. O número dos desempregados ultrapassa os quatro milhões, a que há que acrescentar mais dois milhões de pessoas que vivem da assistência social. Ao grande capital Schröder oferece cen-

tenas de milhões de euros de impostos e penaliza brutalmente os rendimentos do trabalho. A chamada «aliança para o emprego» só tem servido para diminuir o poder de compra dos trabalhadores, aumentar os lucros do patronato e fazer crescer o exército dos desempregados. A situação nas empresas é explosiva, mesmo se, até agora, as direcções sindicais de maioria social-democrata, para salvarem a face do governo, tudo têm feito para conter o descontentamento dos trabalhadores.

O populismo da democracia-cristã já começa a vingar para que um novo governo possa continuar e se possível agravar a política do SPD, totalmente desacreditada pelas medidas antipopulares de Schröder e por numerosos escândalos. A luta apresenta-se como o caminho mais seguro para a defesa dos direitos dos trabalhadores e das camadas de menores rendimentos. O primeiro sindicato a recusar conter os salários a um nível inferior ao da produtividade foi o dos Metalúrgicos, exigindo 6,5 por cento de aumento. Mesmo assim trata-se de uma exigência muito aquém dos desejos e das necessidades dos trabalhadores nas empresas.

Assassinado arcebispo de Cali

A hierarquia da Igreja Católica, os candidatos presidenciais da Colômbia e os representantes das FARC e do ELN repudiaram, segunda-feira, o assassinato do arcebispo de Cali, monsenhor Isafas Duarte Cancino, por dois indivíduos, quando saía de uma cerimónia religiosa.

Horácio Serpa, candidato presidencial do Partido Liberal (oposição), disse que «este crime ultrapassa todas as barbaridades que fizeram até ao momento» e que «a contumácia das armas desgraçam permanentemente as famílias colombianas».

O candidato presidencial de esquerda, Luís Eduardo Garzon, disse que o país «está a cair na demência».

Por seu lado, o cardeal Rubiano Saens afirmou que o arcebispo «morreu de pé, cumprindo como servidor da comunidade», mas a sua morte, sublinhou, «dói-me profundamente por tudo o que ele representa para os colombianos».

Em finais de Fevereiro, Duarte Cancino denunciou que algumas das campanhas para as eleições do passado domingo para o Congresso da Colômbia eram financiadas com dinheiro de proveniência duvidosa e que o narcotráfico estava provavelmente infiltrado nelas. O prelado propunha-se revelar as ligações ao narcotráfico quando foi assassinado, sábado passado.

Resenha histórica

A Palestina deve aos romanos a sua actual designação. A dominação de Roma, a que se seguiu a do Império Bizantino, durou até ao ano 611, quando a província foi invadida pelos persas. Os árabes, um povo semita oriundo do interior da península arábica, conquistaram a Palestina no ano 634. Com excepção de breves períodos de dominação parcial dos cruzados cristãos e dos mongóis - nos séculos XI, XII e XIII - a Palestina teve governos árabes durante quase um milénio e islâmicos durante um milénio e meio.

Em 1516, o Império Otomano conquistou Jerusalém (Urusalim, na designação original, ou seja «cidade da paz»), mantendo a sua hegemonia até ao fim da Primeira Guerra Mundial. É neste período que a coroa britânica interfere nos destinos da região: Londres promete ao sultão Hussein a independência das terras árabes a troca da sua ajuda na luta contra os turcos. Ao mesmo tempo, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Lord Balfour, prometia em 1917 ao movimento sionista a criação de um «lar nacional judeu» na Palestina.

A Inglaterra não possuía então nenhum poder, nem de facto nem de direito, sobre o território, mas veio a consegui-lo após ter derrotado militarmente os turcos com o apoio árabe: a Sociedade das Nações concedeu-lhe, em 1922, um mandato sobre a Palestina.

Entre o início do século XX e as vésperas da Segunda Guerra Mundial registou-se uma imigração em massa de judeus para a Palestina, cujo número passou de 50 000 para 300 000. Considerando-se ameaçados, os palestinos desencadearam uma greve geral em Abril de 1936, exigindo o fim da imigração judaica. Os britânicos propuseram então dividir a Palestina em dois estados: um judeu e outro árabe. A divisão foi rejeitada pelos árabes, que se revoltaram. A revolta só terminou em 1939, quando Londres limitou a imigração e abandonou a proposta de divisão da Palestina.

Terminada a Segunda Guerra Mundial sem que a questão tivesse sido resolvida, a Grã-Bretanha passou o problema para a recém-formada Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou um novo plano de divisão da Palestina. Nessa altura viviam 749 000 árabes e 9250 judeus na metade que corresponderia ao estado árabe, e 497 000 árabes e 498 000 judeus na parte que caberia ao estado judeu.

Para forçar os palestinos a abandonar as terras em que viviam, alguns grupos sionistas recorreram ao terrorismo. Nesta campanha terrorista destaca-se a organização Irgun, de Menahem Begin, que mais tarde viria a ser primeiro-ministro de Israel. Refira-se, a título de exemplo, que só no dia 9 de Abril de 1948 a Irgun matou 254 civis, na aldeia de Deir Yassin, provocando o êxodo de 10 000 palestinos.

A 14 de Maio de 1948, o Alto Comissário inglês retirou-se da Palestina e Ben Gurion proclamou unilateralmente o Estado de Israel.

A revolta árabe e a guerra que se seguiu não conseguiram impedir a consolidação de Israel.

A guerra terminou com um armistício assinado em Janeiro de 1949 e com Israel a dominar mais 40 por cento de território do que o proposto pela ONU. Mais de

metade dos palestinos foi obrigada a abandonar as suas terras, refugiando-se na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Em 1956, aliado à França e à Grã-Bretanha, Israel invade o Egipto em represália pela nacionalização do Canal do Suez. A aventura, a que se opuseram tanto os EUA como a URSS, acaba por aproximar Washington e Telavive.

A resistência palestina, entretanto, organiza-se. O Conselho Nacional Palestino, reunido pela primeira vez em 27 de Maio de 1964, em Jerusalém, funda a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

A primeira operação militar contra Israel tem lugar em Janeiro de 1965, e outras lhe sucedem nos meses seguintes. Em 1967, rebenta a que veio a ser chamada Guerra dos Seis Dias. Contando já com o apoio norte-americano e fornecido de armamentos pelos EUA, Israel ocupa toda a Jerusalém, os montes Golã (Síria), o Sinai (Egipto) e os territórios palestinos da Cisjordânia e Gaza.

Em Fevereiro de 1969, Yasser Arafat é eleito presidente da OLP.

Em 1977, Menahem Begin é eleito primeiro-ministro. No mesmo ano são assina-



Os assassínios e as humilhações de palestinos são prática corrente dos ocupantes israelitas

dos os acordos de Camp David entre Israel e o Egipto, que se traduzem na devolução do Sinai ao Egipto. Begin rejeita entretanto qualquer tipo de negociação com a OLP.

Em 1980, Israel declara Jerusalém como capital do estado judeu.

Em Junho de 1982, os israelitas lançam a operação militar «Paz na Galileia», invadindo o Líbano e arrasando Beirute a pretexto de perseguir guerrilheiros palestinos. Milhares de refugiados palestinos são massacrados em Sabra e Shatila.

Em 1987, na Cisjordânia ocupada, começa a primeira Intifada (insurreição). As imagens de jovens armados com fogueiras enfrentando o todo poderoso exército israelita correm o mundo. A morte, a destruição de casas, as greves gerais, os atentados suicidas passam a estar na ordem do dia.

Em 1989, a OLP reconhece o Estado de Israel, aceitando as resoluções 242 e 338 das Nações Unidas.

A década de 90 parece promissora para a paz no Médio Oriente, mas é sol de pouca dura. Os acordos de Oslo, assinados entre Israel e palestinos a 13 de Setembro de 1993, nunca chegam a ser totalmente implementados. A autonomia (limitada e vigiada) nos territórios palestinos ocupados é uma miragem. Com a chegada de Ariel Sharon ao poder, a força das armas ganha mais peso. A espiral de violência parece não ter limites.

Conflito israelo-árabe Uma região, dois estados

Em 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou a divisão da Palestina em dois estados. 55 anos e milhares de mortos depois, o Conselho de Segurança toma idêntica decisão.

A resolução que apoia o conceito de dois estados, Israel e Palestina, aprovada a 12 de Março pelo Conselho de Segurança da ONU, chegou com 55 anos de atraso. Considerada «histórica» pela generalidade dos comentadores, a resolução com o número 1397, apresentada pelos EUA, retoma a «solução» para o conflito israelo-árabe tornada inevitável com a proclamação unilateral do Estado de Israel, em 14 de Maio de 1948, e o seu reconheci-

O texto exige «a cessação imediata de todos os actos de violência, incluindo todos os actos de terrorismo, provocação, incitação e destruição», e apela ao «reatamento das negociações para uma resolução política» do conflito.

A resolução foi aprovada por catorze votos a favor, nenhum contra e a abstenção da Síria, cujo embaixador, Mikhail Wehbe, justificou a sua decisão com o facto da deliberação ser «demasiado fraca» e não mencionar «a questão da ocupação israelita».

O observador permanente palestino na ONU, Nasser al-Kidwa, classificou a decisão de «importante» e considerou «muito significativo» o facto de terem sido os EUA a apresentar a proposta.

Por seu lado, um alto responsável israelita não identificado, citado pela agência France Presse (AFP), disse que o representante de Israel nas Nações Unidas, Yehouda Lancry, acolheu «positivamente» a resolução, considerando que o texto «dá pela primeira vez um horizonte político às resoluções 242 e 338 da ONU» sobre a troca de territórios ocupados pela paz.

Kofi Annan critica Israel

A resolução 1397 foi aprovada poucas horas depois de o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, ter apelado ao primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, e ao presidente palestino, Yasser Arafat, para que salvem os respectivos povos do «desastre».

Embora colocando no mesmo plano agressores e agredidos, ocupantes e ocupados - uma das principais críticas à sua intervenção -, Annan não deixou de criticar fortemente Israel. Afirmando que os israelitas «têm o direito de viver em paz e segurança dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas», o responsável da ONU não se coibiu de sublinhar que «devem pôr termo à ocupação ilegal e, ainda

mais urgentemente, devem cessar os bombardeamentos de zonas civis, os assassínios, o emprego desnecessário de força letal, as demolições (de casas) e as humilhações diárias dos palestinos comuns».

Dirigindo-se aos palestinos, Annan reconheceu que «têm o direito inalienável a um Estado viável, dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas», mas instou-os a «pôr termo a todos os actos de terror e às bombas-suicidas», afirmando que «tomar deliberadamente por alvo civis é moralmente repugnante».

Annan declarou ainda que Sharon e Arafat «devem, agora mais do que nunca, reconhecer que a segurança e uma solução política são indivisíveis», e pediu aos dirigentes do mundo árabe «para se unirem em torno do plano do príncipe herdeiro saudita e mostrarem ao mundo que existe uma alternativa à guerra».

No mesmo dia destes acontecimentos, o exército israelita ocupou a cidade cisjordana de Ramallah, na sua mais vasta operação nos territórios ocupados desde o princípio da Intifada. Em menos de 24 horas, provocaram 37 mortos.

mento pela comunidade internacional (ver resenha histórica nesta página).

No seu preâmbulo, a decisão afirma que o Conselho de Segurança apoia «o conceito de uma região em que dois estados, Israel e Palestina, vivam lado a lado dentro de fronteiras seguras e reconhecidas».

Coragem de dizer não

Centenas de soldados israelitas chegaram à conclusão de que as missões de «ocupação e repressão» do povo palestinos «não têm por objectivo a defesa de Israel», pelo que decidiram «não tomar parte nelas».

Num documento intitulado «Carta de Combate», já subscrito por 333 militares, os que têm a «coragem de dizer não» afirmam-se dispostos a «continuar a servir as Forças Armadas israelitas», mas apenas em missões que tenham efectivamente «por objectivo a defesa de Israel».

«Não vamos continuar a lutar para além das fronteiras

de 1967 com o objectivo de dominar, expulsar, matar à fome e humilhar todo um povo», lê-se no documento.

Tendo prestado serviço nos territórios ocupados, os militares afirmam ter recebido ordens e directivas que «não têm nada a ver com a segurança» de Israel e cujo «único objectivo» é «perpetuar o controlo sobre a Palestina».

Cansados de ver «correr o sangue dos dois lados», os soldados e oficiais que assinam o documento consideram que «o preço da ocupação» é a perda dos mais elementares direitos humanos

e a generalização «da corrupção da sociedade» israelita.

Tendo compreendido que «os territórios [palestinos] não são Israel, e que os colonatos são construídos para no fim acabarem por ser evacuados», os signatários assumem a decisão de «não continuar a lutar nesta guerra de colonatos», apesar de saberem estar sujeitos «ao ostracismo público e à prisão».

Até ao momento, a petição já recebeu o apoio, via internet, de cerca de 2500 civis israelitas e de 5000 cidadãos de outras nacionalidades.

Religiões

• Jorge Messias

Na medida em que se forem distanciando os ecos eleitorais, assim também vingará a tendência para esquecer importantes registos entretanto apagados nos órgãos de comunicação. Na área político-religiosa portuguesa, em plena campanha eleitoral, viu-se, por exemplo, uma hierarquia católica insistentemente colada aos partidos que corriam para a detenção do poder. Uma política mecanicista e triste, sem garra nem espírito.

No plano internacional, a nota dominante consistiu numa permanente aliança entre o imobilismo político e as posições dogmáticas: encontro de Assis e ausência de intervenção activa nos teatros de crise da paz; reforço do fundamentalismo católico (novas canonizações, sobretudo a do fundador do Opus Dei); aparente desinteresse perante a contínua sucessão de escândalos que envolveram a igreja institucional, em Espanha, em França, na Alemanha, em Inglaterra, nos EUA, etc. Impassivelmente, as hierarquias mantiveram o seu discurso habitual. Segundo os bispos, o Encontro de Assis terá representado, apesar das recusas e das ausências, uma nova vitória dos movimentos ecuménicos e de paz liderados pelo Vaticano; a amorçada resistência dos leigos e de parte dos



Elites e poder

eclesiásticos à impressionante ascensão do fundamentalismo católico continuou a ser, pura e simplesmente, ignorada por João Paulo II; e a impunidade moral recebeu novo impulso ao serem divulgados, sem consequências de maior, os cadastros de padres pedófilos, de corrupções no mercado bolsista ligadas a influentes figuras católicas ou de nomes de banqueiros-políticos alemães identificados com a extrema-direita e com a «Obra» de Escrivá de Balaguer, o vulto que João Paulo II irá apressadamente canonizar. Tornando a Portugal, constata-se que prosseguiram intensamente as negociações relacionadas com a concessão de mais privilégios às IPSS e às Misericórdias; que evoluiu, na sombra, a operação inconstitucional de cedência à Igreja de outro canal de televisão; que se prepara um novo estatuto de apoio integrado à Família compreendendo, entre várias medidas, o congelamento efectivo das leis de interrupção voluntária da gravidez e a catequização da educação sexual, etc.

Práticas contraditórias

A igreja institucional esteve igualmente presente e activa noutros contactos. Destacou-se, nesse quadro de iniciativas, a confirmação do acordo de legislatura existente, desde 1995, entre o Partido Socialista e o chamado Movimento Humanismo e Democracia cuja divisa é *Mudança, Humanismo e Solidariedade*. Politicamente, este grupo está ligado, por um lado, ao PS, por outro lado, ao CDS/PP. Confessionalmente, gira na órbita do

Opus Dei e de outros movimentos fundamentalistas católicos.

Na ala inversa do espectro eleitoral, o «pintasilguismo» surgiu abertamente alinhado com o Bloco de Esquerda. Trata-se dos mesmos que afirmam entender-se a política como extensão teológica. Apenas ressurgem quando se revela importante cavar, em democracia, a divisão democrática.

No meio de um repulsivo estendal de desonestidades políticas - onde os grupos não olham aos meios que usam para atingirem os fins que não confessam - surge de quando em vez a patética figura de D. José Policarpo a recordar que a *Nova Ordem católica é cultural, antes de ser política*. Haverá quem entenda esta subtilidade mas não, decerto, o homem comum. A Igreja não acerta com o discurso certo. Esta incapacidade da hierarquia católica em se superar é teórica mas resulta, naturalmente, das suas práticas contraditórias no plano concreto da política social do quotidiano. Nenhuma força é credível se investir na Bolsa e proclamar, simultaneamente, a sua *opção preferencial pelos pobres*. Nenhuma instituição é capaz de conservar indefinidamente uma imagem de ascetismo e de purificação enquanto participar em jogos da fortuna e do poder. Quem tenta a aventura do impossível sairá sempre manchado pela corrupção. Dizia M. Harringtons, um sociólogo norte-americano que fez escola no seu país: «A elite perverte a massa e obtém por esse meio privilégios e poder. Mas, essa elite está também pervertida... visto que a condição do seu poder lhe exige que crie uma falsa cultura. O efeito de semelhante dialéctica é a decadência de toda a sociedade» (*The Accidental Century*, Nova Iorque, 1965).

Pontos Cardeais

Protestos

Se há situação presentemente bastante confusa é a do Zimbabwe onde, a par de um enorme reboliço eleitoral e de actos aparentemente desesperados, contraditórios e violentos por parte de Robert Mugabe na preservação do poder, se verifica igualmente uma total ausência de informação independente e credível sobre o que, realmente, se está a passar no país. Na verdade, as notícias que nos chegam são veiculadas, sem excepção, pelas grandes centrais de informação dominadas pelo imperialismo, o que coloca sob reserva pelo menos o seu rigor, sendo certo que o ponto de vista andarão geralmente próximo da visão imperial da Grã-Bretanha na apreciação dos acontecimentos.

Todavia, um dado saltou recentemente à vista, na sequência das eleições presidenciais no Zimbabwe: à frente do coro de protestos internacionais ergueu-se, solene, o presidente norte-americano George W. Bush proclamando ter havido «fraude» no processo, pelo que se recusava, e com ele os EUA, a reconhecê-los oficialmente.

É certo que a situação parece bastante confusa, no Zimbabwe, mas ser definida como «fraude» por parte de George W. Bush?!... Um homem que chegou à presidência do seu país na ponta de um cambalacho de todo o tamanho, com recontagens confusas e arrastadas de votos e a conclusão de que foi eleito... embora tivesse obtido menos votos que o adversário?!...

Hesitações

Em contrapartida, a diplomacia norte-americana continua a não ver nada de anormal na selvática ocupação de Israel dos territórios palestinos, numa espiral de violência e humilhação sem fim sobre estes, apesar da situação praticamente de guerra aberta desencadeada por um dos mais poderosos exércitos do mundo - o israelita - contra populações indefesas. Aqui, apesar da ignomínia da

ocupação dos territórios, da tragédia do sangue inocente a ser continuamente derramado, da gritante ilegitimidade de toda a política israelita em relação a Palestina e aos palestinianos, George W. Bush não vê «fraudes» nem quaisquer anormalidades...

Esta semana, e na sequência da visita oficial do vice-presidente dos EUA, Dick Cheney, a Israel, iniciou-se finalmente a retirada das tropas israelitas dos territórios ocupados. Tudo isto porque os EUA querem ver se obtêm o apoio dos países árabes para ataquem o Iraque... De qualquer modo, Cheney lá está oficialmente em Israel, ao mesmo tempo que promete também «visitar» Arafat, caso este «cumpra» com o «fim das hostilidades».

E ainda querem vencer o mundo de que devem ser os polícias do planeta...

Prisões

O vice-presidente, do Sporting, Luís Fernando David Godinho Lopes e António dos Santos Januário Rodrigues, antigo alto funcionário da Expo'98, foram esta semana detidos pela Polícia Judiciária (PJ) por suspeita de corrupção, participação económica em negócio e administração danosa dos alojamentos em navios-hotéis durante a Exposição Internacional de Lisboa. Os dois detidos são suspeitos de terem conseguido um «lucro indevido» estimado em cinco milhões de euros (um milhão de contos), enquanto os prejuízos acumulados com a contratação hiperinflacionada de três navios de luxo rondam os 20 milhões de euros (quatro milhões de contos).

Tudo isto está certo, mas há uma questão a colocar: a Expo'98 foi em 1998 - portanto há quatro anos. E só agora é que o processo dos barcos avança? É que o caso das vigarices com os barcos foi logo denunciado - e tão prontamente denunciado que o segundo arguido, António dos Santos Rodrigues, até foi de imediato «despedido por justa causa» da Parque Expo...

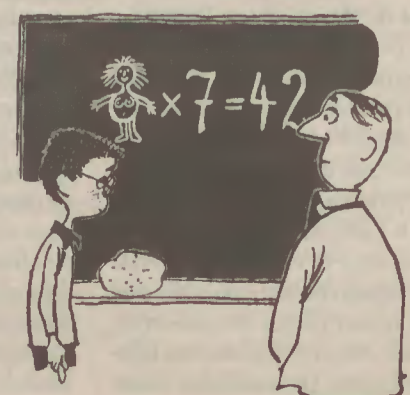
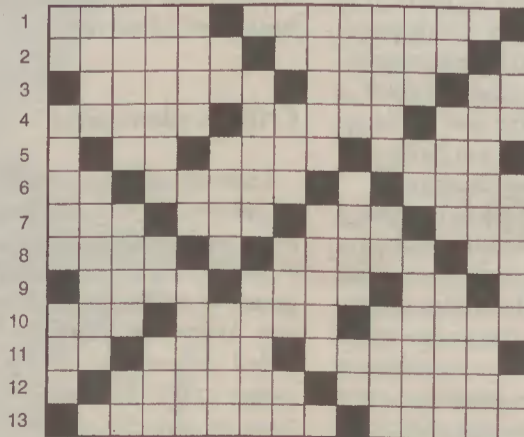
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Marinheiro; grande asneira (fig.). 2 - Indício; molusco cefalópode fósil. 3 - Que produz ou contém muco; peça de vestuário para a mão; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 4 - Meter no varadoiro; dispositivo adaptado aos aparelhos fotográficos portáteis, para focar convenientemente os objectos a fotografar; filtra. 5 - Críto aflitivo; instrumento de aço com asperezas para desbastar, cortar ou polir metais e objectos duros; criar ovos. 6 - Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; suave; letra do alfabeto grego, correspondente ao i. 7 - Governanta; átomo; red. de maior; chiste (fig.). 8 - Substância filamentososa segregada pela larva do sirgo (bicho-da-seda); segura para que não escape; medida itinerária chinesa. 9 - Toma rumo; lição; aquelas. 10 - Ala: mencionar ou transcrever como autoridade textos, opiniões de, etc.; inflamação da íris. 11 - Molibdénio (s.q.); olfacto excessivamente apurado dos cães e de outros animais; gracioso. 12 - Duplicar; ninhada de ratos. 13 - Clamor de muitas vozes; fazer girar.

VERTICAIS: 1 - Sódio (s.q.); existências; patrão. 2 - Dificuldade em respirar que surge por acessos irregulares que veio à superfície. 3 - Juro de um capital; matilha de cães a correr; contr. da prep. de com o art. def. o. 4 - Emboscada (bras.); antes do meio-dia (abrev.); boca de um rio. 5 - Paixão; terceira nota da escala musical; conclua. 6 - Aqueles; grande quadrúpede carnívoro da família dos felídeos; apre! (interj.). 7 - Ovelhum; rebocar. 8 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; íntimo; caminho orlado de casas, muros ou árvores, numa povoação; sorri. 9 - Dança em compasso de 3 por 4, de movimento variado (lento, alegre, alegre); fêmea do melro. 10 - Agastamento; nome da letra J; caminhar. 11 - Conjunto de folhas impressas ou manuscritas reunidas num volume; mulher acusada de um crime; enfurecer. 12 - Género de formigas a que pertence a saúva; observei; malicioso. 13 - Oferece; grande desordem; nome de duas plantas de fibra têxtil da família das Amarilidáceas. 14 - Porta principal de um edifício; completa. 15 - Vende a crédito; aplane; atmosfera.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Nautar; cavaleada. 2 - Assomo; hamita. 3 - Mucoso; luvaj; pi. 4 - Varar; visor; coar. 5 - Alí; lina; ovar. 6 - Dej; ameno; jola. 7 - Ama; ião; mor; sal. 8 - Sedaj; relém; li. 9 - Rumar; aular; as. 10 - Assar; cilar; hite. 11 - Mo; far; atros. 12 - Dobrar; raiada. 13 - Vozarar; ralar. VERTICAIS: 1 - Naj; vidas; amo. 2 - Asma; emerso. 3 - Usur; aduar; do. 4 - Tocaiar; am; foz. 5 - Amor; mi; acabe. 6 - Os; leão; irar. 7 - Ovino; atoar. 8 - Ah; imo; rna; ri. 9 - Valse; melra. 10 - Amoo; jola; ir. 11 - Luvro; rã; irar. 12 - Alar; vi; marolo. 13 - Dã; caos; stal. 14 - Portal; toda. 15 - Faj; alise; ar.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Contentinha, aliás de acordo com os hábitos do nosso país, anda a generalidade dos paladinos da Sociedade da Informação (SI).

Como se viu, mais uma vez, no falar de José Magalhães no outro dia, num debate sobre a Sociedade da Informação (*). Claro, ele a jogar ao contentinho também por dever do ofício de representação do partido do Governo. Dever explícito e, vá lá, compreende-se (explica-se). Estava tudo bem – segundo ele. Agora tinha de se entrar na fase seguinte. E felizmente existia agora bastante mais interesse e mesmo convergência nacional quanto à necessidade de avançar para a SI – continuou. Seis anos atrás, em debate semelhante, só tinham comparecido o PS e o PCP, agora já não foi assim (Nota – Com efeito, estava lá o PSD, o PP voltou a primar pela ausência, mas o BE,

que já hoje utilizam mais a internet (os chamados heavy users) e que, por conseguinte para ela migrarão, vindos da banda estreita? Ou estarão todos quantos clamam pela banda larga, como sendo ela o verdadeiro Messias, a pensar que deve ser «popularizada» para assim, e só assim, conseguirmos finalmente trazer à internet os que ainda a ela não chegaram e que, por isso, se arriscam a não poder deixar a outra margem do hiato digital (*), a terra de ninguém em tempos de SI? Portanto, estes, para lá chegarem, fá-lo-iam pela real e mais cara – pelo menos por enquanto – (auto?)estrada da banda larga!

E, claro, também referiu, entre outras medidas, a criação de um portal unificado para atendimento aos cidadãos por parte da Administração Pública, a de bonificações fiscais mais elevadas para quem adquirir material de computação, etc. Não vou descer a propostas mais detalhadas (não faltou mesmo a ideia da esmola, claro, dita sem usar a palavra!).

Quase tudo boas ideias, não contesto – e a serem aplicadas ou, no caso, das propostas relativas ao retorno à propriedade pública das infra-estruturas da Rede básica, a serem cuidadosamente consideradas. Mas, sobretudo, ideias, as que avançou, que não pusessem em jogo o contexto, isto, é o fundo de como a sociedade está organizada. Porque, afinal, está contente como as coisas vão andando e, por isso, não querendo ou não podendo enxergar a floresta chamada SI.

O outro que, afinal de contas, não consigo deixar de considerar como tendo falado também como um contentinho, foi Miguel Portas. Atarefado, chegado ainda a tempo, presumo, de ações de rua da campanha eleitoral, metido num imenso (de longe, pareceu-me imenso) pullover vermelho. Tinha umas cinco ordens de questões a referir. Não sei se para serem chamadas à colação através de dedos genicosamente apontáveis, uma a uma. Uma delas,

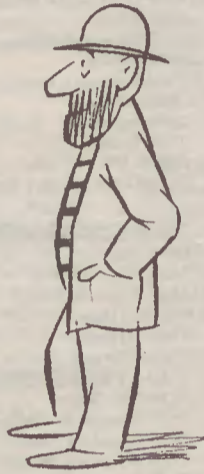
foi passada a toda a velocidade: o teletrabalho e a necessidade de garantir os direitos dos trabalhadores. *Noblesse oblige*. Mas, depois, o contentamentinho - foi o disseminar da internet nas escolas que conduziu à massificação... e nós a lembrar-nos que na Dinamarca os computadores tem um rácio por cem alunos cerca de 25 vezes superior aos atingidos nas nossas escolas! (Li no «Expresso», vejam lá.)

Razão teve Rui Namorado Rosa (PCP), ao colocar a questão da SI no contexto das fraquezas da nosso país em termos de literacia, da Ciência & Tecnologia, económicos, dos baixos salários (o sintoma esclarecedor da síndrome do contentamentinho). É isso: «esta» SI não é o milagre esperado para o não resolvido!

(*) Promovido pela Associação para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação e realizado no dia 12 de Março de 2002, nas instalações do Forum Picoas, por ocasião das eleições para a AR.

(*) Hiato digital é a forma como os brasileiros designam aquilo que os portugueses chamam *de digital divide*. E quem melhor que os brasileiros para fazerem avançar a nossa comum língua, não é verdade, ó elites deste nosso Portugal?

Os contentinhos



através de Miguel Portas, acabou por comparecer). E ainda... blá, blá, lá foram por ele exaradas todas as devidas laudatórias aos conseguimentos do «seu» Governo, incluindo as vindas do estrangeiro (portanto, a dever supor-se que se tratava, estas, de testemunhas insuspetas e competentes).

Não menos contentinho, em termos genéricos de apoio à política seguida – aliás, como ele declararia – esteve também o representante do PSD, do qual não me lembro do nome – peço desculpa por tal lapso, mas ainda os *media* não mo conseguiram inculcar, e, além disso, também já vou tendo mais dificuldade que antes em memorizar nomes novos. Tinha algumas ideias sobre melhorias da situação, é verdade. As principais propostas? Que agora era a vez da banda larga – pois é, está outra vez na moda falar-se nesta recorrente salvadora da pátria, agora denominada cada vez mais uma pátria societário-informativa – e que, sem ela, sem a banda larga, nada feito, não se expande a SI.

(Oh, senhores, não estou a entender. Então, não é verdade que a banda larga vai servir sobretudo os indivíduos

Cartoon

• Monginho



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Na hora

Circunstância

Escudos não, mas euros.

A lava projecta a mesma sombra no caminho.

Continuas suando a tua bica.

Pessoal

– Quando eu era rapaz (a mão trémula ajeita o boné na cabeça)
– quando eu era rapaz dei por mim ao espelho do dia seguinte.

Hoje, esse dia é eu ter sido esse rapaz esse rapaz hoje é eu ser esse rapaz.

ao espelho do dia seguinte

Lá sério, sou

Um homem rico estava dentro de casa e nem sabia que lá por cima uma nuvem passava.

Pois. Isto é o copianço desgraçado de um poema chinês do século 11 Antes de Cristo.

Assinar? Hesitei. Quem ia descobrir?

A fama que se lixe.

Depois, quem é capaz de garantir a autoria do fogo?

Marx disse. Não assim, claro

Querem que vás a correr para que tudo seja efémero.

Enquanto corres a luz parou um galo não cantou uma folha não brilhou não sonhou uma pálpebra.

«Corre, corre! – diz o senhor dos escravos.
«Corre, corre, nem sequer dês por mim».

Actualidade

Utilizaram as armas mais pesadas há uma que dispara um universo de balas.

Sentado a ver passar os pássaros os olhos do menino continuam azuis

(o que está claro, torna as balas mais ferozes)

A talhe de foice

• Anabela Fino

O milho e a pipoca

Um dia a seguir às eleições recebi por correio electrónico uma história curiosa chamada «Milho de pipoca». O texto, brasileiro, é uma parábola. Comparando os homens com o milho, pretende que os primeiros só se transformarão no «que devem ser» quando, a exemplo do milho, passarem a prova do fogo que o transforma «em pipoca macia».

Considerando que o milho «não é o que deve ser» até se transformar em pipoca, a história garante que «quem não passa pelo fogo fica do mesmo jeito a vida inteira». Por outro lado, os que, «por mais que o fogo aqueça», se «recusam a mudar», são como «piruá», o milho de pipoca que fica no fundo da panela sem estourar, um triste destino a fazer fé na parábola, porque «não se vão transformar na flor branca e macia» e «não vão dar alegria para ninguém».

A conotação política da história é por de mais evidente, mas não deixa de ser interessante registar que, tal como a argumentação política dos que defendem que o PCP para não desaparecer tem de mudar, também esta alegoria aparentemente lógica peca por se basear em falsas premissas, o que inevitavelmente conduz a conclusões erróneas. Dar como adquirido que o milho só é o que deve ser depois de se transformar em pipoca, que é como quem diz que o PCP só será o que deve ser quando deixar de ser o que é, coloca de imediato uma série de questões que importa não escamotear.

Ao contrário do que alguns pretendem, o milho não serve nem exclusiva nem principalmente para fazer picocas: serve sobretudo para fazer farinha e pão que matam a fome a milhões de pessoas. As pipocas, pelo contrário, não passam de um aperitivo, engraçado mas irrelevante quando se trata de dar de comer a quem tem fome.

Na política acontece o mesmo. Há partidos engraçados e tão barulhentos que parecem milho a estalar na metamorfose para pipoca, mas quando se lhe mete o dente sabem sempre a pouco e nem é preciso muito, tal como as pipocas, para se ficar enjoado.

Não duvidamos que há por aí muita gente ansiosa por ver o PCP transformado em pipoca, ou seja, deixando de ser comunista, abandonando os seus ideais por uma sociedade mais justa, deixando de travar as batalhas em defesa dos trabalhadores e do povo, passando a ser «igual aos outros». Há até quem defenda que esse é o caminho para inverter a perda de influência eleitoral que se vem registando nos últimos anos, pelo que há que rever rapidamente programa e estatutos em congresso com figurino novo - voto secreto incluído -, mudar de dirigentes, de linguagem, de acção, quem sabe até de nome e de símbolo. É de estalo.

O que não dizem os seguidores da teoria da pipoca é o que é que fica da razão de ser comunista nessa pretensa prova do fogo que liquida o essencial em benefício do acessório. O que não dizem é que a verdadeira prova de fogo é esta de se estar empenhado em continuar a luta mesmo nas mais adversas condições. E isso não porque se seja avesso à mudança ou porque não se reconheçam erros cometidos, mas porque não é ficando enredado no labirinto da alternância que se encontra o caminho da alternativa. Dito de outra forma, para voltar à nossa história, porque sabemos que sem milho não há pipoca.

Vá-se lá saber porquê, ocorrem-me de repente as palavras de Almada Negreiros: «Tanta coisa para fazer, meu Deus, e esta gente entretida em guerras!»

Jornada de luta mundial, dia 26

Em defesa do sector ferroviário

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário promove no próximo dia 26 uma campanha de divulgação pública das suas propostas sobre o caminho-de-ferro em Portugal.

Esta acção insere-se na jornada de luta mundial, agendada para esse mesmo dia, em defesa daquele meio de transporte. Entre os objectivos desta iniciativa que mobiliza ferroviários do mundo inteiro estão a defesa do serviço público e do emprego com direitos.

condições de trabalho. E que os levou já a mandatarem o seu Sindicato no sentido de virem a ser adoptadas as formas de luta adequadas à resolução dos problemas. Como era o caso, por exemplo, da obrigação de uso de fardamentos na CP, sem estarem reunidas as condições para os trabalhadores procedem

25, 26, 27 e 28 de Março, entretanto suspensa por a administração da CP ter concordado em não tornar obrigatório o uso da farda.

Por resolver continua também o processo negocial entre as administrações da CP e da EMEF e o Sindicato dos Ferroviários. O que levou já este a reclamar do Governo e das administrações o prosseguimento das negociações com vista à discussão das matérias apresentadas em cada empresa.

dores em função da sua filiação sindical, o que é considerado pelo Sindicato uma medida ilegal. Lembra a propósito que os seus autores, de acordo com a Lei Sindical, incorrem numa pena de prisão até dois anos.

No que se refere à EMEF, de acordo com uma nota à imprensa, o Sindicato continua a aguardar por resposta ao documento por si entregue à administração, mantendo a expectativa de que esta não esteja «refém de nada que não sejam os interesses da empresa».

No entanto, enquanto as negociações decorrem, conforme explica em comunicado, aquela estrutura sindical dá o seu acordo à aplicação dos últimos valores apresentados a todos os trabalhadores, querendo com este gesto dar um sinal de boa-fé «com vista à criação de um clima susceptível de criar um acordo rápido».

Entendimento esse, aliás, finalmente conseguido na REFER, segundo um outro comunicado sindical tornado público no passado dia 15. Mesmo não sendo o «acordo que os trabalhadores merecem», lê-se no documento, a verdade é que «não retira nenhum direito aos trabalhadores» e traz «alguns benefícios acrescidos».



Os trabalhadores ferroviários querem ver melhoradas as suas condições de trabalho

É também por estes valores que pugnam os trabalhadores ferroviários portugueses, simultaneamente empenhados em ver melhoradas as suas

ram à sua mudança e guardarem os mesmos. Em protesto contra esta situação, chegou a ser entregue pelo Sindicato um pré-aviso de greve para os dias

Não às discriminações

No caso da CP, pende sobre a empresa a acusação de discriminar os trabalha-

Jorge Sampaio recebe delegação do PCP

O Presidente da República começou, na terça-feira, a receber delegações dos partidos com representação parlamentar para discutir o novo panorama político nacional. Nesse mesmo dia, Jorge Sampaio reuniu-se com a delegação do PCP, que garantiu que prosseguirá o combate à política de austeridade.

Em declarações à imprensa no final do encontro, Carlos Carvalhas defendeu uma maior cooperação na acção e na intervenção parlamentar das forças de esquerda. O líder do PCP considera que, com a maioria de direita, é clara a intenção do PSD de impor uma política de austeridade que terá como visados os trabalhadores e os pequenos e médios empresários.

Acompanhado por Bernardino Soares e Jorge Cordeiro, ambos membros da Comissão Política do PCP, Carlos Car-



valhas afirmou que, face aos resultados eleitorais, o PSD deve formar governo.

Também na terça-feira, Jorge Sampaio recebeu a delegação do Partido Ecologista «Os Verdes». À saída da reunião, Isabel Castro manifestou preocupação com uma possível inversão de medidas sociais pelo novo governo, dando o exemplo do Rendimento Mínimo Garantido. A deputa-

da ecologista defendeu que os «patrimónios sociais» obtidos nos últimos seis anos devem ser mantidos.

A dirigente d'«Os Verdes» garantiu que o seu partido continuará a contrapor pro-

postas, independentemente da maioria de direita.

O Presidente da República recebeu no mesmo dia a delegação do CDS-PP. Antontem tiveram lugar os encontros com os representantes do PSD e do PS.

Negociações na Carris

Os trabalhadores da Carris suspenderam a greve convocada para ontem, no período compreendido entre as cinco e as nove horas da manhã passando-a para o dia 11 de Abril, no mesmo período de tempo.

De acordo com a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários (FESTRU), que convocou a paralisação face à

intransigência da administração em não ir além de uma proposta de aumento salarial de 3,2 por cento, a suspensão da greve deve-se ao facto de a Comissão Administrativa da Carris ter pedido a alteração da data da reunião de negociações para o dia 22 de Março, para que possa consultar o Ministério da tutela.

Direito à dignidade

Após quatro anos de perseguição penal, o Juiz de Instrução Criminal pôs termo, através de uma decisão proferida no terreno do debate instrutório, ao processo pendente no Tribunal Judicial de Setúbal contra duas mulheres acusadas da prática de crime de aborto e de aborto na forma tentada.

A Organização das Mulheres Comunistas - que tem acompanhado atentamente o desenrolar deste processo - saúda a decisão judicial agora tomada, pois considera, de acordo com

o comunicado divulgado na quarta-feira pela Comissão junto do Comité Central do PCP para os problemas e movimento das mulheres, «não ser mais admissível que se continue a humilhar e a devassar a vida privada de mulheres e a pôr em risco a sua dignidade».



5 603199 000445

02080